



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GIANNE DE SOUSA COSTA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19**

MANAUS/AM

2023

GIANNE DE SOUSA COSTA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19.**

**Dissertação apresentada à banca examinadora para a
obtenção do título de Mestre no Curso de Mestrado em
Educação do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Amazonas
(PPGE - UFAM), sob a orientação da professora Dra.
Selma Suely Baçal de Oliveira.**

**Trabalho realizado com o apoio da Fundação de
Amparo à Pesquisa (FAPEAM).**

MANAUS/AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837d Costa, Gianne de Sousa
Os desafios do trabalho docente na educação básica do município de Manaus em meio à pandemia da COVID-19 / Gianne de Sousa Costa . 2023
131 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Selma Suely Baçal de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pandemia da Covid-19. 2. Precarização do trabalho docente. 3. Ensino remoto. 4. Ensino presencial. I. Oliveira, Selma Suely Baçal de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GIANNE DE SOUSA COSTA

**OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19.**

Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do título de Mestre no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE - UFAM), sob a orientação da professora Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira.

Dissertação defendida e aprovada no dia 28 de setembro de 2023.

BANCA AVALIADORA

Prof.^a Dr.^a Nádia Maciel Falcão (Presidente) – Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão (Membro Interno) – Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dr.^a Maria Nilvane Fernandes (Membro Interno) – Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Mark Clark Assen de Carvalho (Membro Externo) – Universidade Federal do Acre/UFAC

Em memória a professora Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que é uma parte importante da minha vida;

À minha mãe, Maria Silvéria Ferreira de Sousa, e ao meu pai, Gerson de Alcântara Costa, que, durante toda a minha vida, incentivaram-me e não mediram esforços para que prosseguisse com os meus estudos;

Aos meus irmãos, Giovanne de Souza Costa e Gisele de Souza Costa, que sempre me incentivaram a seguir meus estudos e a nunca desistir dos meus sonhos;

À minha sobrinha, Gabriella Ponce de Leão, que acompanhou toda a minha jornada acadêmica, desde os meus fracassos até as minhas vitórias. Obrigada por estar na minha vida;

Ao meu companheiro, Rodrigo Guimarães da Silva, que esteve presente durante vários momentos da minha vida e que me ajudou a superá-los;

À minha querida orientadora, Professora Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira, que caminha ao meu lado desde a graduação na iniciação científica até o mestrado em educação, ajudando-me a crescer como profissional e pesquisadora;

Aos meus colegas da Graduação: Marcos, Luiz Eduardo, Jaqueline, Lianne, Liniker, Vivianne, Kelson, Danny Sullivan, Larissa, Raescla, Wynona, Ana Victória, Giselle, Rita de Cássia, e do Mestrado Fernanda, Diego, Gerilúcia e Nilce, que compartilharam comigo momentos inesquecíveis;

A todos da Equipe Padre Mauro Fancello, que são a minha segunda família. Obrigada pelos ótimos momentos no trabalho e por todo o acolhimento que recebi de vocês;

A toda Equipe NEPPD, pelo carinho e incentivo ao adentrar na área da pesquisa em educação, ensinando-me lições valiosas que levarei para a minha vida acadêmica, profissional e pessoal;

Aos meus queridos e saudosos companheiros, Camilla, Isabella, Leonardo e João, cuja vivência no intercâmbio no Chile me trouxe imensuráveis aprendizados e experiências incríveis;

Aos queridos amigos da vida: Marcos, Isabela, Guilherme, Luiz Eduardo, David, Carolina, Rodrigo, Thiago, Jeimes, Ericles, Tainá, Kadu, Bruna Cecília, Ana Caroline, Suzana, Joab, Ruana, Germano, pelo carinho e por estarem comigo durante toda a minha jornada;

A toda a FACED e ao PPGE/UFAM, que se tornaram a minha segunda casa, proporcionando-me acesso à cultura científica;

Aos/às professores/as drs/dras: Maria Nilvane, Heloísa Borges, Arminda Mourão e ao Mark Clark, por suas contribuições durante a minha jornada na pós-graduação, que fortaleceram e aprimoraram o meu trabalho investigativo;

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM/AM), onde fui acolhida para um momento significativo da minha formação enquanto licenciada em Pedagogia e dando continuidade à minha caminhada durante a Pós-Graduação, onde me ofereceram as melhores condições de ensino-aprendizagem e o incentivo à pesquisa na educação;

A todos os/às docentes lotados/as nas instituições em que desenvolvi a pesquisa, em especial aos profissionais que enfrentaram desafios durante a pandemia e que aceitaram participar e contribuíram com a pesquisa de forma paciente e gentil;

Ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Amazonas (SINTEAM), pela valerosa contribuição para o estudo da temática;

Por fim, agradeço imensamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pelos financiamentos das pesquisas e dos programas dos quais participei durante a Graduação e o mestrado.

RESUMO

A dissertação analisa os desafios do trabalho docente na educação básica em meio à pandemia da Covid-19. O estudo foi desenvolvido com educadores da rede municipal de ensino de Manaus, buscando compreender como ocorreu o processo de adaptação dos professores ao Ensino Remoto Emergencial e quais foram as adversidades enfrentadas por eles durante sua jornada de trabalho, apresentando questões recorrentes com relação ao trabalho docente e a sua precarização, intensificada durante a pandemia. Sustentamos que o processo neoliberal amplia as relações de precarização do trabalho docente nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Manaus e que esse contexto se torna mais brutal a partir da pandemia de Covid-19, quando o professor teve que adaptar-se a uma nova realidade abruptamente, sem conseguir se reorganizar de maneira satisfatória. Nossa escolha teórica metodológica sustentou-se no materialismo histórico-dialético para a compreensão do objeto e da realidade que estava sendo evidenciada a partir dos fatos, trazendo categorias como contradição, totalidade, mediação e práxis. Os dados coletados foram devidamente tratados, organizados e analisados a partir da análise temática proposta na investigação. Para o recolhimento dos dados, além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizamos a pesquisa empírica como ferramenta de coleta, aplicando um roteiro de entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa, que são os professores da SEMED atuantes no Ensino Fundamental I (anos iniciais). Com base nesta investigação, verificamos que o trabalho docente durante a pandemia tornou-se mais precarizado, evidenciando a intensificação da exploração da força de trabalho docente, gerando consequências relevantes, tais como: estresse, sentimento de frustração, adoecimento físico e psicológico a estes profissionais. Este estudo está organizado em três capítulos, utilizando autores como Marx (1998; 2004; 2006; 2013); Kosik (1969); Konder (1992); Lukács (2003); Meszáros (1981;2006); Tardif e Lessard (2009); Antunes (2005; 2009; 2020); Fernandes (1975); Azzi (2012); Libâneo (2010); Pimenta (2012); Freitas (2018); Silva (2018); Silva (2019); Mourão (2006); Palú (2020), e Andrade; Negrão; Vilaça (2021), que fazem parte da construção teórica da pesquisa, sustentando-se no materialismo histórico-dialético, base para esta investigação. Políticas públicas que busquem amparar a categoria de professores ainda é uma utopia, salientando que, durante a pandemia, questões que faziam parte do cotidiano escolar e que eram ocultadas intensificaram-se neste processo, indicando a ampliação da carga horária de trabalho, má remuneração para estes profissionais e a escassez de uma formação continuada de qualidade, acentuando e fortalecendo a precarização do trabalho docente nas escolas públicas da rede municipal de Manaus diante do modelo neoliberal sustentado pelo capital.

Palavras-chaves: Pandemia de Covid-19; Precarização do trabalho docente; Ensino remoto; Ensino presencial

ABSTRACT

This thesis analyzes the challenges of teachers' work in basic education in the midst of COVID-19 pandemic. The study was undertaken with teachers of municipal schools from Manaus, looking to understand how was teacher's adaptation process to Emergency Remote Teaching and which were the setbacks they faced during their work journey, presenting repeating issues related to teachers' work and its precarization, intensified during the pandemic. The research we supported was: the neoliberal process increase the relationships of precarization of teachers' work in public schools from Manaus and this context became even more brutal since the COVID-19 pandemic, when teachers had to adapt to a new reality abruptly, without having the chance to reorganize completely. Our theoretical methodological choice was based on historical dialectical materialism to comprehend the object and reality that was evidenced by the facts, bringing categories such as contradiction, totality, mediation, and praxis. The data collected was properly treated, organized and analyzed based on the thematic analysis proposed in the investigation. To collect the data, besides working with bibliographical and documentary research, we used empirical research as collection tool, handing out a guide of semi-structured interview for the subjects of the research, which are the teachers of SEMED (municipal office of education) that work in elementary school. Based on this investigation, we verified that teachers' work during the pandemic became more precarious, emphasizing the intensification of teachers' workforce exploration, resulting in relevant consequences to these professionals such as: stress, sense of frustration, physical and psychological illness. This study is organized in three chapters, using authors as Marx (1998; 2004; 2006; 2013); Kosik (1969); Konder (1992); Lukács (2003); Meszáros (1981;2006); Tardif and Lessard (2009); Antunes (2005; 2009; 2020); Fernandes (1975); Azzi (2012); Libâneo (2010); Pimenta (2012); Freitas (2018); Silva (2018); Silva (2019); Mourão (2006); Palú (2020), and Andrade; Negrão; Vilaça (2021), which are part of the theoretical construction of the research, sustained on historical dialectical materialism, the basis for this investigation. Public policies that aim to support teachers are still an utopia, emphasizing that, during the pandemic, issues that were part of school routine and were hidden got intensified during this process, indicating the increase of working hours, low salaries for these professionals, and the dearth of quality continuing education, reinforcing the precarization of teachers' work in public municipal schools from Manaus facing this neoliberal model sustained by the capital.

Key-words: COVID-19 pandemic, precarization of teachers' work, remote teaching and in-person teaching

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEAM	- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS
ANVISA	- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
APMC'S	- ASSOCIAÇÕES DE PAIS, MESTRES E COMUNITÁRIOS
BID	- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BM	- BANCO MUNDIAL
BNCC	- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
CEE/AM	- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS
CGE	- COALIZÃO GLOBAL DE EDUCAÇÃO
CLT	- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CME/MANAUS	- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS
CMM/AM	- CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
CONASEMS	- CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE
CONASS	- CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE
CONEP	- COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA
EPI	- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
ESPII	- EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL
FCC	- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
FIOCRUZ	- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
FVS-AM	- FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO AMAZONAS
LDB	- LEI DE DIRETRIZES E BASES
MEC	- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OCDE	- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
OMS	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
ONG	- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
OPAS	- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE
PISA	- PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS
PNE	- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PPGE	- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROUNI	- PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
PT	- PARTIDO DOS TRABALHADORES
SEDUC/AM	- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO DO AMAZONAS
SEMED/MANAUS	- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS
SES-AM	- SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS
SINEPE-AM	- SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADO DO ESTADO DO AMAZONAS
SINTEAM	- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO AMAZONAS
SME	- SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS

TIC'S	- TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
UFAM	- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UMES	- UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS
UNESCO	- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
USAID	- UNITED AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT
UTI	- UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA
ZFM	- ZONA FRANCA DE MANAUS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - HISTÓRICO DE EMERGÊNCIAS DECLARADAS PELA OPAS	33
QUADRO 2 - LINHA DO TEMPO DO SURTO DE COVID-19 NO BRASIL, NO ANO DE 2020	35
QUADRO 3 - LINHA DO TEMPO DO SURTO DE COVID-19 NO BRASIL, EM 2021	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CALENDÁRIOS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANAUS (REORGANIZAÇÃO EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19).....	87
TABELA 2 - O RETORNO DE ATIVIDADES ESCOLARES MANAUS/AM – 2020 / 2021	95
TABELA 3 - QUANTITATIVO DE PROFESSORES QUE FORAM A ÓBITO EM MANAUS/AM ENTRE 2020/ 2021	97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	A COVID-19 NO CONTEXTO MUNDIAL E NACIONAL.....	36
FIGURA 2 -	MÉDIA DE CASOS DISTRIBUÍDOS POR SEMANA POR REGIÃO ENTRE 2020 ATÉ AGOSTO 2022	42
FIGURA 3 -	NÚMERO DE CASOS DE COVID-19 NO AMAZONAS.....	66
FIGURA 4 -	NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19 NO AMAZONAS.....	68
FIGURA 5 -	CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CASOS ENTRE DEZEMBRO DE 2020 E JANEIRO DE 2021	70
FIGURA 6 -	ÍNDICE DE TRANSMISSÃO DE COVID-19 POR ESTADO, ATÉ O DIA 24 DE JANEIRO.....	71
FIGURA 7 -	MÉDIA DE CASOS DE COVID-19 NO AMAZONAS (2020-2021)	74
FIGURA 8 -	INCIDÊNCIA DE CASOS, MORTALIDADE E LETALIDADE NO BRASIL E POR ESTADO 2020/2021.....	75
FIGURA 9 -	NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19 NO AMAZONAS, NO PERÍODO DE ABRIL ATÉ AGOSTO EM 2021	77
FIGURA 10 -	MÉDIA DE CASOS DE COVID-19 NO AMAZONAS DESDE MARÇO DE 2020 ATÉ DEZEMBRO DE 2021	78
FIGURA 11 -	MÉDIA DE ÓBITOS POR COVID-19 NO AMAZONAS DESDE MARÇO DE 2020 ATÉ DEZEMBRO DE 2021	79
FIGURA 12 -	EVOLUÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO AMAZONAS	81
FIGURA 13 -	FAIXA ETÁRIA DOS ATORES PARTICIPANTES DA PESQUISA	99
FIGURA 14 -	MODO DE CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO.....	99
FIGURA 15 -	SATISFAÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O MUNDO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19	29
1.1 O QUE É A COVID-19?.....	30
1.2 COMO SE DESENVOLVEU A PANDEMIA? EVOLUÇÃO DO VÍRUS	32
2 TRABALHO E TRABALHO DOCENTE	44
2.1 A ONTOLOGIA DO TRABALHO	45
2.2 O TRABALHO DOCENTE.....	52
3 A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS: AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL EM PROL DA EDUCAÇÃO	64
3.1 A PANDEMIA DE COVID-19 NO AMAZONAS.....	65
3.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUAS AÇÕES DIANTE DE UMA NOVA REALIDADE	82
3.2.1 O que é o Conselho Municipal de Educação? qual a sua importância de atuação nas escolas da cidade de Manaus?	82
3.2.2 Quais foram as ações do Conselho Municipal de Educação de Manaus durante a pandemia de COVID-19?	85
4 OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: OLHAR DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICO DE MANAUS	91
4.1 O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS E OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	92
4.1.1 Caracterização dos atores da pesquisa	98
4.1.2 Principais dificuldades do cotidiano escolar durante a pandemia.....	101
4.1.3 Ensino presencial x remoto: quais os desafios?.....	105
CONSIDERAÇÕES	113
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	127
APÊNDICES	129

INTRODUÇÃO

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna O trabalhador. [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Karl Marx, 2004, p.88.

A epígrafe extraída do livro *Os manuscritos econômicos e filosóficos (2004)*, de Marx, apresentam a dura relação que o trabalhador possui com o trabalho no sistema capitalista. Esta relação é dicotômica, pois o trabalhador executa, mas não desfruta do resultado do seu trabalho por ele realizado.

Nesse trecho do livro, o autor apresenta um debate sobre o trabalho e como ele se desenvolve diante dos processos históricos. Portanto, este estudo aponta uma discussão com base no materialismo histórico-dialético que contribui para uma análise das relações entre o trabalho e indivíduo, onde são salientadas a questão docente e as suas manifestações durante a pandemia de COVID-19 na cidade de Manaus.

Este estudo problematiza os desafios vivenciados pelos professores em tempos de pandemia, abordando a sua relação com o ensino remoto emergencial, semipresencial e presencial e quais foram os embates enfrentados por eles, havendo uma relação com a minha¹ jornada de trabalho docente na Secretaria Municipal de Manaus (SEMED).

Comecei a trabalhar como docente dos anos iniciais na SEMED no ano de 2020, no mês de setembro. Recém-graduada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), senti o impacto de adentrar o ambiente escolar sem ter muita experiência prática, agravando-se com a pandemia de COVID-19. Esta nova realidade, para mim, gerava um desconforto e insegurança, principalmente por não conhecer como funcionava a organização do trabalho docente proposta pela secretaria.

Logo que assumi o concurso, fui em uma escola da zona sul de Manaus em um bairro periférico, onde apresentei-me para saber mais sobre como seria minha jornada

¹ Na descrição da minha jornada profissional, utilizo a primeira pessoa do singular.

de trabalho. Assumi uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental que já tinha trocado de professor umas três vezes só naquele ano, devido à transferência e ao adoecimento de professores regentes daquela turma.

Inicialmente foi um impacto para mim, pois não sabia como funcionava a organização dos trabalhos, planejamentos e atividades que deveriam ser passadas para os alunos, e, apesar de todo esse processo desafiador, ainda tinha a situação atípica da pandemia de COVID-19, o que se tornou um obstáculo para mim, já que não tinha experiência para saber lidar com essa situação. Passava horas do meu dia organizando materiais e atividades para os alunos, passando do meu horário de trabalho, tornando minha jornada de trabalho exaustiva.

Além disso, houve dificuldades para o manuseio integralmente das novas tecnologias como ferramentas de elaboração de atividades e aulas, gerando uma frustração como educadora, questionando minha capacidade profissional inúmeras vezes.

Portanto, a motivação desta pesquisa iniciou-se pela inquietação como professora da rede municipal de ensino da minha cidade e por ter vivenciado diversos desafios durante esses processos de transição do ensino presencial para o virtual. Assim, me vejo na obrigação, por meio deste trabalho, de dar voz a esses trabalhadores da educação básica que sofreram durante esse processo. Parte desses profissionais foram silenciados e oprimidos por conta dos processos hegemônicos existentes na secretaria, que são fortalecidos pelo próprio sistema e pelo modelo político neoliberal que fazem parte do nosso país.

Por isso, diante de todo esse movimento que ocorreu durante a pandemia nas escolas, vemos que este estudo traz aspectos significativos a serem discutidos, fazendo uma análise das categorias que se apresentam durante a investigação e que fazem parte do cotidiano dos professores da rede municipal de ensino. Verificamos que os professores enfrentaram excesso de trabalho, devido o acesso ser remoto os pais dos alunos entravam em contato com os professores a todo momento, não havia um horário específico para o atendimento. Outro aspecto a salientar é que os docentes não estavam preparados para trabalhar à distância, a troca do ensino presencial para o remoto foi abrupta e o fato de os professores não conhecerem as dificuldades de seus alunos o processo de ensino-aprendizagem ficou muito mais difícil.

Na busca da compreensão deste estudo, surgiram questões que nortearam a pesquisa, a saber, como foi desenvolvido o trabalho docente durante a pandemia de covid-19? Quais as dificuldades que os professores enfrentaram durante esse processo?

Como foi lidar com a utilização de equipamentos tecnológicos para ministrar as aulas? Quais foram as percepções dos professores sobre a volta das aulas presenciais? Quais os impactos que a pandemia está deixando no trabalho docente?

Sabemos que esse momento foi delicado para diversos contextos sociais, mas destacamos, neste estudo, o trabalho docente e como se desenvolveu diante da nova realidade e da intensificação dos processos de precarização do trabalho da categoria dos professores da educação básica. O objetivo geral foi analisar o trabalho docente na educação básica do município de Manaus em meio à pandemia, evidenciando o enfrentamento do processo pandêmico e os desafios vivenciados por esses profissionais da educação.

Nos objetivos específicos desta investigação, temos:

1) apontar dados correspondentes à evolução do vírus no âmbito mundial, nacional e regional, analisando como se desenvolveu o processo pandêmico no âmbito macro e micro, tecendo como o processo histórico foi apresentado diante dessa nova realidade;

2) identificar quais os desafios do trabalho docente em meio à pandemia de covid-19 no município de Manaus, apresentando quais as problemáticas vividas por este professorado a partir da adoção das políticas públicas municipais para o trabalho docente, e

3) investigar os impactos do retorno das aulas presenciais nas escolas do município em meio à pandemia, salientando como decorreu essa trajetória dos professores com a volta das aulas presenciais, apresentando os impactos no seu cotidiano.

Este estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da linha de pesquisa um (01), que trata de temáticas envolvendo Educação, Estado e Sociedade na Amazônia. Esta investigação foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Sabemos que, historicamente, o professor sofre com as inúmeras adversidades dentro e fora de sala de aula. A precarização do seu trabalho faz com que haja um desafio diariamente e que a luta seja constante para sobreviver ao sistema. Dessa forma, esta investigação traz uma visão sobre como a conjuntura econômica influencia o âmbito do trabalho em todo o seu processo histórico, impactando o trabalho docente e suas relações, indicando um contexto mais regional desta discussão, que é o ensino público básico da rede municipal de Manaus.

Com a pandemia de COVID-19 estes desafios foram intensificados no cotidiano do professor, trazendo à tona uma discussão sobre a precarização do trabalho docente. A sua jornada de trabalho durante o ensino remoto foi ampliada, e o professor passou a trabalhar mais de oito horas por dia para que pudesse atender à demanda dos pais e responsáveis dos alunos.

Parte dos professores não estava preparada para este novo modelo de ensino que foi implementado pelas secretarias, apresentando dificuldades e evidenciando desafios para os docentes no seu dia a dia, quando tiveram que se adaptar de maneira abrupta a essa nova realidade para conseguir ensinar os seus alunos, ou seja, os professores em geral não estavam preparados para migrar do formato presencial para o virtual. Não houve tempo para planejar ou orientar estes profissionais durante esse novo contexto pandêmico, o que tornou o processo mais complexo.

A partir desta pesquisa, vamos conhecer a realidade deste professorado e abordar os impactos do ensino remoto emergencial, semipresencial e o presencial, como ocorreu este movimento e quais foram os impactos gerados na educação e na organização do trabalho nesse contexto regional a partir a visão desses profissionais.

Apontamos questões na perspectiva da materialidade e em como estas relações do capital influenciam o homem no meio no qual está inserido. Nesse sentido, a pesquisa busca abranger as adversidades que os professores enfrentaram dentro de sala de aula, destacando o seu cotidiano diante do processo pandêmico, por meio de categorias de análise, buscando discutir os desafios enfrentados pelos docentes no trabalho remoto nas escolas municipais do Município de Manaus.

A relevância da temática traz em aspectos científicos o conhecimento sobre o papel do professor na escola e na sociedade, especificamente na cidade de Manaus, indicando uma análise da sua trajetória durante esse processo, utilizando como instrumento de investigação a entrevista com os sujeitos, dialogando como se desenvolveu o seu trabalho e os processos de ensino-aprendizagem nesse novo contexto, e quais as alternativas e soluções para as problemáticas vivenciadas por estes educadores.

A proposta desta investigação traz uma questão atual sobre a temática do trabalho docente frente a essa nova realidade da pandemia de COVID-19, busca visibilizar as vivências dos profissionais da educação e como decorreu todo esse processo de aulas remotas até a retomada das atividades presenciais. Por meio desta investigação, analisamos o cotidiano destes profissionais que atuaram neste contexto de aulas remotas de caráter emergencial. Trabalhamos com uma visão e análise crítica, principalmente ao

destacarmos questões sobre políticas públicas, como são executadas e se estão de acordo para que auxilie os docentes da educação básica.

Por isso, com o objetivo de desenvolvermos uma discussão plausível, discorreremos introdutoriamente sobre a pandemia de COVID-19 e como se desenvolveu desde o seu primeiro caso, no ano de 2020, e estendeu-se até o ano de 2022.

A pandemia trouxe inúmeros desafios para os docentes, sendo que alguns que já eram impostos pelo sistema capitalista no modelo neoliberal se intensificaram durante esse novo processo de escolarização durante a pandemia, evidenciando problemas ainda maiores para a educação brasileira.

Com a pandemia o mundo teve que mudar em um curto período, implementando o isolamento social como uma iniciativa emergencial para conter a proliferação e o avanço da contaminação pelo vírus. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o isolamento social foi utilizado como aliado para evitar a transmissão da covid-19 e para conter a disseminação do vírus que estava crescendo exageradamente, com isso, a população teve que respeitar as medidas restritivas que envolviam o distanciamento social em lugares públicos, isolamento social e o *lockdown*, que foram adotados por alguns estados brasileiros, além da utilização de máscaras como medida preventiva e do uso do álcool em gel para que diminuísse a proliferação do vírus em contato com objetos de uso coletivo.

Foi comprovado, durante um estudo realizado no Brasil, que o isolamento social foi um eficiente aliado no combate ao novo coronavírus, pois, com a adoção das medidas preventivas, conseguiram diminuir o número de contágios em algumas cidades. (LIMA, 2020). De fato, a pandemia fez com que nós, seres humanos, tivéssemos que nos adaptar do dia para noite, enfrentando desafios diários para que pudéssemos sobreviver a todo esse caos, que deixará marcas não apenas na saúde, mas em diversos contextos, como na educação, economia, nas relações sociais. Estes impactos acabaram fortalecendo e potencializaram os processos neoliberais do capital.

Por isso, voltaremos para o ano de 2019, no dia 31 de dezembro. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu um alerta que teve um aumento do número de casos e de mortes por insuficiência respiratória e infecção pulmonar em um período relativamente curto, causando uma preocupação entre as autoridades, pois se tratava de um vírus fatal, já que estava aumentando excessivamente o número de mortos e de pessoas contaminadas, pois se disseminava rapidamente pelo ar. A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre os inúmeros casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo)

de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Após a notícia sobre esse novo tipo de vírus, as autoridades de saúde ficaram em alerta e, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui-se em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que é o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março, com o aumento excessivo do número de casos e de mortes pela covid-19 e de sua taxa de alta periculosidade e transmissibilidade, a OMS reconheceu a pandemia (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Ao trazermos para a nossa realidade, no aspecto regional, o Amazonas teve seu primeiro caso de COVID-19 confirmado em 13 março de 2020, na capital, segundo a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – (FVS-AM), em uma paciente da capital e, no dia 24 do mesmo mês, foi registrado o primeiro óbito por COVID-19 no estado (FVS-AM, 2020).

De acordo com a Fundação de Vigilância em Saúde, o estado do Amazonas teve uma das maiores taxas de contaminação do país. A taxa de incidência média de covid-19 no estado foi de 1.836 casos por 100 mil habitantes. As Regionais de Saúde com maiores incidências permaneceram em Triângulo, Rio Negro e Solimões, com 4.492 e 3.105 casos por 100 mil habitantes (FVS, 2020). Já se tratando da taxa de mortalidade, de acordo com as pesquisas da FVS-AM (2020), o Amazonas liderou o número de mortos pela COVID-19, tendo como taxa em média de 70 casos por 100 mil habitantes, um número relativamente alto para a região.

Nesse contexto, com o aumento excessivo de números de infectados pelo coronavírus no estado do Amazonas, surge como uma das medidas prevenção e proteção, o isolamento social como um aspecto importante para a redução do número de casos da COVID-19 no estado, porém, associada a esse isolamento, ocorreu a suspensão das atividades escolares na capital e em todo estado, emergindo discussões importantes a respeito da educação em meio à pandemia, pois o setor educacional não estava preparado para lidar com essa nova realidade, que era o ensino remoto emergencial.

Todo esse processo acaba abrangendo a materialidade histórica e social, produzindo alterações também no campo educacional, passando a ser compreendida como o espaço central na formação de valores e no desenvolvimento de atitudes fundamentais a essa nova condição social que estava sendo imposta pelo capitalismo.

Com a situação de isolamento social, o governo do estado e município utilizou como alternativa a implantação de plataformas on-line e televisivas para oferecer acesso

à educação a todos os alunos da rede pública, porém, sabemos que o público-alvo dessas escolas são pessoas de baixa renda e que nem todos possuem acesso à tecnologia e a meios de comunicação.

As escolas adotaram o modo remoto como modalidade de ensino, por meio do qual foram utilizadas plataformas digitais e meios de comunicação como o rádio e televisão para oferecer o acesso à “educação para todos”. Porém, sabemos que nem todos têm, de fato, acesso às tecnologias ou meios de manter-se conectados à internet. Houve, também, uma alternativa de oferecer material impresso aos alunos em situação de extrema vulnerabilidade, mas muitos não conseguiam dar continuidade por estarem sem condições de manter-se financeiramente, já que não possuíam dinheiro para se deslocar até a escola, impossibilitando o acesso à educação, pois muitos pais e responsáveis desses alunos perderam seus empregos na época da pandemia (PALÚ, 2020)

No Amazonas, tanto os professores quanto os alunos inseridos no sistema de ensino da rede pública sofreram com o impacto do isolamento social e vivenciaram diversos desafios durante todo esse processo de quarentena. Muitos profissionais da educação não estavam preparados para esta mudança, principalmente para a utilização de maneira integral das tecnologias como um dos meios para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem entre professores e alunos.

A distância e o isolamento também apontaram a escola como um importante espaço de acesso. Por meio da escola, muitos estudantes participavam de programas de auxiliavam e contribuía para o seu desenvolvimento físico e intelectual, como a merenda escolar, aulas de reforço, acesso a livros, à internet, à tecnologia etc., ou seja, para muitas crianças e jovens, a escola é um espaço de acessibilidade e oportunidades (PALÚ, 2020).

Além das inúmeras adversidades recorrentes durante esse período pandêmico, também houve o adoecimento físico e psicológico de muitos profissionais da educação nesse processo de isolamento social e com o retorno das atividades escolares semipresenciais. A Fundação de Vigilância em Saúde optou por uma testagem em massa nos profissionais da rede estadual, iniciando a realização de testes entre 13 de agosto até 04 de setembro no ano de 2020. Esta investigação demonstrou que, em 78% dos casos notificados, a provável infecção do vírus se deu por meio de transmissão comunitária, possivelmente entre os meses de abril e maio, ou seja, antes do retorno das aulas semipresenciais, e, nos 28% dos casos mais recentes, fora do ambiente escolar (FVS-AM, 2020).

Segundo a FVS-AM, a maioria dos casos de infecção por covid-19 se deu antes do período do retorno das aulas, mas muitos profissionais ainda não se sentiam seguros com a retomada de suas atividades. Por esse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM) pediu para que as secretarias de educação do estado e do município retornassem ao modelo das aulas on-line, pautando-se na justificativa do aumento dos números de casos de covid-19 na cidade do Amazonas e que estas escolas não estavam preparadas para cumprir com os protocolos sanitários.

Em meio a todas essas contradições, professores, pais e responsáveis dos alunos acreditavam que seria melhor a retomada das atividades presenciais, travando um conflito de opiniões em meio às adversidades. Os professores tinham dificuldades para manejar as novas tecnologias, principalmente o uso de redes sociais para ministrar as aulas e os conteúdos. Em alguns casos, os docentes possuíam celulares, mas estes não suportavam a quantidade de arquivos que era recebida durante toda a semana, pois o celular tinha um processador lento e não era tão moderno. Houve também o aumento considerável da carga horária de trabalho, quando muitos profissionais da educação ficavam recebendo atividades além do seu horário escolar, o que gerou um esgotamento físico e mental nestes professores.

O método utilizado na investigação propõe um estudo numa perspectiva do materialismo histórico-dialético, evidenciando toda realidade histórica e social da problemática pesquisada. Além disso, buscamos compreender como os modos de produção do capital afetam e influenciam as relações do homem com o meio em que vive.

Utilizamos o materialismo histórico e dialético pois este sustenta a nossa concepção de realidade e de mundo. Frigotto (2001, p. 74) “Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais”.

Neste aspecto, buscamos a apreensão dos desafios do trabalho docente em tempos de pandemia por meio das categorias a saber: contradição, a totalidade, a mediação e a práxis (MOURÃO; BEZERRA; ALMEIDA E NOGUEIRA, 2016), trazendo como temática a precarização do trabalho docente em Manaus, a realidade pandêmica nas escolas, a organização do trabalho e as políticas públicas.

Inicialmente buscamos os dados no concreto, da empiria levamos ao pensamento todo material compilado para proceder à compreensão. Analisados estes dados retornamos ao concreto já pensado, o que Kosik (1977) formaliza como concreto pensado.

De acordo com Masson (2012):

Captar a realidade em sua totalidade não significa, portanto, a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes

que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades. A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. A práxis representa a atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo humano e a si mesmo. A contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro (MASSON, 2012, p. 4-5).

Quanto aos aspectos metodológicos a pesquisa constitui-se em uma abordagem qualitativa desenvolvida através de um diálogo por meio de uma análise crítica sobre a temática.

A abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Na metodologia qualitativa, salientamos as categorias de análise do estudo, abordando como se desenvolveu estes processos históricos e sociais e como afetaram o trabalho docente, evidenciando-o em todo o seu desdobramento. Ludke e André (1986) afirmam que, ao analisarmos os dados qualitativos, significa fazer um trabalho com todo material coletado durante a pesquisa, onde os dados obtidos no estudo devem ser organizados e divididos em partes, mantendo uma relação entre os instrumentos da investigação, a saber: levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa empírica, no caso, a pesquisa de campo.

Um dos primeiros instrumentos utilizados para a coleta de dados foi a investigação bibliográfica que é de grande importância para a construção teórica do texto, investigando e analisando pesquisas similares a esta temática que dialogam entre si, mas que buscam oferecer uma nova percepção a partir do que já está disposto. Lakatos e Marconi (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito, mas favorece a uma análise de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, podendo chegar a conclusões inovadoras.

Na pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2010), tem-se uma análise minuciosa de todas as fontes documentais que vão servir de suporte para a investigação projetada. Estes documentos podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis, sendo escritos ou não. A presente pesquisa focalizou nas ações tomadas pelo Conselho Municipal, pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, pela Ministério da Saúde em parceria com a OMS, pelo prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e na Constituição da República Federativa

do Brasil (CF) de 1988, e nas propostas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em parceria com a Secretaria do Estado de Educação e Qualidade de ensino do Amazonas (SEDUC) que estavam divididas em: leis, decretos, relatórios oficiais, portarias, resoluções e instruções normativas.

Outro instrumento para a coleta de dados utilizado foi a pesquisa empírica, que implica a pesquisa de campo. Nesta investigação, tem-se a oportunidade de coletar dados “*in loco*” sobre o objeto estudado. Nesta perspectiva, delimitamos o público-alvo das entrevistas: professores graduados em pedagogia que atuaram durante a pandemia da COVID-19 no município de Manaus no ensino remoto emergencial. Dessa maneira, conseguimos seis professores da rede municipal de ensino que atuaram nessa nova realidade pandêmica, sendo cinco do sexo feminino e um do masculino. O critério de exclusão foi não ter atuado durante o ensino remoto emergencial nas escolas do município. Dos seis professores entrevistados, um é contratado através de processo seletivo simplificado, os demais participantes são todos efetivos nos seus respectivos cargos.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola da SEMED² localizada em uma área periférica da zona sul de Manaus. Para a coleta desses dados, utilizamos a entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, que busca analisar a realidade vivenciada por estes sujeitos, que são os professores da rede municipal de ensino de Manaus.

Através desta análise foi desenvolvido um diálogo sobre os desafios vivenciados por estes professores do ensino básico do município em meio à pandemia, abordando quais foram os impactos no trabalho docente e na educação, utilizando as categorias de análise para a construção de críticas em meio a esses processos políticos e econômicos que interferem nas relações desses indivíduos.

A entrevista, na concepção de Lakatos e Marconi (2010), permite ao pesquisador formular perguntas aos sujeitos participantes da investigação, e estes podem abordar as questões livremente ao tema proposto, bem como surgir perguntas espontâneas no decorrer da entrevista, mas, em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. Portanto, utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados, realizada no período entre outubro de 2022 a janeiro de 2023, com os professores efetivos e processos seletivos simplificados que são atuantes na rede municipal de ensino de Manaus.

² Na época do ensino remoto, os professores entrevistados trabalhavam em escolas de zonas distritais diferentes. Porém ao realizarmos as entrevistas, todos estavam trabalhando em uma mesma escola.

Por meio das entrevistas conhecemos e analisamos a temática estudada, utilizando a pesquisa qualitativa como metodologia. O roteiro que foi previamente estabelecido, nos permitiu trazer a realidade dos sujeitos participantes desta pesquisa empírica³, suas perspectivas coletadas evidenciaram um retorno para explicar o objetivo desta investigação, buscando encontrar quais são os desafios inerentes ao trabalho docente em meio à pandemia de COVID-19 na cidade de Manaus.

As entrevistas foram integralmente virtuais, por meio de plataformas on-line e envio de roteiro destas entrevistas foi por correio eletrônico. Este protocolo buscou obedecer ao Manual do Pesquisador proposto pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) com relação às medidas de segurança e ao distanciamento social, normativas recomendadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para preservar a saúde e integridade dos sujeitos participantes da investigação.

Através dos dados coletados, visualizamos a situação do professor na cidade de Manaus, abordando-a numa perspectiva crítica com relação aos processos vivenciados por estes profissionais, trazendo, por meio das categorias de análise, uma interpretação destas vivências e dos processos históricos e sociais que influenciam no trabalho docente da rede municipal de ensino. Assim, o caminho metodológico que esta investigação nos conduziu a organizá-la foi a sua divisão em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado como ***O MUNDO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19***, destacamos dois subitens, que são: ***O que é a COVID-19? Como se desenvolveu a pandemia? Evolução do vírus***, onde explicamos brevemente sobre o que é a COVID-19 e como ela se desenvolveu em seu contexto global e no âmbito brasileiro, servindo de base para dar início à toda investigação do objeto. A fundamentação para este capítulo alicerçou-se em: Gruber (2020); OPAS (2020; 2021); FIOCRUZ (2020; 2021); SANAR (2020); (COSTA, 2021); Ministério da Saúde (2020; 2021); OMS (2020; 2021).

Vemos a necessidade de apresentar um breve texto sobre o que é a COVID-19 para iniciarmos uma discussão sobre a pandemia até alcançar o objeto de estudo, que são os impactos que o vírus gerou no trabalho docente e como desenvolveu-se este processo. No segundo subtópico, apresentamos como ocorreu a evolução do vírus no âmbito mundial e nacional. Buscamos explorar a temática abordada por meio de uma pesquisa bibliográfica em trabalhos científicos, como teses, dissertações, artigos, livros e

³ Um professor na ocasião trabalhava em uma escola da Zona Leste 2, três professores trabalhavam em uma escola da Zona Sul, uma professora ministrava aulas na Zona Norte e da Zona Oeste entrevistamos dois professores.

orientações dos organismos multilaterais, através do acesso a boletins/notas em sites oficiais da saúde, que forneceram informações atuais e relevantes sobre a doença.

No segundo capítulo, ***TRABALHO E TRABALHO DOCENTE***, dividimos em dois subtópicos: ***A ontologia do trabalho e O trabalho docente***. Nestes tópicos, dialogamos sobre o trabalho e todo o seu processo histórico-social, enfatizando uma visão marxista, que oferece uma análise sobre o modo de trabalho e a sua relação com a natureza, e como a lógica do capital corrompe o desenvolvimento da verdadeira interface do trabalho, que é um elemento de mudança social. Este processo nos conduziu a investigar o contexto em sua totalidade, desde o seu aspecto macro para o micro. Por isso, nos leva a entender que “a precarização do trabalho é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural” (ALVES, 2007, p. 142).

Todo esse contexto deu suporte para dialogarmos com o próximo subitem, sobre a precarização do trabalho docente diante do processo de reestruturação do capitalismo no âmbito brasileiro, tendo em vista que estes processos de crise do capital e as reformas do Estado implicam na educação básica. Utilizamos como aporte teórico para esta seção: Marx (1998; 2004; 2006; 2013); Kosik (1969); Konder (1992); Lukács (2003); Meszáros (1981; 2006); Gramsci (2001); Tardif e Lessard (2009), além de alguns pesquisadores brasileiros: Antunes (2005; 2009; 2020); Fernandes (1975); Azzi (2012); Libâneo (2010); Pimenta (2012); Freitas (2018); Silva (2018); Silva (2019); Fidalgo e Fidalgo (2009), e uma pesquisadora do contexto amazônico: Mourão (2006).

No terceiro, tendo como título: ***A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS: AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL EM PROL DA EDUCAÇÃO*** apresentamos dois tópicos: ***A pandemia de covid-19 no Amazonas; O Conselho Municipal de Educação e suas ações diante de uma nova realidade***, e dois subtópicos: ***Qual a sua importância de atuação nas escolas da cidade de Manaus?; Quais foram as ações do Conselho Municipal de Educação de Manaus durante a pandemia de COVID-19?***. Nestes tópicos, discorreremos sobre as ações do CME durante a pandemia da COVID-19 em Manaus nas escolas municipais. Neste capítulo, fizemos uma análise dos documentos oficiais que tratavam sobre a temática abordada e quais as medidas tomadas pelo CME em prol da educação, buscando oferecer o acesso um de qualidade aos estudantes. Como subsídio teórico para complementar o estudo, utilizamos, neste capítulo, documentos, decretos e portarias: OMS (2020;2021); FVS (2020; 2021;2022); SEMED (2012); CME/MANAUS (2020); SEDUC/AM (2020);

No último capítulo, intitulado: ***OS IMPACTOS DA COVID-19 NO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: OLHAR DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICO DE MANAUS***, apresentamos o primeiro tópico: ***O trabalho docente durante a pandemia na cidade de Manaus e os impactos da COVID-19 nas escolas Municipais***; e três subtópicos importantes que finalizou a pesquisa, sendo: ***Caracterização dos atores da pesquisa; Principais dificuldades do cotidiano escolar durante a pandemia; O Ensino presencial x remoto: quais os desafios?***

Nesta seção, foi realizada uma análise crítica dos materiais coletados através da pesquisa documental, bibliográfica e empírica. A concretização da atividade de coleta de dados na pesquisa de campo foi crucial para a finalização desta investigação. As entrevistas com os sujeitos, que são os professores da rede municipal de ensino que atuaram durante o ensino remoto e presencial, trouxeram visibilidade sobre as perspectivas desses profissionais e quais foram os desafios vivenciados por eles durante a pandemia de covid-19. Como subsídio teórico para complementar o estudo, utilizamos, neste capítulo, autores, documentos, decretos e portarias: Palú (2020); Andrade; Negrão; Vilaça (2021); Negrão et al. (2022), Valle; Marcom, (2020); Oliveira (2021), além das falas dos sujeitos da pesquisa que se complementam com a teoria.

Nas considerações finais destacamos que ainda que sejam poucos os estudos no estado do Amazonas e no Brasil sobre os desafios vivenciados pelos docentes durante o ensino remoto emergencial e o impacto da pandemia na educação, é necessária uma discussão ampla sobre esta temática, a fim de provocarmos a reflexão crítica a respeito do trabalho docente, sua precarização e a ausência e/ou falta da implementação de políticas públicas que busque oferecer melhores condições a categoria de profissionais da educação.

1. O MUNDO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19

Entre o ano de 2019 e 2020, o vírus da covid-19 alastrou-se rapidamente pelo mundo, gerando inúmeros impactos à sociedade. Ninguém estava preparado para essa realidade e não se tinha ideia da alta periculosidade desse vírus.

A pandemia intensificou um contexto de crise em diversos âmbitos da sociedade, afetando toda a população mundial. Conseqüentemente, com essa mudança e quebra de rotina, houve a implementação de medidas de segurança para que diminuíssem a proliferação e contaminação das pessoas pela COVID-19.

Ainda não havia estudos mais aprofundados sobre essa nova cepa do vírus, com isso, a nova realidade mudou excepcionalmente a dinâmica dos espaços e das relações sociais, principalmente após a implementação do isolamento social como medida de proteção para a população, ocasionando a suspensão de atividades presenciais e modificando o dia a dia dos seres humanos.

Este processo pandêmico gerou impactos sociais, políticos, culturais, educacionais, históricos e principalmente econômicos. Inúmeros trabalhadores perderam seus empregos assalariados devido à pandemia, o que ocasionou impactos significativos à sociedade, ampliando a desigualdade. Em decorrência desse movimento, houve a diminuição do ritmo e carga horária de trabalho em diversas empresas, intensificando o modelo *home office* de trabalho.

Ao destacarmos o âmbito educacional, ressaltamos a suspensão das aulas presenciais, com o intuito de preservar a saúde dos estudantes e trabalhadores da educação diante desta nova realidade. Com o distanciamento social, este processo ocasionou conseqüências para o âmbito da educação, principalmente pelo fato de que um percentual das escolas em diversos países, principalmente os subdesenvolvidos, ainda não possuía um suporte necessário para dar continuidade à escolarização no modelo virtual, ampliando a desigualdade e a evasão escolar.

Diante desses desafios gerados pela pandemia de COVID-19, o número de infectados e de mortes pela doença aumentou drasticamente desde o seu registro oficial como pandemia, produzindo um processo histórico de caos na saúde em seu contexto mundial, gerando desespero e tendo repercussão em diversos âmbitos, tornando-se uma problemática em escala global.

Além disso, diante da novíssima e difícil situação evidenciada e ampliada pela covid-19, houve a necessidade de ações que fossem elaboradas com urgência para conter a disseminação do vírus, como a criação de testes para identificar pessoas infectadas com a doença e a elaboração de medicamentos e vacinas para tentar controlar e evitar o acometimento da doença e o número de mortes.

Apesar do isolamento social ser um dos mecanismos mais eficazes e que auxiliavam na contenção do vírus, ainda houve uma parcela da população que ficou impossibilitada de cumpri-lo integralmente. Essa problemática surgiu devido a essas pessoas se encontrarem em situação de vulnerabilidade, não conseguindo manter-se financeiramente diante desse novo contexto, ampliando as desigualdades durante a pandemia.

Partindo dessa perspectiva, neste capítulo, vamos apresentar o que é a covid-19 e como se desenvolveu todo o contexto pandêmico em diversos âmbitos, para que possamos ter um panorama histórico de como a nova realidade afetou diversos âmbitos da sociedade, tendo como o enfoque a área da educação e o trabalho docente na pandemia.

1.1. O QUE É A COVID-19?

A covid-19, inicialmente, foi categorizada como uma epidemia na China, no ano de 2019. Iniciaram-se alguns estudos sobre uma nova cepa do vírus, que é a SARS-Cov-2, ou como conhecemos hoje o novo coronavírus.

Segundo Gruber (2020), o vírus se origina da família *coronaviridae*, que causa diversas doenças entre seres humanos e animais, tendo como característica afetar o sistema respiratório. O vírus tem um aspecto de coroa, consequentemente dando origem ao seu nome, coronavírus. Esta nova cepa, que é a Sars-CoV-2, é a causadora da atual pandemia de COVID-19.

De acordo com alguns estudos de Gruber (2020), o vírus tem sete espécies, sendo que três podem desenvolver doenças graves tanto em pessoas, quanto em seres humanos, como o Sars-CoV-2, o Sars-CoV, que foi agente da epidemia de síndrome respiratória aguda que aconteceu na China entre 2002-2003, e a Mers-CoV, que causou doenças de síndrome respiratória no Oriente Médio. Há outros tipos de coronavírus que estão associados a doenças com o grau mais leve, como a HKUI, NL63, OC43 e 229E.

Este novo vírus possui características semelhantes ao BatSL-CoVZC45, que é um vírus que os morcegos possuem, o que ocasionou inúmeras polêmicas sobre a

modificação deste novo coronavírus. Há pesquisas que indicam que o vírus precisaria encontrar um intermediário para alcançar os seres humanos, este fato gerou possíveis hipóteses de que poderia ter sido transmitido para outro animal e, assim, este novo hospedeiro infectaria os seres humanos (GRUBER, 2020). Também há indícios de que houve uma mutação do vírus em laboratório, porém, nada foi comprovado.

Os primeiros casos da doença surgiram na feira em Wuhan, na China. Parte dessas pessoas que foram contaminadas não frequentaram a feira durante o período de propagação do vírus, apresentando indícios de que houve diversas formas de contágio dessa nova mutação.

Estudos de afinidade entre o sítio RBD e ACE2 de diferentes espécies animais têm sido feitos, visando identificar potenciais candidatos a hospedeiros intermediários. Os candidatos seriam possivelmente uma ou mais espécies de animais presentes em mercados chineses [...]. Recentemente, Zhong Nanshan, médico chinês que conduziu os esforços contra a Sars entre 2003 e 2004 e lidera o grupo de especialistas contra a covid-19, apontou em entrevista que o rato de bambu é um provável hospedeiro intermediário do Sars-CoV-2. O pesquisador embasou sua hipótese no fato que o arquipélago de Zhoushan, localizado no leste da China, é o habitat natural de ratos de bambu, morcegos e pangolins, o que teria possibilitado a transmissão viral entre esses hospedeiros antes de sua passagem para o homem (GRUBER, 2020).

De acordo com a FIOCRUZ (2020), este vírus sofreu inúmeras mutações diante do processo de proliferação e contaminação entre os seres humanos. Há indícios que as alterações se desenvolveram em um processo natural, não sendo impulsionadas por ações humanas em laboratório.

A OPAS (2020) buscou oferecer apoio aos países, principalmente aos subdesenvolvidos, para que ficassem em alerta com relação à disseminação do vírus, gerando um sistema de vigilância para diminuir sua proliferação, no qual iriam prepará-los para detectar, isolar e cuidar das pessoas que estavam sendo infectadas pela COVID-19.

Existem diversos estudos para que seja possível conhecer e aprender mais sobre o vírus desenvolvidos pelas autoridades de saúde, que auxiliam a construir uma investigação mais completa sobre o vírus, já que se tratava de uma nova cepa e não sabiam quais as causas e consequências da proliferação desta doença. Há diversas hipóteses sobre como foi o processo evolutivo da doença na sociedade, mas que ainda precisa de tempo para a realização de estudos mais aprofundados sobre a temática por se tratar de uma mutação do vírus.

Vários grupos de pesquisadores e cientistas buscam por respostas, principalmente para encontrar uma cura e explicar inúmeros questionamentos que surgiram durante esse

processo, pois não é algo que afetou somente a área da saúde, mas toda a população em seu contexto global, como na economia, questões políticas e sociais, gerando e intensificando problemáticas da sociedade contemporânea.

1.2 COMO SE DESENVOLVEU A PANDEMIA? EVOLUÇÃO DO VÍRUS

Em 2019, a China já identificava uma nova variante do vírus que estava causando um surto de pneumonia no continente asiático. Já estavam sendo publicadas pesquisas antes da eclosão do vírus. Segundo a OPAS (2020) e a SANAR (2020), em dezembro de 2019, foi registrado, em um hospital de Wuhan, na China, um dos primeiros casos da COVID-19. As vítimas trabalhavam no mercado de frutos do mar da cidade. A partir disso, surgiu um surto de casos da doença, alguns casos eram de pessoas que haviam sido expostas ao vírus na ida até o mercado de Huanan.

Inicialmente foi caracterizado como um resfriado comum, porém, provocava consequências mais graves após a contaminação, gerando um alerta às autoridades da saúde. No dia sete de janeiro de 2020, foi confirmado que havia sido identificado um novo tipo de cepa do coronavírus. No dia 11 de fevereiro de 2020, o vírus recebeu o nome de Sars-Cov-2, por ser uma nova cepa do coronavírus, só que apresentava sintomas mais graves e até letais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com outras autoridades de saúde, estruturou grupos de profissionais que estavam trabalhando com especialistas para que pudessem aprender mais sobre esse novo vírus e como ele afeta o organismo dos seres humanos. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) ofereceu apoio para diversos países, estando em alerta e preparada para detectar e tratar os pacientes infectados por essa nova cepa, que é a COVID-19, que rapidamente tornou-se uma pandemia por afetar inúmeros países simultaneamente.

Ao acompanharmos o processo histórico das pandemias no mundo, vemos que não é uma preocupação destes últimos anos, mas que vem se propagando há milhares de anos. A peste-negra, por exemplo, surgiu em 1343 até 1353, nos continentes asiático e europeu. Houve também a gripe espanhola em 1918, com uma possível origem nos Estados Unidos, afetando cerca de 20 a 50 milhões de pessoas, levando-as a óbito. Já no século XX, houve inúmeros surtos de gripe, entre 1957 até 1968 e, em 2009, tivemos a gripe suína (H1N1). Na época, houve um alerta emergencial das autoridades internacionais de saúde.

De acordo com as informações coletadas no site da OPAS (2020), há um histórico de emergências internacionais relatadas pela organização. Abaixo, veremos alguns exemplos de surtos pandêmicos ocorridos ao longo desses últimos anos.

Quadro 1. Histórico de emergências declaradas pela OPAS

HISTÓRICO DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECLARADAS PELA OPAS	
25 DE ABRIL DE 2009	PANDEMIA DE H1N1
5 DE MAIO DE 2014	DISSEMINAÇÃO INTERNACIONAL DE POLIOVÍRUS
8 AGOSTO DE 2014	SURTO DE EBOLA NA ÁFRICA OCIDENTAL
1 DE FEVEREIRO DE 2016	VÍRUS ZIKA E AUMENTO DE CASOS DE MICROCEFALIA E OUTRAS MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS
18 MAIO DE 2018	SURTO DE EBOLA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

FONTE: Quadro elaborado pela pesquisadora (2021).

NOTA: Dados coletados no site da OPAS. (2021)

Ao trazermos este histórico de emergências e de inúmeras pandemias ocorridas durante os últimos tempos, vemos que, apesar dos diversos vírus existentes, há uma reorganização social a partir desses acontecimentos. Estas mudanças acabam sendo configuradas em desordem inicialmente, por meio da propagação de notícias, sejam elas verdadeiras, sejam falsas, que atualmente na sociedade contemporânea chamamos de *fake news*. Este comportamento gera modificações no comportamento social dos indivíduos, havendo um processo de readaptação a essas novas adversidades.

Por conta das pandemias ocorridas ao longo do tempo, passou a ser utilizado o termo quarentena, que, segundo a Sanar (2020), foi adotado durante um dos processos pandêmicos existentes no mundo. Com o surgimento da peste-negra, houve uma resignificação desta expressão. A origem desta ação deu-se a partir de sua utilização pelo Velho Testamento, na Bíblia, quando, naquela época, as pessoas buscavam se isolar por conta da hanseníase, por não terem conhecimento sobre a doença. Com isso, havia um isolamento social dessas pessoas contaminadas com o intuito de evitar a propagação da doença.

O termo “quarentena” é utilizado até hoje, principalmente por ser uma ação que busca ter um controle e redução no número de infecções e disseminação dos vírus para

evitar novas variantes ainda mais contagiosas e impedir um número considerável de mortes pela doença.

Em 2019, no dia 31 de dezembro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu dados que, em Wuhan, na província de Hubei, na China, havia crescido o número de casos de síndrome respiratória aguda, gerando diversas internações e até óbitos. Logo, as autoridades de saúde levantaram hipóteses de que, naquela região, havia surgido um novo tipo de coronavírus, o SARS-COV-2, conhecido como COVID-19. Este novo vírus ainda não havia sido identificado em humanos, então, a partir disso, iniciaram as investigações para conhecer os principais efeitos da doença.

Já em 2020, precisamente no dia 30 de janeiro, a OMS declarou que estava ocorrendo um surto de um novo coronavírus no mundo, por isso houve um alerta sobre a doença após um surto e o aumento excessivo de casos confirmados em um curto período, gerando uma preocupação às autoridades de saúde, declarando-a como uma pandemia (OPAS, 2020). De acordo com as informações coletadas no site da OPAS (2020), ao declararem o novo vírus como pandemia, começaram a surgir inúmeros casos da doença. No mundo, a COVID-19 chegou ao quantitativo de 12.102.328 casos de pessoas infectadas pelo vírus e 551.046 de óbitos pela doença (COSTA, 2021).

Ao ser declarada como pandemia em janeiro de 2020, logo após alguns meses da informação do seu risco para a população, explode o número de casos da doença em todo o país. Em pouco menos de seis meses, chega ao número de 500 mil casos da doença em todo o território nacional, um número significativo, pois trata-se de um novo vírus com probabilidade de torna-se letal ao ser humano. O número de óbitos no início de junho chegou a mais de 31 mil, gerando uma preocupação às autoridades e governantes dos estados brasileiros.

Apesar da queda do número de infectados no mês de julho em alguns estados, ainda havia uma preocupação pelas autoridades de saúde e governantes com relação à diminuição e proliferação do vírus da COVID-19 para evitar colapsos na saúde pública.

Diante de todo esse contexto de instabilidades, abaixo observaremos que há algumas informações pertinentes sobre como ocorreu a pandemia de COVID-19 no Brasil em seu amplo contexto. Estes elementos que constam no quadro abaixo foram coletados do site da SANAR (2020), que apresenta como se desenvolveu a progressão do vírus no âmbito nacional, indicando os acontecimentos que dividiram opiniões, gerando debates significativos sobre o posicionamento do governo com relação aos desafios e acontecimentos que surgiram durante a pandemia.

Quadro 2 – Linha do tempo do surto de COVID-19 no Brasil, no ano de 2020

2020			
<p>JANEIRO</p> <p>Dia 05 : primeiro alerta sobre a covid-19. Dia 28 : OMS informa risco de uma epidemia.</p>	<p>FEVEREIRO</p> <p>Dia 09: 34 brasileiros que viviam em Wuhan são repatriados para o Brasil. Dia 26: Primeiro caso confirmado pela covid-19 no Brasil.</p>	<p>MARÇO</p> <p>Dia 02: 2 casos confirmados e 433 casos suspeitos segundo o Ministério da Saúde. Dia 11: OMS declarou pandemia do coronavírus. Dia 17: primeira morte pela covid-19.</p>	<p>ABRIL</p> <p>Dia 02: 6.932 casos do novo coronavírus. Chega a 247 o número de mortos pela doença. Dia 16: O presidente exonera o Ministro da Saúde.</p>
<p>MAIO</p> <p>Dia 05: 108.932 mil novos casos confirmados. Número de óbitos chega a 7.390. Dia 15: Novo Ministro da Saúde pede demissão.</p>	<p>JUNHO</p> <p>Dia 02: Casos confirmados é de 555.383. O número de mortos foi para 31.199.</p>	<p>JULHO</p> <p>Dia 01: Ministério da Saúde registra 1.448.753 infectados pelo coronavírus desde o início da pandemia, e 60.632 óbitos. Dia 21: Tem início a terceira fase da pesquisa de vacina contra o novo coronavírus.</p>	<p>AGOSTO</p> <p>Dia 02: Passa de 94 mil o total de óbitos por coronavírus no Brasil. Dia 08: País ultrapassa a marca de 3 milhões de pessoas infectadas.</p>
<p>SETEMBRO</p> <p>Dia 25: o país já havia ultrapassado a marca dos 140 mil mortes por COVID-19. Dia 30: o Brasil mostrou um aumento no número de óbitos pela COVID-19, precisamente 1031 óbitos em 24 horas.</p>	<p>OUTUBRO</p> <p>Dia 05: O Brasil se aproxima da marca de 5 milhões de casos da COVID-19.</p>	<p>NOVEMBRO</p> <p>Dia 15: Pela primeira vez, 11 mil mortes diárias foram registradas. O número de casos acumulados no Brasil é de 5.863.093, e o número de óbitos acumulados é de 165.798.</p>	<p>DEZEMBRO</p> <p>Dia 15: O Brasil já ultrapassou a marca de 180 mil mortes por COVID-19. Logo no início do mês, o Governo Brasileiro apresentou o rascunho do plano de vacinação.</p>

FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

NOTA: Dados coletados no site da SANAR (2020).

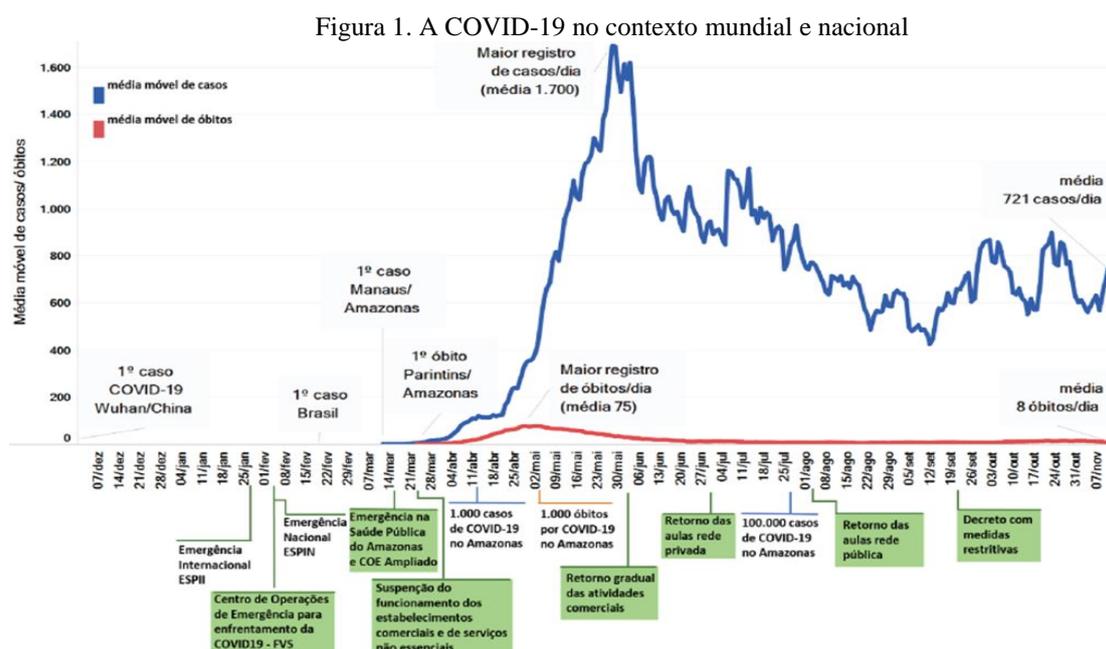
Vale ressaltar que, além de estarmos inseridos num contexto atípico por conta da pandemia, durante o ano de 2020, houve inúmeras polêmicas diante dessas circunstâncias, principalmente com relação aos ministros da saúde do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

No início da pandemia de COVID-19 no Brasil, o ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta (2019-2020), tomou a iniciativa de seguir as orientações da OMS com relação ao isolamento social e às demais medidas de segurança, para que diminuísse a contaminação pela doença. Durante todo esse processo, houve inúmeras divergências entre os dois, ocasionando na exoneração do ministro no dia 16 de abril de 2020, no auge da pandemia.

No mesmo dia, ele já foi substituído pelo médico Nelson Teich. O recém-ministro também defendia o isolamento social e chegou a propor um *lockdown* (confinamento total) para conter a proliferação do vírus. Também não recomendava o uso de cloroquina, contrariando todos os ideais do presidente Jair Bolsonaro. Com isso, o ministro pediu demissão do cargo no dia 15 de maio de 2020.

Em seguida, assume o general do exército, Eduardo Pazuello, que ocupou o cargo entre 15 de maio de 2020 e 15 de março de 2021. O ministro foi bastante criticado por ser a favor do uso de cloroquina como tratamento precoce sem ter comprovação científica. Este comportamento de subserviência ao presidente Jair Bolsonaro ocasionou um atraso da negociação com os laboratórios das vacinas contra a COVID-19 para a sua distribuição no Brasil. Com o aumento no número de novos infectados e óbitos, o presidente foi pressionado a realizar uma troca de ministro, principalmente após Pazuello estar sendo investigado pela CPI da COVID-19. Com isso, houve a saída de Eduardo e a inserção de um novo ministro, Marcelo Queiroga, que é médico cardiologista, permanecendo no cargo até o fim do mandato de Bolsonaro.

Ao abrangermos como se desenvolveu a pandemia em um breve texto no âmbito mundial e nacional, apresentamos abaixo como se distendeu a evolução do vírus no contexto mundial, até chegar à esfera nacional de modo mais categórico.



FONTE: Figura coleta do boletim epidemiológico n° 15, ano 1, da FVS-AM (2020)

Como já iniciamos acima, no Brasil, o primeiro caso da COVID-19 foi no dia 26 de fevereiro, com poucas semanas após a confirmação do primeiro caso em Wuhan, na China. De acordo com a OMS (2020), foram confirmados, no dia 11 de novembro, 54.075.995 casos no contexto mundial, tendo o quantitativo de 1.313.919 óbitos. Nesta mesma data, o Ministério da Saúde no Brasil confirmou 5.848.959 números de casos no país e o número de óbitos foi de 165.658.

Ao chegarmos no mês de dezembro de 2020, com as festas de fim de ano, geram-se inúmeras preocupações para as autoridades de saúde, principalmente por ainda não terem liberado o calendário de vacinação contra a COVID-19 e nem uma possível data para a iniciação da campanha em nenhum dos estados brasileiros.

Na primeira quinzena de dezembro de 2020, o governo, juntamente com o Ministério da Saúde, apresentou um rascunho do plano de vacinação nacional, que seria dividido em quatro etapas, tendo variações devido ao grupo de prioridades existentes.

Na primeira fase, segundo o Ministério da Saúde (2020), foram os profissionais da saúde que estavam trabalhando na linha de frente da campanha contra a COVID-19 e idosos acima de 75 anos, juntamente com a população indígena e quilombola. Na segunda fase, foram os idosos acima de 60 anos. Já na terceira fase, foram pessoas com comorbidades e, na quarta fase, foram os profissionais da educação, da segurança e da área de salvamento, força de segurança nacional, funcionários do sistema prisional e pessoas privadas de liberdade. Com esse rascunho elaborado pelo ministério, o governador de São Paulo divulgou uma possível data para a vacinação no estado, que seria a partir de 25 de janeiro de 2021.

De acordo com as autoridades de saúde, a campanha de vacinação aos grupos prioritários em São Paulo iria atender em torno de nove milhões de paulistanos, um número significativo para iniciar a campanha vacinal no Brasil.

Na segunda quinzena de dezembro de 2020, segundo o Ministério da Saúde (2020), o Instituto Butantan afirmou que a vacina CoronaVac atingia o mínimo de eficácia sugerido pela OMS, tendo uma porcentagem de 50%. Havia também a possível utilização da AstraZeneca, a vacina do laboratório de Oxford, que estava finalizando seus estudos sobre sua eficácia contra a doença e estava em processo de análise para a aprovação do seu uso emergencial no Brasil.

Embora já tivesse sido aprovado o seu uso no Reino Unido, apresentou uma proposital lentidão do governo brasileiro na aprovação do uso da vacina, o que gerou graves consequências para a população, já que o número de infectados e de óbitos pela doença só aumentava.

No dia 31 de dezembro de 2020, o Secretário do Ministério da Saúde dá uma previsão para iniciar a vacinação no país entre 20 de janeiro a 10 de fevereiro. A data ainda não fazia parte do cronograma oficial, eram apenas suposições. Nessa mesma data, o Brasil registrou, segundo o Ministério da Saúde (2020), 56.773 novos casos de covid-19 e 1.074 óbitos pela doença no país nas últimas 24 horas.

Após as festas do fim de ano, como esperado, o Brasil teve um aumento exorbitante no número de casos de pessoas infectadas pela doença, tendo o terceiro maior índice de óbitos pela COVID-19. No dia 7 de janeiro de 2021, teve um recorde de número de óbitos nas últimas 24 horas, 1.841 casos. Segundo o Ministério da Saúde (2020), os estados que mais tiveram casos de óbitos pela doença em 2020 foram: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que lideraram o *ranking* de mortes pela covid.

Já com relação ao ano seguinte, observaremos, no quadro abaixo, como prosseguiu a pandemia no Brasil no ano de 2021 de maneira mais dinâmica. Veremos como ocorreu todo o processo logo após o aumento no número de casos de pessoas infectadas e o colapso na saúde pública e privada, apresentando diversas problemáticas vivenciadas pelos brasileiros nesse ano. As informações que constam no quadro abaixo foram coletadas do site da SANAR (2021) e na Agência Brasil (2021), indicando um resumo dos acontecimentos durante a pandemia de COVID-19 no ano de 2021.

Quadro 3 – Linha do tempo do surto de COVID-19 no Brasil, em 2021

2021			
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
<p>Dia 15: O Brasil registrou a 3º maior alta no número de óbitos e atingiu 200 mil mortes pela covid-19, tendo o número recorde de óbitos em 24 horas, cerca de 1.841 mortes.</p> <p>Dia 30: ANVISA aprovou o uso emergencial de duas vacinas contra a doença.</p>	<p>Dia 19: O Brasil segue na campanha de vacinação contra a covid-19 para os grupos prioritários. Apesar da vacinação ter iniciado, ainda está crescendo o número de óbitos pela doença, sendo 1.309 casos por dia.</p>	<p>Dia 15: Troca do Ministro da Saúde</p> <p>Dia 16: Recorde no número de óbitos pela doença, cerca de 2.798 casos.</p> <p>Dia 24: 300 mil mortos pela covid e 12.183.338 casos confirmados.</p> <p>Dia 26: Registrou 3,6 mil mortes em 24 horas.</p> <p>Dia 30: 3.780 mortes e 84.494 casos confirmados no mesmo dia.</p>	<p>Dia 01: 3.769 registros de óbitos nas últimas 24 horas.</p> <p>Dia 06: Recorde de 4 mil mortes no dia.</p> <p>08: Novo recorde de óbitos, registrando 4.249 no dia.</p> <p>Dia 10: 350 mil mortes pela covid-19 no Brasil.</p> <p>Dia 27: CPI da covid-19</p>
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
<p>Dia 06: Nova variante em RJ.</p> <p>Dia 10: Vacina AstraZeneca suspensa para grávidas.</p> <p>Dia 11: 425 mil mortes pela covid-19 no Brasil.</p>	<p>Dia 02: Importação da vacina Covaxin gerou novas denúncias na CPI da covid.</p> <p>Dia 21: 500 mil mortos pela covid.</p> <p>Dia 26: Primeiro caso da variante Delta no Brasil.</p> <p>Dia 29: Governo suspende a compra da Covaxin.</p>	<p>Dia 01: novos depoimentos na CPI da covid.</p> <p>Dia 02: A Fiocruz afirmou uma redução no número de óbitos e de ocupação de leitos na UTI.</p> <p>Dia 05: Prorrogação por mais 3 meses do auxílio emergencial.</p>	<p>Dia 02: Menor número de mortes pela doença.</p> <p>Dia 11: As UTIs tiveram uma baixa no número de internações, tendo uma ocupação abaixo de 80%.</p>
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
<p>Dia 03: Queda no número de óbitos e avanço na vacinação contra a covid-19. Número de casos por dia alcança menor patamar desde o início da pandemia.</p> <p>Dia 21: Discurso de Jair Bolsonaro para a ONU.</p>	<p>Dia 08: O país atingiu 600 mil mortos pela covid-19.</p> <p>Dia 19: O Brasil teve a maior queda no número de óbitos pela doença, sendo de quase 90%.</p> <p>Dia 26: CPI da covid finalizada e indiciou 78 pessoa, incluindo o presidente Jair Bolsonaro.</p>	<p>Dia 01: Queda no número de óbitos, sendo um marco no combate a covid-19.</p> <p>Dia 15: Hospital de RJ zerou o número de internações.</p> <p>Dia 30: Surgimento da variante Ômicron, gerando um alerta pela OMS.</p>	<p>Dia 01: 90% da população havia tomado a primeira dose da vacina. No mesmo dia, cinco casos da variante Ômicron no Brasil.</p> <p>Dia 11: Ataque hacker ao aplicativo ConecteSus.</p> <p>Dia 16: Anvisa aprova a vacinação das crianças.</p>

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados coletados no site da SANAR (2021) e Agência Brasil (2021).

No dia 8 de janeiro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) recebeu um pedido de autorização para a utilização da vacina da CoronaVac para o uso emergencial em todo o país para evitar o aumento de óbitos pela doença e a diminuição

no número de infectados nos leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), buscando evitar possíveis colapsos no sistema de saúde.

Ao fim da primeira quinzena de janeiro de 2021, o Brasil foi o terceiro maior do mundo em números de óbitos pela COVID-19, atingindo em torno de 200 mil mortes. Após esse aumento do número de casos da doença e de óbitos, o país segue batendo recordes de casos em 24 horas, tendo alcançado 1.841 óbitos em apenas um dia. Nesse ritmo, era necessário e com urgência da aprovação da ANVISA para a liberação do uso emergencial das vacinas, que ainda não haviam sido aprovadas.

No dia 30 de janeiro de 2021, a ANVISA aprovou a utilização da vacina CoronaVac para uso emergencial, seguindo o cronograma elaborado pelo Ministério da Saúde (2021), juntamente com o Plano Nacional de Operacionalização, que iniciou a vacinação pelos grupos prioritários. A seleção teve como base os princípios da OMS, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Segundo o Ministério da Saúde (2021), a lista contava com profissionais da saúde que estavam trabalhando na linha de frente contra a pandemia de COVID-19, idosos acima de 80 anos, em seguida a partir dos 75 anos, depois acima de 70 anos e, para finalizar, pessoas com idade acima de 60 anos. Também estavam incluídas pessoas com comorbidades, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Estes foram os primeiros grupos a se vacinarem contra a covid-19, atendendo 77,2 milhões de brasileiros.

Com o avanço da vacinação contra o coronavírus, a ANVISA liberou a utilização de outra vacina, a AstraZeneca (FIOCRUZ). Também ocorreu uma parceria do Ministério da Saúde com a Covax Facility, que segundo a FIOCRUZ (2021, s/p), “é uma ação internacional coordenada prioritariamente pela Aliança Gavi, com o objetivo de promover a produção e o acesso global a um imunizante contra a COVID-19. Caberia a eles negociarem com os laboratórios fabricantes valores e prazos de entrega”. A parceria é um projeto em colaboração com a OMS para o desenvolvimento de pesquisas, produção, acesso a testes e a tratamentos contra a COVID-19. O processo fez com que acelerasse a vacinação contra a doença para que diminuísse o número de infectados e de óbitos no país.

Com o andamento do plano de vacinação seguindo a todo o vapor, os estados e municípios foram ampliando a lista de prioridades, incluindo trabalhadores da educação, forças de segurança e salvamento, forças armadas, trabalhadores do transporte (coletivo

rodoviário, metroviário, aéreo, aquaviário, ferroviário), caminhoneiros, população em situação de rua e pessoas privadas de liberdade, trabalhadores portuários e industriais.

Apesar do avanço na vacinação contra a COVID-19, ainda não tinha sido liberada para toda a população, com isso, seguiam aumentando o número de casos de infectados e de óbitos pela doença em todo território nacional, o que gerava uma preocupação das autoridades de saúde e seus governos, que estavam tentando se precaver para não criar um colapso nos hospitais.

Já o mês de fevereiro de 2021 trouxe esperança para o povo brasileiro, principalmente por conta da iniciação da campanha vacinal e a ampliação de pessoas que já podiam se vacinar, apesar de ser no grupo prioritário, mas já era um começo significativo.

Sabemos que, apesar das boas notícias, havia questões que envolviam todo um processo de má administração dos governos. A suspensão de algumas medidas de segurança e a irresponsabilidade dos cidadãos ocasionaram um crescimento no número de casos de COVID-19 de janeiro a fevereiro, cerca de 1.300 por dia.

Em meio a todo esse caos acontecendo no Brasil, o ministro da saúde foi afastado do seu cargo e substituído por Marcelo Queiroga. No dia seguinte ao episódio, no dia 16 de março, o país bate o recorde de número de óbitos por dia, chegando a mais de dois mil casos em 24 horas. Os meses seguintes, março e abril de 2021, continuaram batendo recordes diários seja em números de óbitos em 24 horas, seja de novos casos de pessoas infectadas pela doença, o que gerou um caos na saúde em todo o país.

Ao fim de abril de 2021, precisamente no dia 27, foi iniciada a CPI da COVID-19, que, de acordo com as autoridades, seria uma maneira de investigar o que gerou o colapso na saúde no estado do Amazonas e quais foram os responsáveis pelos episódios de caos, desordem e terror na saúde pública enfrentados pela população amazonense.

Em maio de 2021, surgiu uma nova variante no país, o que ocasionou um alerta da OMS para com os órgãos de saúde. No dia 11 deste mês, o Brasil chegou a bater o número de 425 mil mortes pela COVID-19. Já no mês seguinte, em abril, ficou marcado por inúmeras polêmicas envolvendo a compra de imunizantes que não haviam sido aprovados pela ANVISA e que estavam sendo trazidos para o Brasil para serem utilizados na campanha de vacinação. A polêmica gerou novas investigações na CPI da COVID-19, acarretando a suspensão da compra da Covaxin, que era uma vacina indiana que estava em processo de análise para ser utilizada na campanha. Neste mesmo mês, no dia 21, o

país chegou ao número de meio milhão de óbitos pela doença, um crescendo exorbitante em poucos meses.

No dia 26 de junho de 2021, é detectado o primeiro caso da nova variante no Brasil, no estado do Rio de Janeiro. A variante delta já estava circulando entre outros países, gerando inúmeros óbitos na Índia, que foi onde possivelmente surgiu essa nova alteração da Sars-Cov-2. Sua característica é a transmissibilidade, sendo extremamente contagiosa, já que consegue se espalhar com mais facilidade em diversos ambientes e climas, contaminando mais pessoas e causando mais mortes.

Com relação aos meses de junho e agosto de 2021, havia uma esperança para o povo brasileiro, com a aceleração da campanha de vacinação contra a COVID-19, os números de óbitos diminuíram e conseqüentemente o quantitativo de pessoas que eram internadas pela doença. De acordo com a FIOCRUZ (2021), houve uma redução no número de pessoas internadas, tendo ocupação abaixo de 80% dos leitos em vários estados do Brasil. No mês de agosto, no dia 02 precisamente, foram registrados um dos menores números de óbitos pela doença.

Nos meses seguintes, de setembro a outubro de 2021, as autoridades de saúde continuaram registrando uma queda nos números de óbitos diários causados pela doença. Com o avanço da vacinação e a ampliação dos grupos, houve uma queda no número de internados nos hospitais, diminuindo o colapso na saúde. Apesar de toda a mobilização para que a campanha da vacinação conseguisse alcançar toda a população, ainda existiam pessoas que não queriam se vacinar e que reproduziam o discurso negacionista defendido pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. No mês seguinte, o país registrou, aproximadamente, 600 mil mortos pela COVID-19. Apesar da queda no número de mortes após a vacinação, havia pessoas que se negavam a tomar a vacina. As investigações da CPI da covid-19 foram encerradas, sendo indiciadas 78 pessoas, incluindo o presidente.

Para os meses seguintes, entre novembro e dezembro de 2021, os números de óbitos foram diminuindo e o de vacinados, aumentando, o que gerava uma esperança ao combate e à estabilização da proliferação da doença. No dia 15 de novembro de 2021, o hospital do Rio de Janeiro chegou a zerar o número de internações por covid.

Já no fim de dezembro, a OMS alertava sobre uma nova variante, a Ômicron, que havia surgido na África e estava se espalhando rapidamente por ser extremamente contagiosa. De acordo com a FIOCRUZ (2021), a disseminação da Ômicron acontecia da seguinte maneira, dentre uma pessoa contaminada pelo vírus chegava a infectar 200

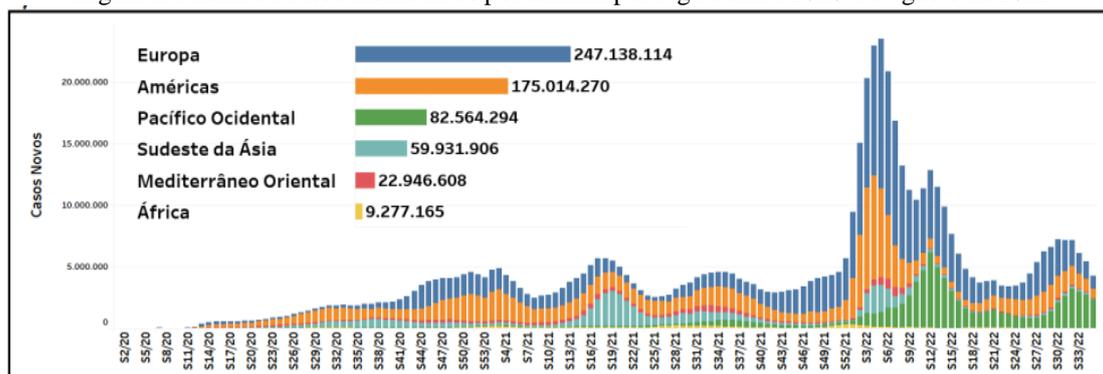
peças, diferente das outras variantes, que ao serem transmitidas atingiam cerca de 100 ou até menos pessoas, dependendo do ambiente. A nova variante gerou uma preocupação às autoridades de saúde, pois não sabiam se a vacina seria eficaz contra a nova alteração da Sars-Cov-2.

Em dezembro de 2021, segundo pesquisas apresentadas pela FIOCRUZ (2021), cerca de 90% da população brasileira haviam tomado a primeira dose da vacina contra a COVID-19, porém, no mesmo dia, foram contabilizados novos casos da variante Ômicron no Brasil, gerando um alerta ao ministério e aos outros organismos de saúde. Nesse mesmo mês, o Brasil sofreu com um ataque *hacker* no aplicativo conecte SUS, ocasionando perda de inúmeras sondagens e levantamentos coletados durante a pandemia, causando uma instabilidade no sistema do Ministério da Saúde, fazendo com que documentos e dados quantitativos importantes fossem perdidos do sistema.

Diante de todo esse processo, havia também inconsistências do governo, após inúmeras falas polêmicas de Jair Bolsonaro sobre a vacinação contra a COVID-19, uma vez que certas atitudes do ex-presidente provocaram uma preocupação aos governantes por influenciar pessoas a serem contra a vacina. Ele declarou também ser contra a inclusão de crianças na campanha vacinal, porém, no mesmo mês, a ANVISA aprovou a vacinação por faixa etária e que ficaria na responsabilidade dos pais ou tutores levar as crianças para dar início a esse processo, para que pudessem retomar as atividades presenciais nas escolas com mais segurança. A ação gerou um impacto positivo, principalmente para a área da educação, pois as crianças estariam mais seguras, o que evitaria a contaminação em massa nas escolas. Todo esse movimento gerou a diminuição de chances de um possível aumento da internação e óbitos de crianças.

Já no ano de 2022, até o mês de agosto, foram confirmados, segundo a OMS (2022), 596.873.121 casos de COVID-19 e de óbitos, foram de 6.459.684 em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o continente que teve a maior porcentagem de pessoas infectadas foi a Europa, contabilizando 41% do número de casos em todo o mundo, em sequência, as Américas do Norte, Sul e Central, com o percentual de 29% dos casos.

Figura 2. Média de casos distribuídos por semana por região entre 2020 até agosto de 2022



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 13, ano 1 da FVS-AM (2022)

Já no Brasil, até o mês de agosto de 2022, segundo a OMS (2022), foram registrados 34.368.909 casos de pessoas infectadas e o número de óbitos foi de 683.397. O continente Europeu e as Américas ainda continuam sendo os que mais apresentaram elevados índices de contaminação pela doença e que ainda estão na luta contra a covid-19.

Portanto, todo esse processo gerou mudanças nas populações e seus modos de existência, causando impactos significantes para a população em diversos âmbitos. Vemos que a pandemia ainda é uma temática que ainda precisa de mais profundidade, pois as consequências dela ocasionará inúmeras implicações na sociedade.

2. TRABALHO E TRABALHO DOCENTE

Neste capítulo apresentaremos as dimensões do trabalho e do trabalho docente em diferentes contextos. Trouxemos uma perspectiva de totalidade sobre o que é trabalho e trabalho docente e como os processos do capitalismo influenciam nas relações do trabalho material e imaterial.

O trabalho no sistema capitalista tem se tornado cada vez mais precarizado. Os processos de reestruturação produtiva têm modificado as relações sociais de produção, deste modo a forma de trabalho taylorista muito frequente no século XX foi se remodelando, sendo substituído pelo chamado Toyotismo.

Mourão (2006) assevera que o trabalho se tornou mais flexível e as formas de exploração mais refinadas já que a tecnologia adentra em todos os setores da sociedade, com isto o exército de reserva se amplia. Todas essas modificações adentram na sociedade, fazendo com que haja alterações nas relações sociais de produção sem que ocorra transformações nas estruturas sociais. O marxismo faz uma crítica ao capitalismo e seus modelos de consumo e suas relações no meio social, vendo o homem como mão de obra barata, desconsiderando-o como ser social, valorizando apenas a sua força de trabalho. Assim, todo tipo de trabalho vai se tornando precário.

É essencial dialogarmos sobre o trabalho docente em seus amplos aspectos, principalmente dando ênfase na questão da precarização, que é uns dos principais problemas para nossa educação. Acreditamos que (para quem defende a escola pública, gratuita e de qualidade) seja necessária a discussão sobre as principais adversidades que se apresentam diante do cotidiano da escola pública, como a precarização e a desvalorização dos trabalhadores da educação.

Ressaltamos que a precarização do trabalho docente é um processo estrutural e histórico em nosso país. Todo esse contexto acabou intensificando as dificuldades enfrentadas pelos professores no seu dia a dia, principalmente durante a pandemia de COVID-19, ampliando lacunas na educação brasileira.

Diante da perspectiva do materialismo histórico-dialético que entende o trabalho como categoria central da explicação dos processos sociais, para entender a realidade e a complexidade da totalidade no meio em que se apresenta, lançamos mão das categorias contradição, totalidade e mediação. Todo este processo gera uma reflexão para criar

estratégias de enfrentamento aos meios de segregação que são impostos pelo capitalismo selvagem. É preciso, de fato, que nós compreendamos as variabilidades destes para que sejam construídos enfrentamentos significativos para esta nova política.

2.1. A ONTOLOGIA DO TRABALHO

Para discutirmos o tema, inicialmente, é importante abordar o que é o trabalho e sua gênese histórica. Neste tópico, vamos dialogar sobre as concepções de trabalho durante todo o seu processo histórico, abordando o trabalho e suas relações com o mundo na lógica do capital e na concepção marxista.

Estas ações são ressignificadas e remodeladas diante da variabilidade das mudanças que ocorrem na sociedade ante os processos de precarização do trabalho. Atualmente, este contexto se intensificou devido à pandemia de covid-19, ampliando as características de exploração, expropriação e contradição.

As concepções de trabalho vêm sendo deturpadas pelos processos que o capitalismo impõe. Para Marx, em *O capital*, “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

Esta concepção de trabalho é empregada como necessidade, destacando o trabalho útil e trazendo questionamentos em cima de conceitos de alienação e totalidade, especificados na ideologia alemã (MARX, 1998), ressaltando que o trabalho no sistema hegemônico impõe uma divisão obrigatória, contraditória à maneira de pensar no autor, pois, para ele, o trabalho na sociedade deve ser uma atividade que liberta o homem, que não o aprisiona, muito menos o aliena.

O trabalho não é apenas uma atividade que o homem deve exercer sistematicamente, pois não deve se reduzir a uma função ou a um cargo. “O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade” (KOSIK, 1969, p. 180). Portanto, não irá reduzir o homem a um único contexto.

Para Marx, o trabalho tem um significado oposto à dinâmica veiculada ao capitalismo, sendo a combinação de acúmulo e criação de relações de valores de troca. O trabalho na perspectiva marxista tem um viés social, onde o homem trabalha para a satisfação de suas necessidades humanas. Para o autor, o trabalho é “[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255).

Este ato de trabalhar busca transformar o homem, de modo geral, em um ser social, pois esta relação faz com que a sua visão de mundo seja ampliada e ressignificada para que busque o necessário para a sua subsistência. “O homem vive da natureza” (MARX, 2004, p. 84). Dessa maneira, fornecerá condições necessárias para que o homem busque, na natureza, formas de se sustentar e de manter os valores sociais, fugindo da lógica capitalista de acumulação.

Nas obras de Marx, o trabalho tem um enfoque no social. Ao trazermos aspectos sobre a sua obra *O Capital*, destacamos o seguinte trecho “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

O trabalho é a base da existência humana e da ontologia do ser social, é uma atividade vital, onde somente homens e mulheres podem desenvolver de forma planejada, pensada, de maneira teleológica e consciente. Portanto, o trabalho é aquilo que nos diferencia dos outros animais, é a capacidade que nós temos de transformar a natureza para satisfazer às necessidades humanas e ao mesmo tempo em que mudamos à natureza, também nos transformamos e modificamos as nossas relações sociais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 2013, p. 149-150).

Marx faz uma referência interessante ao trabalho do homem, comparando-o ao trabalho de um animal, havendo semelhanças em algumas configurações com relação ao aspecto da ação do indivíduo, mas que, segundo Marx (2013) o que diferencia o homem de um animal é a sua racionalidade, criatividade, imaginação, sua forma de planejar e executar tal atividade.

O ser humano transformará o ambiente em que vive para suprir necessidades, atuando de acordo com os seus objetivos e ideais. Conforme há finalidade, este trabalho desenvolve suas capacidades para que possa transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades, e, ao mesmo tempo em que modifica a natureza, há uma transformação desse homem e nas suas relações sociais. O homem, além de alterar o âmbito exterior, também transfigura o seu interior.

O trabalho tem a sua dimensão ontológica⁴. Além de criar realidades, também possibilita diversas formas de atividades humanas, que não só modificam a natureza, mas alteram diversos aspectos sociais, que é a transformação do interior e do exterior do ser social. Destacamos ainda que: “[...] sua ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cérebro e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos naturais, impondo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2006, p. 211).

Para o ser social, há uma constante criação de necessidades, mesmo após o trabalho ser realizado, surgindo novas demandas para o homem, então, criam-se percursos de trabalho para satisfazer esses propósitos. Observamos que o agir humano não se esgota no trabalho, pois desde o ato mais primitivo deste exercício, ele se revela como sendo parte da construção da totalidade social, e não sendo uma parte isolada.

Ao trazermos a lógica de totalidade destacamos o trabalho como dupla forma de transformação, pois possibilita a transformação da natureza e do próprio indivíduo, um de maneira objetiva, e outro, subjetiva, sendo um a base para o desenvolvimento do outro, ou seja, “modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria história” (KONDER, 1992, p. 105).

Contemplando as concepções marxistas que evidenciam o trabalho, ao trazer o exemplo do homem e da abelha, Marx (2006) busca enfatizar a diferenciação entre eles por meio da utilização da consciência e raciocínio. Para o homem, o trabalho não é instintivo. O autor constrói sua ideia conciliando-a ao pensamento marxista, isto é, “no trabalho humano há sempre algo de novo e de ‘causal’ que não existe na atividade animal” (KONDER, 1992, p. 106).

Nas concepções de Kosik (1969), o trabalho é como um simples aspecto que traz a distinção do animal para com o homem. A criação é uma ação consciente do trabalho que acaba gerando e moldando a sua existência, diferentemente do animal, que busca adaptar-se ao meio de acordo com os seus instintos. Esta adaptação não é consciente, não é uma ação pensada ou calculada, e não há um processo de criação. Segundo Mourão (2006, p. 17), “na medida em que os homens adquirem uma nova forma de consciência deste fato, no ato de produzir modificam também sua realidade objetiva”. Estas relações de trabalho se modificam de acordo com a sociedade e suas transformações, pois são

⁴ O trabalho como atividade humana vai construindo as identidades humanas, o homem se humaniza neste processo.

mutáveis. O trabalho é um determinante para inúmeras situações de existência do ser humano, porém, não é o que lhe determina como sujeito.

Enquanto Marx destaca em suas convicções que não vê o trabalho pelo trabalho, mas, sim, como um aspecto para a valorização do ser social, György Lukács destaca que (2013, p. 156) “o trabalho no sentido de simples produtor de valores de uso é certamente o início genético do devir homem do homem”. É, para ele, a forma originária do agir humano, não reduzindo o homem ao trabalho. Ao pensarmos na ontologia do ser social e como é construído, o trabalho é um dos elementos para a ação de transformação do homem sobre a natureza.

Ao desenvolvermos uma discussão sobre trabalho em sua ontologia, apresentamos a sua real finalidade, dando ênfase no ser social. Este processo constrói uma base introdutória para que possamos expor as contradições existentes que fazem parte do trabalho no sistema capitalista, destacando categorias significativas. É importante a compreensão destas dicotomias para que possamos adentrar e entender a estrutura envolvendo a análise apresentada. Diante desses fatos, compreenderemos melhor como se desenvolveu a dinâmica de trabalho inserida no sistema capitalista. Ao expormos esta abordagem, torna-se visível a descaracterização do conceito de trabalho na sociedade.

O trabalho enquanto ontologia do ser social, em sua gênese, tinha um propósito que foi descaracterizado com o passar dos anos. A partir da introdução de valores de troca para as mercadorias, a implementação do sistema capitalista, aos poucos, foi adentrando aos modos produção, fazendo com que o trabalho perdesse a sua essência humana, tornando-o meramente alienado e abstrato, visando apenas a força de trabalho. Diante disso, o trabalho para o capital é considerado uma mercadoria que pode ser comprada e vendida como se fosse um produto, perdendo o seu sentido criativo, autônomo e autoconstituente do ser social. Logo, “[...] o trabalho que forma a riqueza da sociedade capitalista não é o trabalho em geral; é um determinado trabalho, o trabalho abstrato-concreto ou um trabalho dotado de dupla natureza, e apenas nesta forma pertence à economia” (KOSIK, 1969, p. 191).

É curioso apresentarmos esta análise sobre o trabalho no sistema capitalista, destacando pontos interessantes para que possam ser apresentados conceitos e características sobre este modelo econômico. Temos que entender que exploração, expropriação e da precarização são categorias inerentes ao capital. Não há trabalho abstrato e nem alienado dentro do sistema capitalista que não seja permeado e atrelado a

estas categorias, já que o trabalho se torna nulo quando não está vinculado a estas perspectivas.

Considerando este contexto é importante dimensionar que, a partir da crise estrutural do capitalismo, Mészáros destaca, em sua obra, que “o ‘trabalho’ é à base de toda a alienação” (MÉSZÁROS, 1981, p. 74) e que, nesta visão do capital, gera diversas estruturas para que supere crises, mas que o trabalho sempre terá como base a alienação do sujeito.

Ao tratarmos desta conjuntura, é importante destacar que estamos diante de uma crise estrutural do capital, que só afeta as questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, éticas e morais. A crise engloba inúmeros aspectos que vão culminar na precarização do trabalho, intensificado por modelos econômicos, como o neoliberalismo e, na circunstância atual, o ultra neoliberalismo, que visa a hegemonia do capital financeiro e os processos de reestruturação produtiva, implicando tragédias no universo do trabalho. Mészáros (2006), em seu livro *A crise estrutural do capital*, destaca que “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (2006, p. 797). Estamos hoje diante de uma crise estrutural no âmbito do trabalho atingindo inúmeros países e seus modos de produção, ampliando as desigualdades em diversos contextos.

A precarização do trabalho é apresentada em nível global em países que são considerados capitalistas. Ao destacarmos a nossa realidade, de um país que está localizado na América do Sul e que é capitalista dependente⁵, segundo Fernandes (1975), todo este contexto faz parte de um processo histórico-social, desde a colonização, tornando os países de terceiro mundo dependentes dos países colonizadores, denominando esta ação de capitalismo selvagem, tendo a finalidade de acelerar o desenvolvimento capitalista nos países de terceiro mundo, assim tornando-os dependentes economicamente dos países desenvolvidos e da hegemonia americana.

Quando dialogamos sobre três aspectos que se complementam, que é sobre a precarização do trabalho, Revolução 4.0⁶ e a *revolução informacional digital*, que,

⁵ Termo utilizado por Florestan Fernandes em sua obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1975) que traz todo um contexto histórico de como houve essa dominação externa nos países da América Latina, desde a época da colonização, do novo imperialismo à hegemonia dos Estados Unidos

⁶ Termo utilizado por Ricardo Antunes em seu livro *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0* (2020). O autor conceitua “a utilização de tecnologias de informação e comunicação que se configuram então, como um elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de

segundo Antunes (2020), evidencia que há um comando de ferramentas e robotização do trabalho, deixando de ser manual, reduzindo o trabalho vivo. Este processo apresenta uma nova configuração do trabalho no século XXI, destacando elementos como a terceirização⁷, pejetização⁸ e uberização⁹ do trabalho, que são termos que evidenciam como se desenvolve os processos neste contexto do capitalismo dependente brasileiro, que se manifesta para a classe trabalhadora em seus segmentos de trabalho até chegar ao serviço público.

Estamos falando de novas formas de gerenciamento, controle e organização do trabalho diante das crises estruturais do capital, que são permeadas por diversos modos de trabalho, atingindo o âmbito público e, conseqüentemente, o trabalho docente de forma objetiva, visando a sua precarização. Apontaremos importantes questões que permeiam esta condição numa perspectiva objetiva e subjetiva do trabalhador, pois o capital busca conformar e capturar as singularidades, adequando-as aos novos padrões de acumulação, gerenciamento, controle e organização do trabalho, sendo um processo histórico-social.

As complexas realidades derivadas das metamorfoses no mundo do trabalho chegam ao contexto brasileiro, apresentando-se de maneira ilusória e utópica. Um grande exemplo é a própria empresa da Uber, que, além dos motoristas trabalharem em condições precárias, coloca-se que o seu trabalho é “livre”, mas obriga o condutor a aceitar todas as corridas, se não deve pagar uma taxa. A empresa coloca o trabalhador como “parceiro”: “A Uber manifesta a enganosa ladainha de que está ao mesmo tempo entregando viagens baratas aos usuários e oportunidades de trabalho bem remuneradas aos motoristas” (SLEE, 2017, p.27). Ou seja, esta empresa vem com uma utopia de que está oferecendo mais vagas para o mercado de trabalho, dando uma ideia de que são microempresários e que podem flexibilizar seus horários de trabalho e ganhar dinheiro oferecendo ao consumidor o melhor produto.

nosso tempo” [...] É o trabalho através da utilização de aplicativos, que não oferecem nenhum tipo de direitos trabalhistas e te colocam como “parceiros” dessas empresas. (2020, p.13)

⁷ Moreira Silva (2018) destaca que a terceirização é uma forma de escudo para as grandes corporações, pois transferem os custos dos processos administrativos e do mercado para empresas menores. É um poderoso mecanismo de precarização e das relações de trabalho e possibilita às empresas a não cumprirem os direitos trabalhistas. Tem como objetivo elevar os ganhos do capital e reduzir os custos da força de trabalho.

⁸ Maria Amélia Lira de Carvalho conceitua a pejetização do trabalho como “uma das novas modalidades de flexibilização, que resulta na descaracterização do vínculo de emprego e que se constitui na contratação de sociedades (PJ) para substituir o contrato de emprego” (2010, p. 62).

⁹ O autor e economista canadense Tom Slee (2017) traz o conceito de uberização como uma nova maneira de precarizar o trabalho. O trabalhador precisa ir para o mercado de trabalho com toda a sua mercadoria e vai vendê-la pelo serviço que prestar. Estas empresas transferem os riscos e custos para o próprio trabalhador, sendo sustentada por esse grande exército de reserva existente por conta do aumento de desempregados.

Com isso, o capitalismo cria o trabalhador para ser ferramenta de produção. “É tendência do capital, aumentar a população trabalhadora, assim como colocar permanentemente uma parte da mesma como subpopulação: população que é inútil para o momento, até que o capital possa valorizá-la” (MARX, 1986, p. 350). Ou seja, o capital só visa o trabalhador e o valoriza quando se torna útil para o mercado, sendo mão de obra e favorecendo para que o processo hegemônico se perpetue.

Não é um fato isolado ao destacarmos o trabalho docente na escola pública, que não gera diretamente a mais-valia, mas já está inserido na concepção mercadológica que gerencia e está presente no âmbito escolar. Estes processos são reforçados por ações que visam privatizar as escolas públicas. Tais transformações no âmbito da educação precisam ser consideradas e evidenciadas, pois afetam o seu fazer docente, impactando o seu trabalho e suas relações.

As mudanças que o capitalismo gera no mundo do trabalho, especificamente as dos processos de pós-crise estrutural, buscam um movimento simultâneo de expropriação, espoliação e precarização dos direitos dos trabalhadores. Isso acarreta uma construção de novas subjetividades para o trabalho vivo, sendo posto e repostado pelo modo de produção capitalista. Há um novo padrão de acumulação que é criado, há também a busca pelo novo modo de ser e de viver da classe trabalhadora.

Hoje, ao nos referirmos ao contexto pandêmico, houve diversas adaptações às condições de trabalho, de habitação, de costumes, de nutrição e de consumo que fazem parte do processo de transformação do trabalho. Os profissionais que trabalham de modo remoto, que engloba boa parte dos docentes brasileiros, tiveram que se adaptaram a novas condições de trabalho. Esta transformação radical aconteceu durante a pandemia e exigiu uma readaptação psicofísica do trabalhador, como destaca Gramsci (2001, p. 248): “novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.

É importante ter a dimensão de que o capital não incide somente na extração da mais-valia, mas implica na busca pelo consenso e na adesão da classe trabalhadora de conjunto à nova ideologia: “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários, profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001, p. 247-248). Isso nos leva a entender que o sistema capitalista cria formas de uma passividade e conformação dos trabalhadores. É umas das estratégias que o capitalismo produz para “educar” o trabalhador e controlá-lo, o alienando durante o processo.

Com isso, há uma ideia para repensarmos o fazer docente da escola pública, que não gera diretamente a mais-valia, mas que vive à mercê dos processos de adaptação psicofísica do trabalho e de precarização, assim como a classe trabalhadora. Esta perspectiva da totalidade engloba todos estes aspectos que serão discutidos nos tópicos seguintes.

2.2. O TRABALHO DOCENTE

Neste tópico vamos discorrer sobre o trabalho docente e como se apresenta no território brasileiro diante das adversidades que fazem parte desse contexto, para mostrar a sua importância para o desenvolvimento social de uma nação.

Está vinculado à questão do trabalho, enquanto categoria geral, associando-se à questão da docência. Portanto, para dar ênfase a este conteúdo, teremos como base autores como: Azzi (2012), Tardif e Lessard (2009), Libâneo (2010) e Pimenta (2012), que discutem a temática numa perspectiva mais crítica, destacando a importância do trabalho docente para o crescimento do ser social. É evidente que a temática é significativa e relevante, pois é necessário criar pautas e debates para visibilizar a luta, logo, pretendendo a partir disso implementar melhores políticas para a categoria.

O trabalho docente é uma práxis que “[...] está impregnado de intencionalidade, pois visa à transformação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, que implica em escolhas, valores, compromissos éticos” (PIMENTA, 2012, p.16). Ao falarmos sobre esta temática, é importante ressaltar os desafios e os impasses que a categoria vivencia no contexto em que está inserido. Segundo Azzi (2012, p.45), o trabalho docente “constrói-se e transforma-se no cotidiano da vida social; como prática, visa à transformação de uma realidade, a partir das necessidades do homem social”

O trabalho docente coloca-se como a realização do processo educativo, gerando um avanço para a promoção do desenvolvimento social. Nas concepções de Libâneo (2010), é uma atividade essencialmente social, que contribui para o desenvolvimento cultural e científico da sociedade, tornando-se imprescindível para novas conquistas democráticas. É um campo que incita novas reflexões sobre o cotidiano do professorado, apresentando questões que devem ser discutidas e problematizadas constantemente, como formação inicial, continuada, desafios, condição social e salarial desse profissional.

Segundo Tardif e Lessard (2009), é um campo crucial e umas das chaves para compreendermos as transformações das sociedades humanas. Caracteriza-se como um dos mais importantes grupos ocupacionais, além de ser considerado, juntamente com os

profissionais da saúde, a principal carga orçamentária dos estados. É um trabalho cujo objetivo é constituído de interações humanas, e não de matéria inerte ou símbolos.

Sabemos que não é possível falar e pensar em políticas de formação e de valorização do trabalho docente sem analisar um conjunto de questões que configuram a sua materialidade¹⁰. Segundo Arroyo (2011, p. 74), “a desvalorização social, política, cultural do magistério de educação básica assim como da escola pública é um componente de nossa formação histórica que reflete a desvalorização dos trabalhadores ao longo de nossa história”.

O contexto histórico da educação no nosso país, enfatizando o trabalho docente, diante da conjuntura atual, desconfigura questões progressistas que foram conquistadas nesta área em prol da educação, sofrendo com a precarização, numa direção completamente oposta ao que estava sendo apresentado nos governos anteriores (do Partido dos Trabalhadores): “[...] a nova direita influenciou o rumo da educação brasileira e no mundo” (FREITAS, 2018, p. 15). Este movimento do neoliberalismo não afetou somente a economia, mas a educação, trazendo elementos característicos de produção em massa e mercantilização da educação.

De 1990 até os dias atuais, estamos vivenciando um processo de aprofundamento da precarização do trabalho que, conseqüentemente, atingiu a educação intensamente. Tivemos profundas modificações no mundo do trabalho e na educação com o avanço do neoliberalismo no nosso país. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as reformas de estado de Bresser Pereira, que modificou a gestão pública e afetou também o âmbito educacional. Houve avanços dos processos de terceirização, que estavam sendo ampliados de forma significativa dentro das escolas públicas, trazendo profundas modificações em seu interior.

Foram criadas leis como a Lei do Trabalho Temporário de 1998 (governo do Fernando Henrique Cardoso), que flexibiliza os contratos e fortalece processos de terceirização no âmbito do trabalho, a PEC 241, que agora é PEC 55, que regulamenta a precarização dos trabalhadores, e a Lei Nº 13.467/2017 da Reforma Trabalhista, que foi aprovada recentemente pelo governo de Michel Temer (2016-2018), autorizando o uso do trabalho flexível, terceirizado, de subcontratado, temporário, com direitos limitados, ou até mesmo ausentes.

¹⁰ Destacamos que o processo de trabalho vai além da formação já que envolve salário, carreira, formação e condições de trabalho.

Estas leis aumentaram a precarização do trabalho, afetando o trabalho docente nas escolas públicas. A inserção do trabalho temporário como mecanismo permanente, por ser constitucional, está sendo empregada com frequência para a não realização de concursos públicos para professores do ensino básico. Este movimento vem se estendendo e se fortalece em meio a novas reformas trabalhistas diante dos processos do modelo neoliberalismo.

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, tornou-se um obstáculo oferecer à população uma educação de qualidade e que procure promover o desenvolvimento do indivíduo em seus amplos aspectos. Este processo acaba atingindo as escolas públicas, gerando um retrocesso aos programas e ideologias progressistas, que começaram a ofertar acesso aos mais pobres. Nas concepções de Palú e Petry (2020), com o avanço do neoliberalismo, da globalização e do neoconservadorismo nas últimas décadas, foram gerados enormes retrocessos no campo da educação básica pública brasileira.

Por isso, nos seguintes tópicos, debateremos a importância do trabalho docente, pois “compreender e discutir a formação, as condições de trabalho e carreira dos professores se torna importante para a compreensão da qualidade educacional de um país, ou de uma região” (GATTI, 2009, p. 9). Estes aspectos abrangem pontos sobre a precarização do seu trabalho, apresentando categorias importantes para serem analisadas. Há inúmeras adversidades envolvendo o cotidiano escolar do trabalho docente, por isso, pontuaremos as questões significativas para a construção deste diálogo.

A educação vem sendo colocada como principal debate nos centros políticos mais conservadores, que visam transformar a educação em mercadoria, retirando a educação do seu papel social e a inserindo numa visão da lógica empresarial. “A “nova direita” e seus aliados passam a implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação” (FREITAS, 2018, p. 22). Esta “nova direita” busca, através de reformas e movimentações desfavorecer e diminuir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, e isso acaba afetando também o âmbito da educação em seu contexto geral.

Pensar nessas reformas que estão sendo implementadas pela lógica empresarial e conservadora é uma aliança estratégica que representa diferentes grupos. Esta dinâmica tem elementos em comum e convergem para um determinado projeto de educação e sociedade. Os partidos políticos, grupos empresariais, conservadores e religiosos foram eficientes ao estabelecer as alianças, norteando um projeto de sociedade, anulando

questões importantes para o desenvolvimento social e político, impedindo a população mais pobre de ter acesso e uma educação de qualidade.

O ensino no Brasil tornou-se um grande negócio, buscando padronizar os estudantes para o mercado de trabalho, sem se preocupar com a formação do sujeito, o tornando indiferente aos problemas sociais e políticos existentes. Para Gentili e Silva (1996, p. 12), a educação neoliberal tem o intuito de “atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho”.

Ao falarmos de mercado estamos associando-o à relação capital-trabalho. Por isso, é importante trazer categorias de análise para que possamos explicitar e explorá-los melhor em nossos estudos. Estas questões são ideologicamente determinadas por classes e grupos sociais que atuam politicamente no cenário brasileiro para definir os projetos educacionais.

Inicialmente não parece possuir uma ligação de fato, mas ao fim estão todos associados à precarização da educação, em particular ao trabalho docente, inserindo-o em uma visão da lógica do mercado no modelo neoliberal, pois “[...] o neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiências através da concorrência” (FREITAS, 2018, p. 31). O neoliberalismo vê a educação como uma mercadoria, onde a meritocracia é o que movimenta este processo.

Os docentes da educação básica são desvalorizados e suas condições de trabalho não são favoráveis, tornando seu trabalho precário e sem grandes possibilidades, fazendo com que o professor seja culpado ou se auto culpabilize pelos fracassos que surgem ante estas realidades: “[...] um trabalho, na prática, desvalorizado, mas importante o suficiente para que se culpe o professor por todas as mazelas da sociedade” (CODO, 1999, p. 299).

Alguns destes projetos estão ganhando força no meio social, como a escola sem partido, o *homeschooling* e a atuação dos empresários no âmbito educacional com a utilização de *vouchers*, tornando a escola um produto. Nas concepções de Freitas: “a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastado do Estado, o que significa sua privatização” (2018, p. 29). A educação para os empresários acaba virando um serviço que gera lucro, não sendo mais um direito do cidadão e obrigação do Estado ofertá-la para todos, ou seja, será apenas para aquele que tem condições financeiras de adquirir o serviço.

Outro processo de desvalorização do trabalho docente são os salários, pois tornam-se pouco atrativos, dificultando a permanência do profissional nesta carreira, já que, ao longo do processo, não há uma remuneração significativa para o professor.

É preciso criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. É preciso que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. (BRASIL, 2001, p. 45).

Sabemos que a discussão sobre a problemática não é recente, que há uma falta de investimento em políticas públicas efetivas na valorização e na formação continuada desses profissionais.

Outra questão a ser destacada é, que apesar do Plano Nacional de Educação (PNE) exigir formação superior a esses profissionais para “melhorar” suas condições de remuneração e trabalho, não significa que esta formação seja de qualidade. Há um crescimento da vinculação de fundações privadas na formação desses profissionais que disputam projetos de sociedade, de educação e de formação de professores, visando mantê-los na perspectiva mercadológica empresarial que vem adquirindo um protagonismo por meio do conceito neoliberal.

Shiroma (2003, p. 12) aponta que este processo acaba por modelar um novo perfil de professor “competente tecnicamente e inofensivo politicamente”, ou seja, “[...] formar um professor profissional, nesses moldes, não significava que este viesse a ser mais qualificado, mas apenas mais competente o que vale dizer ‘mais adequado’, apto e cooptado”. Segundo Mourão (2006, p. 28) no modelo de competência ocorre que:

[...] embora a escolaridade seja um fator importante, o que é central é justamente o aprendizado contínuo que ocorre no e para o trabalho, valorizando as atuações individuais. Desta forma, a remuneração do indivíduo também passa a se dá de acordo com os seus méritos (avaliados segundo vários fatores), e é efetivada através de negociações individuais as quais privilegiam o diálogo, e não o conflito.

Outro movimento que fortalece o processo de desvalorização da categoria de professores, são o não cumprimento das políticas e/ou ausência de políticas de valorização. O documento da política educacional brasileira, evidencia a importância do trabalho docente e da educação em seu contexto geral, porém acaba sendo contraditória as questões ideológicas do capital que estão implementadas no cotidiano escolar, que fragmenta e mecaniza o trabalho desse professorado diante as realidades cotidianas da sua prática profissional.

Ou seja, são conjuntos de ações que têm caracterizado a ausência¹¹ do cumprimento de políticas públicas para estes profissionais, fortalecendo os processos de precarização do seu trabalho. Todo o processo está aos poucos adentrando as escolas públicas por conta dos procedimentos de gerenciamento fortalecidos pelo modelo neoliberal, afetando fortemente os profissionais da educação.

Com a implementação da parceria público-privado adentrando fortemente no âmbito da educação, especificamente na rede pública de ensino, tornou-se ainda mais precário o trabalho do professor, tirando a responsabilidade do Estado no investimento de uma infraestrutura adequada e em melhores condições de trabalho aos profissionais. A falta de políticas públicas é evidente e esta demanda precisa ser atendida, pois está ampliando lacunas na educação brasileira, especificamente no trabalho docente com o passar dos anos.

É fundamental ter uma visão crítica com relação ao trabalho docente e à valorização do professor. Defender as metas 15 (Formação de professores), 16 (Formação continuada), 17 (Valorização dos professores) e 18 (Plano de Carreira Docente) do PNE é um desafio basilar para o reconhecimento do professor em seu pleno exercício. É importante acentuar que a formação política dos profissionais da educação é importante, mas que as atividades rotineiras fragmentam a ação dos docentes, fragilizando-os a reivindicar os seus direitos enquanto categoria.

O seu trabalho docente enquanto categoria vai sendo condicionado a se desenvolver acriticamente, passando a ser formatado por uma lógica que acaba impossibilitando ou inviabilizando as manifestações mais críticas, autônomas, criativas e diferenciadas, indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho pedagógico (FIDALGO; FIDALGO, 2009, p. 93)

Todo o processo está vinculado a questões e interesses do próprio neoliberalismo e na sua inserção no âmbito educacional, onde reorganiza e fortalece as relações por meio de gerenciamento empresarial, visando a mercantilização do ensino público.

A Constituição Federal (1988) destaca que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, apesar da Constituição propor estratégias

¹¹ É importante destacar que muitas vezes as políticas não são implementadas nas escolas e nem no sistema educacional. Como exemplo citamos o piso salarial dos professores que em vários municípios não é pago, embora haja a lei do piso.

progressistas para a educação, as novas reformas fazem um movimento contrário ante estes processos, estigmatizando e fragmentando a educação e o trabalho docente.

A análise de alguns documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Lei nº 9.424/96, tem uma articulação com os processos de reestruturação do capital, repercutindo em todas suas instâncias. Destacamos que os processos de globalização acabam implementando em todos os países o mesmo tipo de política.

É importante entender este fato, pois o que está implementado nos documentos oficiais, destacando a valorização e formação de professores, remete a um aspecto mais geral, de uma perspectiva transnacional, onde o poder das organizações e organismos multilaterais influencia a caracterização da educação brasileira, colocando-a como um serviço, potencializando a lógica do capital, pondo-a em contraposição à educação como um direito de todos, anulando o seu papel social.

Tudo isto nos remete a entender que “A Reforma do Estado junto às políticas neoliberais resultou no desmonte dos serviços públicos, na intensificação de privatizações, terceirizações, empregos temporários e precários, com o objetivo de reduzir os gastos estatais” (SILVA, 2018, p. 178), sendo ligado a um horizonte de interpenetração entre a esfera pública e privada, em detrimento da esfera pública, ou seja, há um movimento em que o fragiliza para que o privado possa ter o controle maior sobre esses processos hegemônicos do capital.

Segundo Freitas (2018, p. 103) “Nesse caminho de destruição da educação pública, outro dos objetivos da reforma associado à privatização, de caráter ideológico, também foi sendo cumprido; controlar o processo educativo, colocando a escola sob formas de administração empresarial”. Ou seja, todo o processo busca controlar não só a educação para a tornar uma empresa de fins lucrativos, mas há uma formação ideológica para que não haja uma mobilização para a reivindicação de melhores condições e de seus direitos.

As questões que o capital nos impõe nos levam a analisar a relação entre avaliação e regulação, sobretudo numa perspectiva de avaliação centrada nos testes estandardizados e que o não alcance dessas metas acaba culpabilizando os profissionais da educação pelos resultados dos estudantes. “O resultado das avaliações passa a guiar a vida escola” (FREITAS, 2018, p. 82), ou seja, não é uma avaliação na perspectiva formativa, é uma

avaliação padronizada, que acaba sendo um meio de legitimação da perspectiva implementada pelo capital, desqualificando o professor.

[...]esta política levou os professores a gastarem grande tempo em várias formas indesejáveis de preparar o estudante para os testes, levou ao aumento da manipulação e inflação das notas, bem como fraudes que conduziram as prisões: e criou um estresse desnecessário entre professores e pais e, mais importante ainda, entre os estudantes. (FREITAS, 2018, p. 90).

Há todo um contexto de privatização do serviço público, buscando colocar o professor como mero executor e cumpridor de metas. Por isso, é importante criar estratégias para romper com o processo do empresariamento das escolas públicas. “Trata-se de construirmos um tipo de responsabilização que seja horizontalizado, que aposte nos nossos professores, estudantes e gestores. Que seja planejada com eles e não contra eles” (FREITAS, 2018, p. 102).

Isso traz um panorama que é sustentado pelo Banco Mundial (BM), juntamente com as organizações filantrópicas e organismos internacionais, salientando que, se não forem atingidas as metas educacionais, acaba culpabilizando o professor, sem levar em consideração que é necessária toda uma estrutura para sua práxis enquanto fazer docente. Este professor acaba sendo marginalizado e oprimido pelas condições de trabalho às quais é submetido.

Há um paradoxo que em tese reforça a importância e o papel do professor na escola pública, mas os princípios do capital quebram a autonomia deste profissional, por meio da lógica da implementação do modelo empresarial e mercantilista na educação, visando somente o lucro, descartando o seu papel social.

Essa desqualificação, tanto da formação quanto no exercício profissional, é acompanhada pela desvalorização profissional que é apresentada ao magistério pelo seu contrário, ou seja, como se fosse valorização. A lógica novamente está no mercado: segundo ela, é preciso motivar as pessoas a trabalhar mais, e aumentos salariais iguais para todos não estimulam, sendo necessárias suas ligações com resultados, no caso, com o desempenho dos estudantes medido em testes, permitindo uma complementação salarial variável e personalizada (FREITAS, 2018, p. 109).

O neoliberalismo torna o trabalho, de maneira geral, algo precarizado e interfere no trabalho dos professores e na sua profissionalização. São oferecidos a eles recursos buscando “valorizá-los”, porém está introduzido numa lógica de competitividade, em que o melhor profissional tem os melhores resultados nos testes que são aplicados aos seus alunos, tornando-se um processo de valorização seletiva. Com isso, gera-se uma bonificação pelos resultados positivos, criando um ambiente de competitividade entre os

educadores, evidenciando a importância de sempre atingir metas, excluindo o verdadeiro papel da educação.

Esta visão fortalece uma perspectiva de maior controle do trabalho do professor, por isso a importância da implementação destes processos no currículo escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que evidencia as políticas cultivadas pelo neoliberalismo, sendo um documento prescritivo, uniformizador e padronizado, buscando controlar o trabalho dos profissionais da educação, que são mensurados por meio de dinâmicas avaliativas, ignorando o verdadeiro conceito de educação na sua perspectiva social e formadora.

Vale ressaltar que tanto no âmbito público, como no privado há uma precarização, porém, no setor público, há uma desqualificação por meio do empresariado para que o torne privativo. “Não parece ético que a educação seja colocada a serviço dos interesses de um setor da sociedade fortemente determinado a controlar os conteúdos, métodos e finalidades da educação, ou seja, o empresariado e duas fundações” (FREITAS, 2018, p. 125). Todo este processo de educação no molde empresarial resultante do modelo econômico neoliberal não é democrático, pois vai contra as finalidades do processo educativo, da construção do indivíduo e de progresso social.

Há diversos condicionantes que intensificam a precarização do trabalho docente, assim como questões econômicas, sociais e psicológicas. Aos poucos, o professor vai se tornando parte dessas relações de produção, colocando a sua força de trabalho como mercadoria, não tomando consciência do processo de precarização. As relações de produção que adentram a educação no modelo empresarial buscam estruturalmente “organizar” as instituições, principalmente no ensino público, já que visam transformá-la em um ramo lucrativo.

As formas de estruturação e financiamento da educação fazem parte da gestão empresarial, que se articula com o modelo neoliberal para ganhar diversos espaços nos segmentos educacionais, visando a acumulação e exploração do trabalho. Este processo se desenvolve através de um discurso de “escola ideal”, mas sabemos que a educação na lógica empresarial busca apenas a exploração da categoria, a competitividade entre eles e a exclusão dos que não conseguem se adaptar a esse contexto.

Freitas (2018) enfatiza que:

A concepção de uma educação seletiva para os “interessados em aprender”, produto de uma concepção de sociedade baseada na competição e no mérito, se materializa na segregação social dos “indesejáveis”. As condições de vida que criminalizam milhares de jovens são reduzidas a uma única condição pessoal: “não querem aprender” (FREITAS, 2018, p. 117).

Nesse contexto, temos uma nova gestão pública, que vai também ser carregada de novos pacotes semânticos para a educação, então teremos um léxico empresarial fazendo parte da escola, palavras como polivalência, flexibilização, otimização, metas, índices, bônus estarão presentes na educação dentro das escolas, sendo inspiradas nas ideologias *toyotista*: “com a projeção do *toyotismo* para a condição de método universal de incremento do capitalismo em nível mundial, surgem tentativas de transpor o conceito de ‘qualidade total’ do âmbito das empresas para as escolas” (SAVIANI, 2011, p. 439-440).

Esta formação segue uma lógica que visa o treinamento dos profissionais, colocando-os como meros executores do seu papel profissional, como é feito nas fábricas e nos processos de trabalho industrial (PEREIRA, 2020). Todo o processo acaba impactando a educação, o trabalho docente e a formação de professores, a fim de diminuir o custo desses “investimentos”, como formação continuada, valorização do magistério, que são direitos dos professores, enaltecendo a falta do cumprimento de políticas públicas, fortalecendo o projeto do modelo neoliberal na educação.

Como podemos perceber, estes “investimentos” geram um processo de ampliação da escolarização, sendo uma “ampliação” para menos, uma concepção discutida e trabalhada por Eveline Algebaile (2009), que aborda que houve um crescimento quantitativo no aumento de estudantes matriculados, mas que não se deu em termos qualitativos, ou seja, a qualidade não acompanhou a ampliação do acesso à escola pública, tendo um descompasso entre eles.

Nogueira (2017, p. 162) defende que:

[...]a política educacional brasileira contribui para a míngua do fazer docente, nutrindo a precarização, já que se alimenta da estratégia do tecnicismo. Assim há a conversão do trabalho docente às exigências de qualidade educacional como afirmação para o “produtivismo” e para a “competitividade”. Essa transubstanciação impede o trabalho coletivo e fomenta individualismo e rivalidade inter-docente.

O Brasil sempre teve influência dos organismos internacionais na educação, juntamente com outros países periféricos latino-americanos e caribenhos em particular. O Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) possuem suas radicalidades e diferentes influências de atuação. Estes organismos propõem uma agenda, cabendo aos países aceitarem de modo subservientes. Isto é caracterizado como um processo histórico, principalmente nos países capitalistas dependentes.

Para Silva (2019):

Nesse contexto, os organismos internacionais passaram a colocar os professores como “protagonistas”, agentes centrais nas reformas, o que fez com que estes profissionais fossem vistos como os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema de ensino. Assim, as reformas tiveram fortes influências sobre o trabalhador do magistério público e a precarização do trabalho docente tornou-se heterogênea e contraditória, exigindo distinguir suas particularidades, seu movimento e sua direção nos aspectos objetivos e subjetivos (SILVA, 2019, p. 215).

O país persiste seguindo uma agenda proposta pelos organismos internacionais, sendo um dos entusiastas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), criando um índice internacional e nacional da educação e de avaliações externas, vindo da lógica das reformas educacionais a partir da década de noventa, com a implementação do empresariamento na educação.

O desenvolvimento desta dinâmica deu-se pela composição de uma fração da burguesia nacional em seus diversos ramos, que vão se unir para serem os responsáveis por implementar a agenda dos organismos internacionais. Temos o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Roberto Marinho, que surgiram em 1994, ganhando força num conjunto conglomerado e de coalizão da mídia, políticos, empresários, fundações e institutos, que se reuniram para cuidar das reformas no campo da educação.

Estas reformas são profundamente nefastas para o contexto da escola pública e para o trabalho docente, o precarizando e o sucateando. Ricardo Antunes (2005) vai chamar este processo de desertificação social, devastação social, através do qual é retirado todo e qualquer direito da classe trabalhadora e que atualmente este processo se radicaliza. Ademais, houve, nessa época na década de 90, o golpe trabalhista, que teve como principal objetivo retirar direitos da classe trabalhadora.

Em 2010, algumas reformas continuaram sendo desenvolvidas e consolidadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), porém, houve a criação de novas políticas de acesso para este âmbito, trazendo um novo viés para a educação brasileira, com a ampliação de vagas para o ensino superior nas universidades públicas, criação de novas universidades públicas, de Institutos Federais de Educação (IFE's), programas como o PROUNI, por exemplo, gerando uma mudança no processo de oferta da educação.

Em 2018, tivemos a aprovação da reforma trabalhista, que regulamenta o trabalho precarizado e intermitente, esvaziando o papel dos sindicatos. Também foi aprovada a lei da terceirização, que amplia a atividade a fim precarizar os direitos dos trabalhadores. Temos também incentivos a processos de pejetização do trabalho, quando empresas demitem os seus funcionários de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recontratando por meio de pessoa jurídica. Nessa conjuntura, houve um aumento da taxa

de desemprego entre 2010 até os dias atuais, chegando a mais ou menos 15% da população economicamente ativa.

Temos ainda o avanço da uberização do trabalho, que chega ao nosso país com força a partir de 2015, sendo um processo mundial, mas que, no Brasil, ocorreu com facilidade, sendo positivo para as empresas, pois estão lidando com um amplo exército de reserva de trabalhadores desempregados que vão passar a atuar nessas empresas por meio de aplicativos, não possuindo direitos trabalhistas, sem nenhuma garantia laboral e respaldo de acordo com as leis trabalhistas. Ou seja, estes indivíduos vão se submeter a jornadas exaustivas de trabalho, custeando seus instrumentos.

Na educação o processo não se apresentou de modo diferente. Houve leis e reformas que auxiliaram neste processo de precarização do trabalho, aprovando a BNCC, a Reforma do Ensino Médio, que tem justamente o objetivo de padronizar a escola pública, os filhos da classe trabalhadora e os futuros trabalhadores dentro desta nova lógica do capital e de precarização do trabalho, visando formar exércitos de reserva e mão de obra barata.

O governo de Jair Bolsonaro deu continuidade à agenda golpista que foi desenvolvida pelo governo anterior do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), dando prosseguimento ao processo de fortalecimento da precarização do trabalho e da educação.

Tivemos a aprovação da reforma da previdência, da PEC emergencial e da Emenda Constitucional nº 109. Além disso, estão sendo implementadas novas emendas, visando a precarização e a desigualdade social. Há inúmeras propostas de reformas para atingir os jovens e a reformulação da questão administrativa, que tem o propósito de eliminar o serviço público, tingindo os direitos dos servidores. Este processo foi nomeado como reforma no setor público, apresentando um discurso para a população de modernização do mundo do trabalho, buscando gerar mais empregos e renda para o povo brasileiro.

Portanto, a educação pública no nosso país sofre com inúmeras adversidades devido à influência do capital diante do modelo neoliberal. A sua oferta de um ensino de qualidade, dificuldade do acesso à educação, falta de profissionais, desvalorização e precarização do trabalho docente fazem com que o processo seja de constante luta para melhores condições. A ausência de políticas públicas efetivas ou a implementação delas nesse processo gera um movimento de resistência ante as dificuldades, sendo uma caminhada árdua, onde poucos permanecem.

3. A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS: AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL EM PROL DA EDUCAÇÃO.

Neste capítulo, abordaremos como se desenvolveu a questão sobre a temática da pandemia de COVID-19 e os seus impactos no âmbito educacional. Buscamos apresentar como desenvolveu a pandemia na cidade de Manaus e o processo de implementação das aulas remotas nas escolas municipais até a retomada das atividades semipresenciais e presenciais.

Nesse aspecto, abordamos como a pandemia trouxe inúmeros desafios, já existentes na educação do nosso país, diante do seu processo histórico que vem se perpetuando e se intensificando por meio do contexto econômico que influencia o âmbito educacional, amplificando-os ante a nova realidade, que é a pandemia de COVID-19. Todo este processo afetou as escolas públicas do ensino básico, gerando impactos para a escolarização de crianças e jovens.

Com a pandemia, o mundo teve que mudar em um curto período, implementando o isolamento social como uma iniciativa emergencial para conter a proliferação e o avanço da contaminação pelo vírus. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o isolamento social foi utilizado como aliado contra a transmissão do vírus da COVID-19 e como medida para conter a sua disseminação, que estava crescendo exageradamente em todo o mundo.

Com isso, a população teve que respeitar as medidas restritivas que envolviam o distanciamento social em lugares públicos, isolamento social ou até mesmo o *lockdown*, adotadas por alguns estados brasileiros durante a pandemia, além do uso de máscaras como medida preventiva e álcool em gel, para que diminuísse a proliferação da doença em contato com objetos de uso coletivo.

Diante desse contexto, a pandemia fez com que nós, seres humanos, fôssemos obrigados a nos adaptar a essa nova realidade, enfrentando, do dia para noite, desafios diários para que pudéssemos sobreviver a todo esse caos. Todo o processo deixará marcas não apenas no âmbito da saúde, mas em diversos contextos, como na educação, economia e relações sociais.

Os aspectos destacados evidenciaram que os impactos fortaleceram e potencializam as desigualdades sociais. As crises são consequências do sistema capitalista em que vivemos, estando inserido no modelo econômico neoliberal.

Todo o processo deixará marcas não apenas no âmbito da saúde, mas em diversos contextos, como na educação, economia e relações sociais. Todos os aspectos destacados evidenciaram que os impactos fortaleceram e potencializam as desigualdades sociais. As crises são consequências do sistema capitalista em que vivemos, estando inserido no modelo econômico neoliberal.

Ainda que sejam poucos os estudos no estado do Amazonas com ênfase nos desafios da educação durante a pandemia, salientamos que é importante dialogar sobre a temática e quais os impactos tiveram no sistema educacional com as aulas remotas e o retorno das atividades presenciais. Vejo que se faz necessária uma discussão ampla sobre o conteúdo a fim de provocarmos reflexões a respeito da educação em meio à pandemia de COVID-19.

Portanto, este capítulo enfatiza os aspectos importantes sobre o objeto de estudo, destacando como se desenvolveu este processo durante a pandemia na educação, analisando como afetou as escolas municipais da cidade de Manaus diante da proliferação da COVID-19.

3.1. A PANDEMIA DE COVID-19 NO AMAZONAS/MANAUS

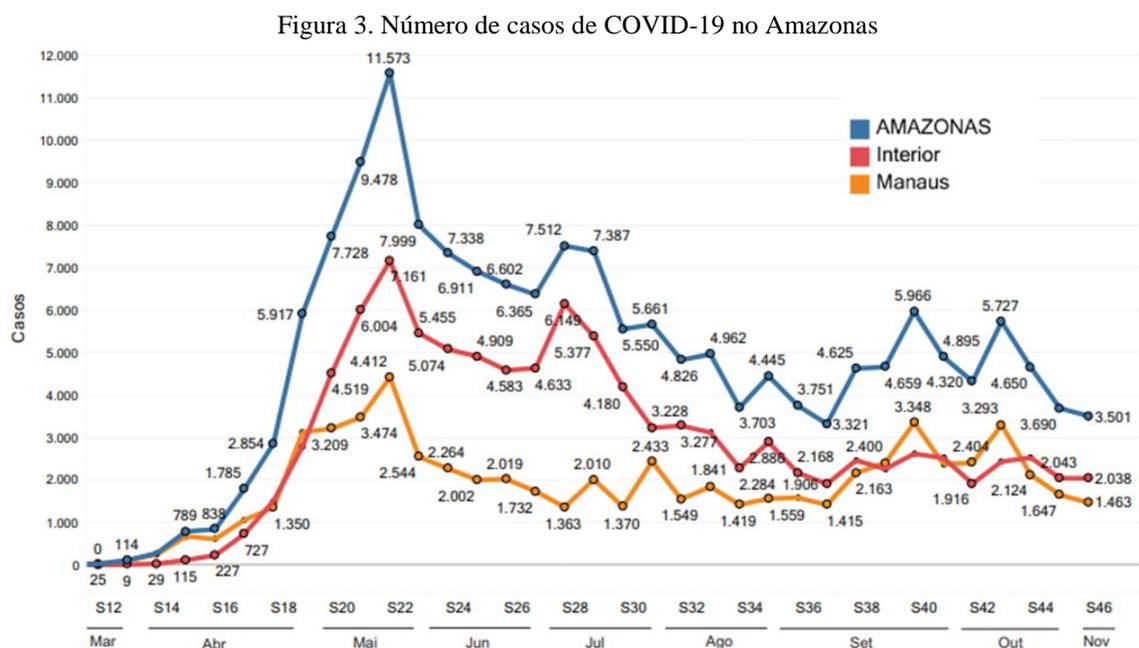
No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi no dia 26 de fevereiro, com poucas semanas após a confirmação do primeiro caso em Wuhan, na China. No Amazonas, precisamente em Manaus, o primeiro caso detectado foi no dia 14 de março de 2020. Após a confirmação do primeiro caso da doença na capital, foram tomadas algumas medidas de restrição, como a suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais para evitar a propagação do vírus. No dia 21 de março de 2020, no interior do Amazonas, no município de Parintins, houve o primeiro óbito ocasionado pelo vírus.

Um mês após o primeiro caso registrado na capital, o Amazonas teve um número expressivo de pessoas contaminadas pela doença, contabilizando mais de 1.000 mil casos registrados, gerando uma preocupação às autoridades e governantes, já que o estado não possuía leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atender parte da população amazonense.

De acordo com a OMS (2020), foram confirmados, no dia 11 de novembro, 54.075.995 casos de COVID-19 no mundo, tendo o quantitativo de 1.313.919 óbitos. Nessa mesma data, o Ministério da Saúde, no Brasil, confirmou 5.848.959 números de casos no país e o número de óbitos foi de 165.658.

O estado do Amazonas ficou entre um dos lugares no âmbito nacional que teve maior incidência de casos pela COVID-19, ocupando a nona posição com relação aos outros 26 estados e o Distrito Federal. De acordo com a FVS (2020), teve o quantitativo de 4.082 casos de covid-19 por 100 mil habitantes e ocupou o ranking de maior taxa de mortalidade pela doença, tendo 113,2 óbitos por 100 mil habitantes.

Abaixo, veremos o quantitativo de casos no estado do Amazonas e como foi o seu desenvolvimento desde o mês de março, quando foi anunciado o primeiro caso no estado, até o mês de novembro de 2020.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 15, ano 1 da FVS-AM (2020)

Ao ressaltarmos a situação epidemiológica do Amazonas, vemos que é apresentado o quantitativo do número de casos por mês durante o ano de 2020. Com isso, destacaremos os marcos importantes para traçar informações sobre como se desenvolveu a pandemia de COVID-19 no Amazonas.

Observamos o primeiro caso de covid-19 na capital foi no dia 13 de março e, até o dia 30 de maio, houve um crescimento no número de casos em todo o estado, contabilizando mais de 11 mil casos até o fim de março de 2020, gerando um colapso na saúde pública e privada, quando não havia mais leitos para os infectados pelo coronavírus.

Destacamos também o período de 01 de junho até 12 de setembro de 2020, quando houve uma queda do número de infectados pela doença. Em todo o Amazonas, nesse período, houve 3.321 casos confirmados.

Com o movimento de queda do número de contaminados pelo coronavírus, houve a flexibilização das medidas de segurança, como a reabertura do comércio e entre outras atividades que eram colocadas como não essenciais no início da pandemia, gerando controvérsias, pois, para alguns, ainda não era o momento de flexibilizar, buscando evitar um colapso na saúde pública. Parte da população queria que retornasse as atividades presenciais não essenciais.

O governador do Amazonas autorizou a retomada das atividades escolares. Inicialmente voltaram as atividades nas escolas privadas no dia 6 de julho de 2020. O governo estava trabalhando para que, a partir de agosto de 2020, as escolas estaduais voltassem a funcionar, utilizando o mesmo regime que as instituições particulares estavam aplicando com os seus alunos, um sistema de rodízio, ocupando 50% da capacidade permitida nas salas de aula, dividindo os alunos em grupos, para que não houvesse aglomerações nas escolas.

Em agosto de 2020, ocorreu o retorno híbrido das escolas estaduais somente para os alunos do Ensino Médio, em sistema de revezamento. Já no final de setembro de 2020, houve a retomada das aulas para o grupo do Ensino Fundamental II, utilizando o sistema híbrido de ensino, que se perpetuou até o fim do ano.

Outro recorte importante sobre o ano de 2020 com relação à pandemia é entre o período de setembro até o início de novembro, quando, como podemos observar na figura 3, houve um aumento do número de casos entre o período de retomada das atividades presenciais no comércio e em outros órgãos municipais, estaduais e privados, ou seja, apesar das medidas de segurança e restrição, ainda havia um aumento significativo de pessoas infectadas pela doença no estado do Amazonas, principalmente após a flexibilização autorizada pelo governador.

De acordo com a FVS (2020), a ampliação no número de infectados deu-se pelo descumprimento das medidas de prevenção e aglomerações que ocorreram durante o processo eleitoral, aumentando o número de casos na capital. Com isso, o governador publicou um novo decreto de medidas restritivas, estabelecendo um cronograma a ser seguido, que já estava instituída a fiscalização pela polícia militar juntamente com outros órgãos de segurança pública do Amazonas. Com o aumento do número de casos, o decreto veio com o intuito de diminuir a infecção pela doença para evitar possíveis colapsos na

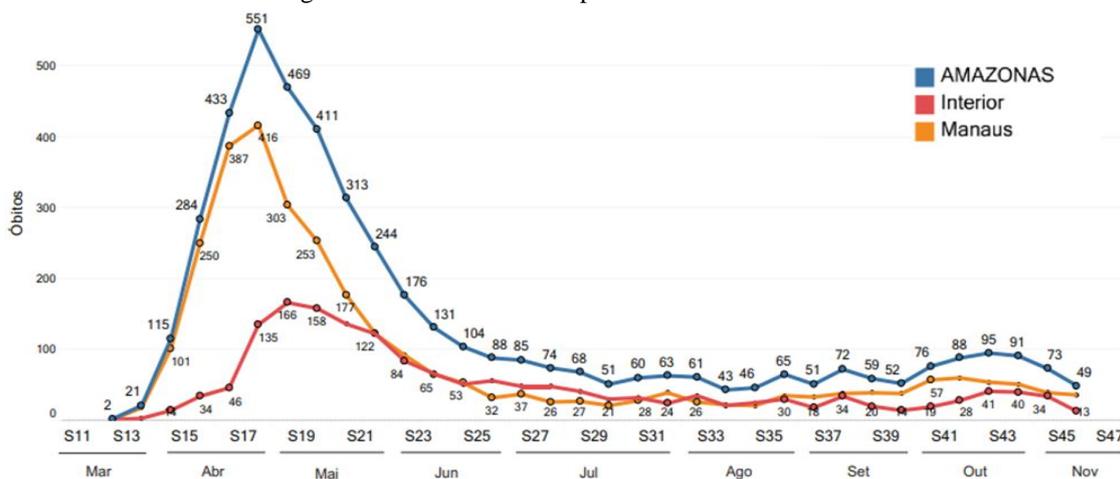
saúde pública. O resultado deu-se na primeira quinzena de novembro de 2020, havendo uma estabilização no crescimento de casos de COVID-19 em todo o estado. Com isso, o início de novembro teve um dos menores registros de novos infectados pela doença.

O Amazonas registrou, até a primeira quinzena de novembro, de acordo com a FVS (2020), 13.859 internações de pacientes infectados, um número significativo e relevante neste contexto. Outro ponto a ser destacado é que os primeiros espaços a sofrerem com o colapso da saúde foram os hospitais particulares e, em seguida, os hospitais públicos.

Já com relação ao número de mortes pela doença no Amazonas, os índices foram altos, tendo recordes nacionais e, por região, teve o maior número de mortes por dia, gerando uma preocupação às autoridades do estado, pois não havia condições de atender a demanda que estava sendo solicitada, ocasionando um caos na saúde pública e privada.

Segundo a FVS (2020), até o mês de novembro, foram registrados 4.693 óbitos associados à infecção pelo coronavírus, sendo 64% na capital, e 36% no interior do Amazonas.

Figura 4. Número de óbitos por covid-19 no Amazonas



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 15, ano 1 da FVS-AM (2020)

Ao visualizarmos a figura 4, verificamos que o Amazonas teve um índice de mortes por covid-19 elevado durante os meses de abril a maio de 2020. Se formos trazer marcos com relação a esse período do ano de 2020, desde o início da pandemia no estado, logo após o primeiro caso no mês de março e em seguida o primeiro óbito no interior no município de Parintins, podemos analisar que o quantitativo de óbitos aumentou, tendo o seu pico entre os meses de abril, maio até o início de junho, só havendo uma queda em julho, mantendo-se até a primeira quinzena de setembro.

Os municípios que mais tiveram o quantitativo de mortes elevadas no estado foram de Tabatinga (4,6%), Manaus (4,5%), e Itacoatiara (4%). Segundo a FVS (2020),

a taxa de mortalidade pela doença foi de 115 óbitos por 100 mil habitantes. De acordo com os dados coletados na FVS (2020), outros dois municípios que tiveram uma taxa alta de mortalidade para cada 100 mil habitantes, a saber: Manacapuru (170 óbitos/ 100 mil hab.) e Tefé (161 óbitos/ 100 mil hab.). De acordo com a FVS (2020), a taxa de letalidade por covid-19 no Amazonas era de 2,8%, ou seja, entre cem pessoas infectadas pela doença, três acabam vindo a óbito.

No Amazonas, o número de casos da doença estava se mantendo estável até a primeira quinzena de dezembro de 2020, porém, havia uma preocupação das autoridades por conta das festas do fim de ano, que causariam aglomerações e gerariam um possível aumento de casos. Com isso, no dia 26 de dezembro o governador implementou um novo decreto de medidas de restrição para evitar aglomerações nas festas da virada de ano.

No final de 2020, ocorreram diversas situações preocupantes para com a população amazonense, mas nada se compara à conjuntura vivenciada no início de 2021. A princípio, a população brasileira estava com novas esperanças para o fim da pandemia de covid-19, mas a realidade foi diferente. Ao começarmos o ano de 2021, o Amazonas estava sofrendo com o aumento do número de casos da doença. Devido às festas de fim de ano em 2020, o estado acabou flexibilizando as medidas de segurança e a população se descuidou com relação ao uso e a não utilização de máscaras em locais abertos e em ambientes fechados. Alguns locais que atendiam ao público começaram a ampliar o quantitativo de pessoas nesses espaços, assim, aumentando a circulação do vírus pelos ambientes, o que ocasionou um novo colapso na saúde, tanto no setor público, quanto no privado.

Nesse período, houve uma preocupação com o surgimento de algumas variantes da Sars-Cov-2, uma encontrada na cidade de Manaus, denominada como P.1, por exemplo, que estava se espalhando rapidamente por todo o Amazonas, o que gerou um momento muito delicado para a cidade de Manaus, que estava sofrendo com a falta de suprimentos hospitalares, causando o aumento exorbitante no número de óbitos, especialmente com a falta de oxigênio na capital, ocasionando um colapso na saúde tanto no âmbito público, quanto no privado.

De acordo com a FVS (2021), o estado ocupava um dos maiores números de incidência pela doença no país, ficando em oitavo lugar, com o quantitativo de 6.025 casos por 100 mil habitantes, e liderou o ranking dos estados brasileiros com o maior índice de mortes pela Sars-Cov-2 (172,4 óbitos/100 mil habitantes).

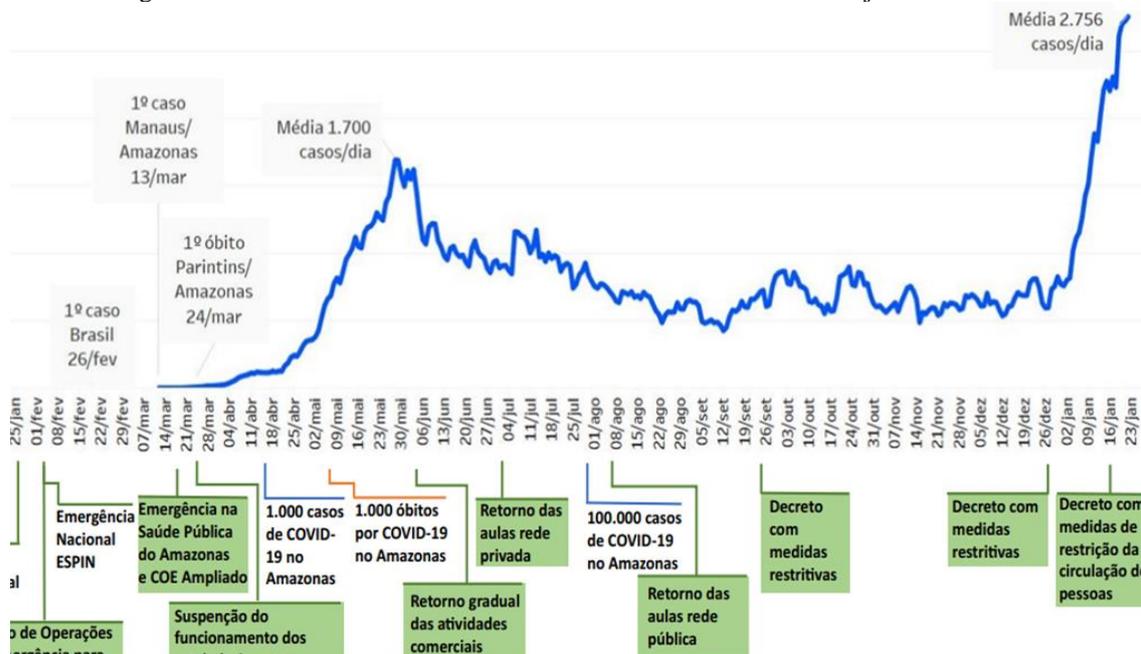
Alguns especialistas acreditavam que o aumento do número de casos de infectados apresentava um quadro letal, ocasionando inúmeros óbitos derivados dessa nova variante da doença, gerando um caos na saúde pública do Amazonas, por ser mais transmissível e aumentar a taxa de contaminados pela doença, sendo mais perigosa do que a primeira cepa de covid-19.

A má administração das empresas e do governo gerido pelo Wilson Lima fez com que a saúde no estado se tornasse um caos, por não obter ou conseguir repor o estoque de suprimentos necessários de saúde. Segundo a Sanar (2021, p.1): “A falta de oxigênio se tornou crítica e fez com que a secretaria de saúde requisitasse de outras 17 empresas o fornecimento de gás, devido à incapacidade dos principais abastecedores para suprir a demanda local”.

O episódio gerou diversos contratemplos no âmbito da saúde, pois, como não havia oxigênio suficiente para suprir a demanda local, a consequência foi o aumento de óbitos pela falta de manutenção adequada do governo para com a saúde pública.

Na figura 5, podemos perceber o aumento significativo do número de casos por covid-19 entre o mês de dezembro e janeiro. Podemos analisar que, no mês de janeiro, houve um crescimento exorbitante no número de casos, 2.756 por dia, segundo a FVS (2021), gerando um impacto na saúde pública e privada do estado.

Figura 5. Crescimento do número de casos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 16, ano 2 da FVS-AM (2021)

A figura mostra como se desenvolveu a COVID-19 no Amazonas e a média de casos. Nela, observamos que, entre o mês de dezembro de 2020 até 23 de janeiro de 2021, houve um crescimento no número de casos da doença no estado.

Segundo a FVS (2021), o Amazonas teve o maior índice de contaminação no país, ficando em primeiro lugar no ranking, o que conseqüentemente gerou um colapso na saúde, pois não havia a possibilidade de assistência a todas as pessoas que buscavam atendimento nos hospitais, por ser um quantitativo maior do que o número de leitos de internação.

No período dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, ocorreu o intervalo mais crítico, repercutindo mundialmente por se tratar de um dos maiores descasos da saúde pública no Brasil. Nessa época, o Amazonas teve um dos maiores índices de contaminados e de óbitos de todo o país, o que implicou a abertura de uma investigação denominada “CPI da COVID” pelo Congresso Nacional brasileiro.

A CPI gerou inúmeras polêmicas, colocando o estado como um dos centros das investigações, verificando como se desenvolveu os episódios de descaso com a saúde da população amazonense em meio aos possíveis esquemas de corrupção que se desenvolveram nesse momento que a saúde pública e privada estava passando.

As investigações foram cruciais para entender como ocorreu os processos de corrupção e a utilização do Amazonas como um laboratório experimental, com as *fakes news*, negacionismo e utilização de medicamentos não comprovados cientificamente, movimentos que eram liderados pelo próprio ex-presidente Jair Bolsonaro. As ações geraram inúmeros impactos à saúde coletiva da população, causando um número expressivo de infectados e de mortes pela doença em todo o estado.

Como podemos ver na figura abaixo, o gráfico representa o índice de infectados no Amazonas em 24 de janeiro de 2021, que é a mais alta do país, ficando em primeiro lugar em termos absolutos, mesmo com o contingente populacional muito inferior a outros estados da federação, seguido por Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo.

Figura 6. Índice de transmissão de covid-19 por estado, até o dia 24 de janeiro.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 16, ano 2 da FVS-AM (2021)

Segundo a FVS (2021), o aumento de casos de infecções pela COVID-19 originou-se do possível descumprimento das medidas de prevenção e das confraternizações da passagem de ano de 2020 para 2021, ocasionando um aumento expressivo no mês de janeiro. Ainda assim, o estado foi o primeiro do país a realizar o retorno presencial das aulas, consolidando a dinâmica do negacionismo, com o propósito deliberado em atingir a população, especialmente os profissionais da educação, os colocando em situação de risco e exposição.

Em Manaus, houve o aumento do número de internações nos hospitais públicos e privados. De acordo com os boletins epidemiológicos da FVS (2021), a ocupação de leitos clínicos ocasionados pela doença foi de 101% no público, e de 81% no privado. Já com relação aos leitos de UTI, foram de 97% no público e 93% na rede privada, estando aproximado ao percentual total de leitos, o que preocupava as autoridades de saúde e governamentais, pois geraria um novo colapso por não poder atender à demanda exigida.

De acordo com o Boletim Epidemiológico nº 16 da FVS (2021), foram registrados 7.051 óbitos por COVID-19 no Amazonas. Este quantitativo foi feito até o mês de janeiro, no dia 23. Para a FVS (2021), na capital, teve o total de 4.746 mortes pela doença, cerca de 67% do total, já com relação ao interior, foram 2.305 mortes pela doença, computando 33% do total de óbitos no estado. Segundo a FVS (2021), a média de letalidade da doença no Amazonas era de 2,8%, isso significa que a cada 100 pessoas infectadas, aproximadamente três pessoas evoluíam para óbito, sendo maior nos municípios de Manaus, 4,5%; em Itacoatiara, 4,2%; Manacapuru, 3,7%, e Tabatinga, 3,5%.

A taxa de óbitos atingiu não somente a população acima de 60 anos, já que, de acordo com a FVS (2021), 338 mortes a cada 100 mil habitantes eram de pessoas idosas. Além disso, havia também as pessoas entre a faixa etária de 20 e 59 anos, que teve um aumento expressivo no número de óbitos comparado aos meses anteriores a janeiro. Também ocorreu um aumento no número de óbitos em pessoas infectadas que não possuíam comorbidade. Segundo a FVS (2021), foi de 28,5% para 48,7%, um crescimento expressivo ocorrido no mês de janeiro.

O Amazonas chegou a decretar estado de emergência durante o pico da pandemia. Criaram-se campanhas para a arrecadação de suprimentos hospitalares, como cilindros de oxigênio, itens básicos de Equipamento de Proteção Individual (EPI) etc., para dar suporte devido à crise na saúde pública com o crescimento excessivo de casos da doença em um curto período.

Diversas Organizações Não Governamentais (ONG's) e celebridades fizeram campanha de arrecadações de tais itens para enviar ao estado. A população amazonense também se mobilizou para arrecadar materiais e ajudar os profissionais da saúde, que estavam sobrecarregados devido ao aumento excessivo de horas de trabalho. Muitas pessoas se voluntariaram para os serviços em hospitais e para a arrecadação de suprimentos, havendo uma mobilização nacional.

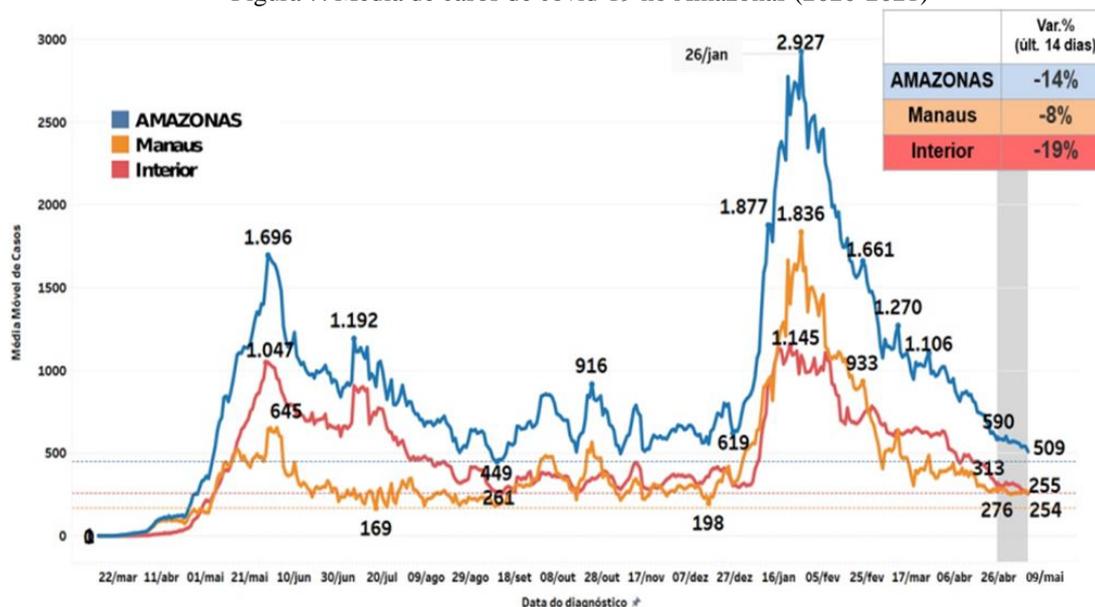
Diante do caos, houve a contestação da sociedade civil de que o governador do estado, juntamente com o prefeito da capital, em parceria com o Ministério da Saúde, organizou a contratação emergencial de profissionais da saúde para complementarem nessa força-tarefa, para que pudessem controlar o caos que a saúde estava vivenciando.

De acordo com a Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas (2021), foram realizados dois processos seletivos para a contratação de profissionais para atuar na linha de frente contra a pandemia. O processo de contratação está previsto na Portaria nº 0012/2021 da Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM). Este episódio serviu como base para que outros estados se preparassem para a nova onda de covid-19 no país.

O mês de janeiro de 2021 foi caótico para a população amazonense devido ao aumento do número de casos da doença e ao quantitativo de mortes em todo o estado. Com a variante P1 em circulação, houve um aumento expressivo de infectados e óbitos pela doença. Porém, na figura a seguir, observamos que o mês de fevereiro se iniciou com uma pequena redução no quantitativo de novos casos da doença no Amazonas. Segundo a FVS (2021), houve uma redução de 14% na média diária, sendo 8% na capital, e 19% no interior, uma das menores taxas desde o mês de setembro de 2020.

Conforme a FVS (2021), o maior número de hospitalizações por covid-19 ocorreu no mês de janeiro de 2021, no dia 22, tendo, em apenas 24 horas, 317 hospitalizações de pessoas infectadas pela doença. Porém, entre os meses de março e abril, foi apresentada uma redução no número de internados, sendo 55 internações, um número semelhante ao de outubro de 2020.

Figura 7. Média de casos de covid-19 no Amazonas (2020-2021)



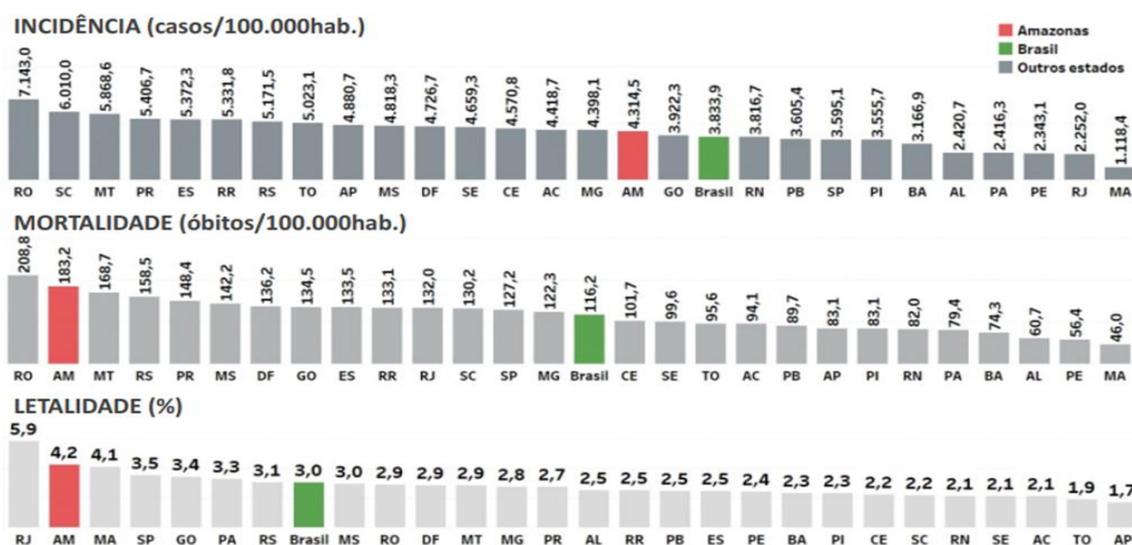
FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico nº 18, ano 2 da FVS-AM (2021)

A redução de novos infectados pela doença aconteceu pela implementação de novos decretos elaborados pelo governador, juntamente com a Secretaria de Saúde do Amazonas, com o intuito de diminuir a proliferação do vírus. Devido aos episódios ocorridos nos meses anteriores (o aumento expressivo do número de casos e óbitos no mês de janeiro, atingindo recordes diários, acrescentando ainda a falta de suprimentos hospitalares), gerou-se uma crise na saúde pública, fazendo com que fosse decretado um estado de emergência. As autoridades buscaram criar alternativas, tomando medidas drásticas para contornar a situação para evitar novos colapsos iguais a esse.

Segundo a OMS (2021), juntamente com a FVS (2021), o Amazonas, entre os meses de janeiro até maio de 2021, ficou entre um dos estados brasileiros com o maior número de incidências de COVID-19, na 16ª posição. Já com relação ao número de óbitos, o estado ficou em segundo lugar no ranking dos estados brasileiros, atingindo números significantes e preocupantes para as autoridades de saúde, por isso houve a necessidade de criar decretos para regularizar o caos que a saúde pública vivenciava.

Na figura abaixo, podemos observar como ficou a classificação de cada estado e do Brasil no aspecto geral, de acordo com os dados coletados no site da OMS. Na imagem abaixo, visualizaremos melhor como se apresentou a taxa de novos casos e de mortalidade pela doença nesses últimos meses.

Figura 8. Incidência de casos, mortalidade e letalidade no Brasil e por estado 2020/2021.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 19, ano 2 da FVS-AM (2021), dados extraídos da OMS (2021)¹².

Com as implementações de novos decretos desde a segunda quinzena de dezembro de 2020 e com a ampliação e rigidez dos mesmos no ano de 2021, no mês de janeiro, em fevereiro, podemos ver o resultado dessas ações com a diminuição do número de registrados de casos diários pela Sars-Cov-2.

A inicialização da campanha vacinal veio como medida emergencial contra a COVID-19 no estado, com o intuito de diminuir o número de óbitos pela doença. Apesar da vacina ainda ser para grupos específicos, já era um novo caminho para o controle e diminuição da proliferação da doença. A vacinação contra a COVID-19 no Amazonas iniciou em 18 de janeiro de 2021, logo após os diversos episódios de caos gerados pela segunda onda da doença, trazendo uma esperança após o descaso vivenciado pela população com relação à saúde pública.

A primeira pessoa vacinada no estado foi uma mulher, técnica de enfermagem e indígena. Em seguida, o Ministério da Saúde, juntamente com os estados brasileiros, organizava-se para realizar um cronograma vacinal para atender inicialmente os grupos prioritários, a fim de avançar com a campanha e alcançar toda a população, visando conter a proliferação e novas mutações de vírus.

Desde o fim de janeiro de 2021, o Amazonas apresentou uma redução no número de casos e internações nos leitos clínicos provocados pela doença. Também apontou uma redução nos números de óbitos. De acordo com a FVS (2021), o estado registrava 12.925

¹² Dados disponíveis em: <https://covid19.who.int/>

mortes pela doença, sendo 69% na capital, e 31% no interior, mostrando uma diminuição no número de mortes pela doença desde o fim de janeiro a fevereiro, havendo uma redução de 10% no quantitativo de óbitos, considerando, diante dessas circunstâncias, uma estabilização na apuração diária.

Em março do mesmo ano, houve um aumento no número de casos no interior do estado, mas mantinha-se estabilizado o número de internações pela doença. Entre os meses de abril e maio, houve uma redução no número de casos, de internações e de óbitos pela doença, principalmente na capital do estado.

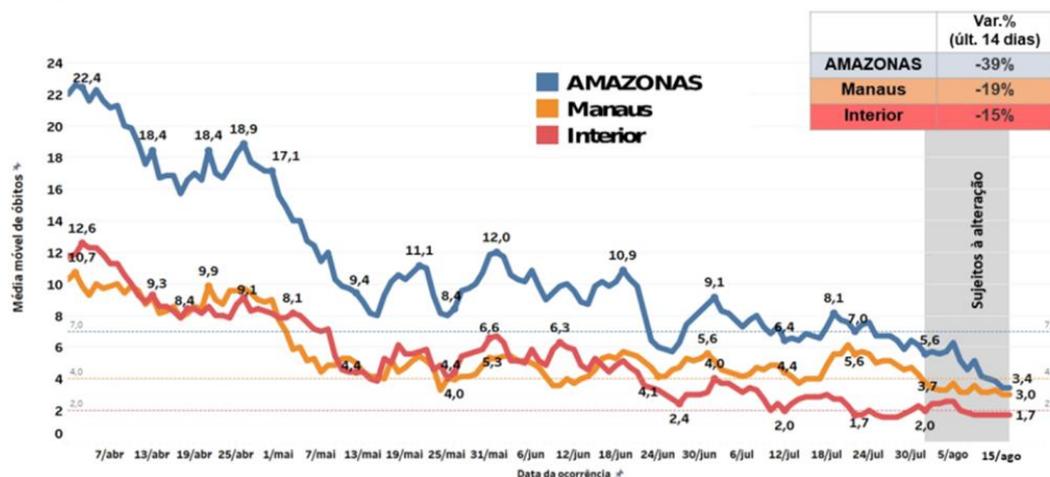
Observamos que, com a inicialização da campanha vacinal contra a COVID-19 no Amazonas de modo emergencial, houve uma redução nesses quantitativos de casos e uma estabilização nos registros diários até o mês de maio. Porém, ao destacarmos o mês de julho, entre a primeira e segunda quinzena, o estado apresentou, de acordo com a FVS (2021), um aumento na média diária de 6% no Amazonas, sendo 23% na capital.

No mês de julho e agosto, houve uma queda no número de casos da doença, apresentando um quadro de estabilidade de infectados pelo coronavírus no estado. Até a primeira quinzena de agosto, o Amazonas registrou 421.553 novos casos da doença, tendo o seu maior pico em janeiro, após o surgimento da variante P1, que acelerou a contaminação do vírus em todo o estado, tendo a sua maior média de casos diários, que, de acordo com a FVS (2021), foram de 2.927 casos em 24 horas.

Logo após esses episódios de caos na saúde pública e a implementação da campanha vacinal, o Amazonas mostrou-se estável com relação ao quantitativo de novos casos. Segundo a FVS (2021), os maiores registros foram na capital, tendo 75% do quantitativo. Na primeira quinzena de agosto de 2021, houve uma redução de 24% da média diária de casos em todo o estado, sendo de 22% na capital, e 29% no interior.

Com relação à taxa de internações, também houve uma queda, principalmente nos leitos de UTI; na rede pública, foram de 32% nos últimos quatorze dias e, na privada, teve uma variação de -4% de acordo com a FVS (2021). Ao destacarmos o número de óbitos pela doença, até o mês de agosto de 2021, observamos que houve 13.628 mortes pela covid-19 em todo o estado. A taxa de óbitos ficou dividida em: 69% na capital, e 31% no interior, tendo o maior quantitativo de óbitos diários no dia 22 de janeiro de 2021. Entre os meses de fevereiro até agosto, houve uma redução no número de óbitos pela Sars-Cov-2 (FVS, 2021).

Figura 9. Número de óbitos por covid-19 no Amazonas, no período de abril até agosto em 2021.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 24, ano 2 da FVS-AM (2021)

Ao analisarmos a figura acima, observamos uma diminuição no número de óbitos pela doença comparada aos meses anteriores. A capital continua sendo responsável pelo maior quantitativo de óbitos, porém, houve, no estado, uma redução de 39% dessa taxa; a capital teve um quantitativo de 19% a menos, já, no interior, foi de 15%.

Apesar do avanço da campanha de vacinação em todo o Brasil, no Amazonas, a realidade torna-se distinta, pois a população ainda estava insegura para tomar a primeira dose da vacina contra a COVID-19. No mês de agosto a setembro, a campanha foi ampliada, poderiam se vacinar pessoas sem comorbidades, buscando alcançar mais pessoas, para que continuasse reduzindo o número de óbitos pela doença no estado.

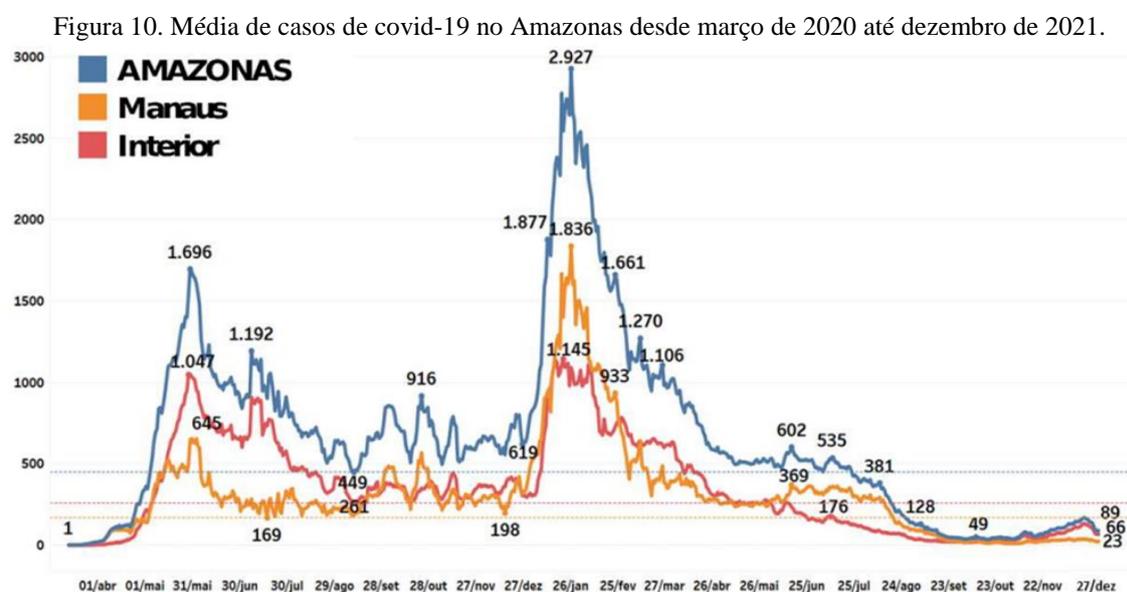
Desde março até setembro de 2021, o Amazonas teve o quantitativo de 425.125 casos da doença. Entre a segunda quinzena de agosto até a primeira de setembro, segundo a FVS (2021), houve uma redução de 44% de novos casos da doença em todo o estado, diminuição de 36% na capital, e 58% no interior. Com relação ao número de óbitos, foram registrados, desde março de 2020 até setembro de 2021, um quantitativo de 13.698 mortes pela doença em todo o Amazonas, sendo que, no mês de setembro, houve uma redução no percentual de óbitos, sendo de 69% na capital, e 31% no interior.

No mês de outubro, segundo a FVS (2021), houve um aumento na taxa de novos casos da doença, tendo um quantitativo de 7% a mais, devido ao aumento de casos no interior no estado, sendo de 36%. Já na capital, houve, segundo o boletim, uma redução de 25% de novos casos da Sars-Cov-2 (FVS, 2021). O número de óbitos continuou estável, mantendo-se reduzido, apesar do aumento de casos da doença.

Segundo a FVS (2021), houve um aumento no número de casos da doença no estado, 60% na média diária, sendo 33% na capital, e, no interior, 74%. Este quantitativo

foi observado entre o período de 22 de novembro até 06 de dezembro de 2021. Porém, a taxa de ocupação de leitos nos hospitais públicos era de 39% e, na rede privada, de 29% (FVS, 2021). Com relação às taxas de óbitos, o Amazonas veio apresentando uma estabilidade. Conforme a FVS (2021), ocorreram, aproximadamente, duas mortes por dia que foram ocasionadas pela doença.

No Amazonas, desde o primeiro caso de COVID-19 no estado, do período de março de 2021 até dezembro de 2022, houve 433.090 registros de novos casos da doença. Ocorreu uma segunda onda de COVID-19, entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, gerando o colapso na saúde e um impacto na população. O mês de janeiro chegou a registrar, segundo a FVS (2021), 2.927 casos em um único dia.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 32, ano 2 da FVS-AM (2021)

Ao observarmos a figura, obtemos um panorama geral da pandemia no Amazonas desde o primeiro caso. Na capital, em 2021, foram registradas, segundo a FVS (2021), 53% de pessoas infectadas pela COVID-19, 123.994 casos entre os 232.322 só este ano, os 47% foram registrados no interior do estado.

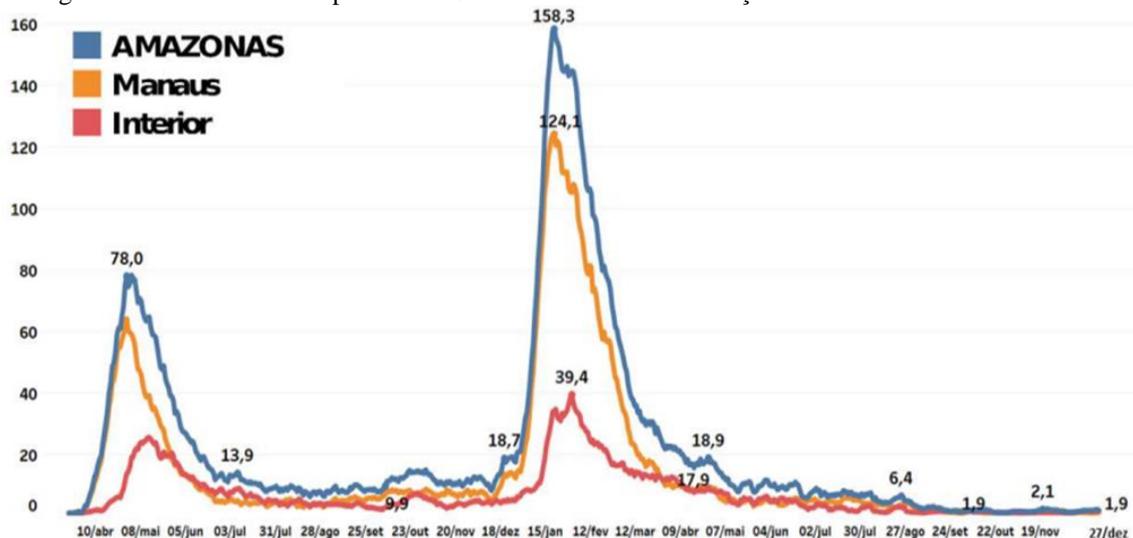
No fim do ano, ao observarmos a figura abaixo, é perceptível a diferença entre o número de casos de dezembro de 2020 e 2021. Em 2021, já havia um quantitativo menor comparado ao ano passado, chegando a uma redução de 37% no número de casos diários em todo o estado. Vale ressaltar que a aplicação da segunda dose da vacina já estava sendo disponibilizada para a população.

No Amazonas, o quantitativo geral de internações chegou, segundo a FVS (2021), a 40.842 hospitalizações desde o início da pandemia, sendo um total bem expressivo.

Porém, logo após o colapso na saúde no início do ano de 2021, os números de internações nos hospitais foram diminuindo, sendo que, no dia 27 de dezembro, de acordo com a FVS (2021), a taxa era de 26,8% na rede pública, e 13% na rede privada, apresentando uma redução na ocupação de leitos.

No Amazonas, o número de óbitos chegou a bater recordes nos rankings diários em todo o país. O estado registrou, desde o início da pandemia até dezembro de 2021, 13.831 óbitos; 8.546 foram somente no ano de 2021, sendo, segundo a FVS (2021), 72% (6.131 mortes) na capital, e 28% (2.415 mortes) no interior.

Figura 11. Média de óbitos por covid-19 no Amazonas desde março de 2020 até dezembro de 2021.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 32, ano 2 da FVS-AM (2021)

Na figura, podemos observar que a taxa de óbitos foi diminuindo, principalmente com a inicialização da campanha vacinal, o que gerou uma redução no número de mortes pela doença. No mês de dezembro, foi apresentada uma estabilidade no número de mortes pela doença em todo o estado.

Podemos perceber que, ao longo do processo pandêmico, houve uma redução no número de óbitos pela doença a partir do início da vacinação, o que acabou controlando o surgimento de novas variantes ainda mais perigosas e houve a diminuição de hospitalização de pessoas infectadas com a Sars-Cov-2.

A vacinação no Amazonas iniciou em janeiro, seguindo o calendário disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Segundo a FVS (2021), desde a inicialização da campanha, em todo o estado, tem-se 69% da população com o esquema vacinal completo, sendo, na capital, 79,4% e, no interior, 56,3% de pessoas vacinadas.

De acordo com a FVS (2021), há municípios com 80% da população vacinada, acima de 12 anos, a saber: Silves, Jutai, Itapiranga, Tefé, Barreirinha e Fonte Boa. A

última atualização dos dados foi realizada no dia 27 de dezembro de 2021, pela própria secretaria. Em dados atuais sobre a cobertura da vacinação, segundo a FVS (2022), o estado apresenta 70,8% da população a partir de três anos ou mais que possui o esquema primário (primeira e segunda dose ou dose única) completa. Os municípios que mais apresentam maior cobertura do estado são: Japurá, Ipixuna e Silves, com a taxa de 80% do esquema primário completo.

A vacinação foi um movimento importante para o Amazonas, pois diminuiu o índice de mortes por COVID-19 em diversos municípios e, conseqüentemente, o número de internações nos leitos dos hospitais públicos e privados. A campanha ajudou a reequilibrar e baixar o número de novos infectados e de mortes pela doença, assim, evitando uma nova onda ou mutação do vírus. Todo esse trabalho gerou acesso à saúde para todos, possibilitando uma ampliação da vacinação em todo o estado.

Já no ano de 2022, até o mês de agosto, foram confirmados, segundo a OMS (2022), 596.873.121 casos de COVID-19 e, de óbitos, 6.459.684 em todo o mundo. Segundo a OMS, a região que possui a maior porcentagem de pessoas infectadas é a Europa, contabilizando 41% do número de casos em todo o mundo, em seqüência, as Américas do Norte, Sul e Central, com o percentual de 29% dos casos.

Com relação ao estado do Amazonas, foi constatada, nos últimos meses, entre junho até agosto, a diminuição do número de casos da doença, sendo o quinto estado com a menor posição entre os demais. Já com relação ao número de óbitos, também se observou uma redução, sendo o terceiro menor entre os demais estados.

O Amazonas registrou 613.555 casos da COVID-19 até o ano de 2022, sendo 179.364 apenas neste ano de 2022. Entre os primeiros meses do ano, observou-se um aumento no número de casos da doença, reduzindo após a primeira quinzena de julho, variando dentre 315 casos para 118. Segundo a FVS (2022), nesse período da primeira quinzena de julho, teve-se a redução de 46% na média diária na capital e, no interior, de 85%.

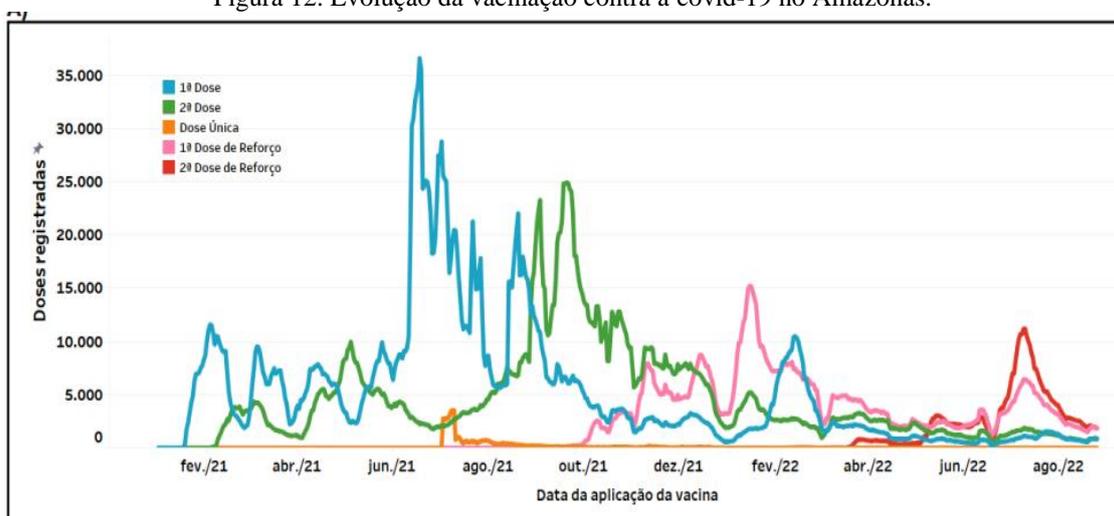
Durante esse período, segundo a FVS (2022), houve uma taxa de incidência de 57 casos por 100 mil habitantes. Os municípios que tiveram destaque nesse aumento de casos foram Itamarati, Ipixuna e São Gabriel da Cachoeira. A capital do Amazonas ficou em sexto lugar no número de incidências, com 88 casos por cada 100 mil habitantes. Nesse intervalo, houve uma redução no número de internações pela doença em todo o estado. De acordo com a FVS (2022), apresentou-se uma diminuição no número de ocupações

nas UTI's e nos leitos clínicos, sendo de 22% para 13%, e 18% para 11%, respectivamente.

No estado do Amazonas, o número de óbitos seguiu reduzindo. Segundo a FVS (2022), o número de mortes pela doença registradas até o ano de 2022, no mês de agosto, foi de 14.279, sendo que o quantitativo de mortes nesse mesmo ano foi de 366 casos. Houve 23 óbitos pela doença só na capital, e 17 nos outros municípios do interior. De acordo com a FVS (2022), a taxa de mortalidade na capital é de 7,2 óbitos por 100 mil habitantes.

Com relação à vacinação contra a COVID-19 no Amazonas, o estado apresentou um percentual de 47,5% da população que foi contemplada com a primeira e segunda dose, ou a dose única da vacina.

Figura 12. Evolução da vacinação contra a covid-19 no Amazonas.



FONTE: Figura coletada do boletim epidemiológico n° 13, ano 1 da FVS-AM (2022)

Ao observarmos a figura, percebemos um quantitativo significativo da adesão da primeira dose entre o período de junho até agosto do ano de 2021. Já com relação à dose de reforço, é exposto que, entre os meses de janeiro até março de 2022, houve uma adesão maior pela primeira dose de reforço, já de junho até agosto, houve uma procura significativa pela segunda dose de reforço, seguindo o calendário de vacinação, apesar do quantitativo apresentado na figura ser menor da adesão da segunda dose com relação à primeira.

Segundo a FVS (2022), a curva aumentou durante os meses de junho até agosto, logo após a liberação da aplicação da vacina em pessoas a partir de 18 anos. A vacinação de crianças entre a faixa etária de três e quatro anos aumentou a curva da primeira dose

da vacina, intensificando o avanço da campanha contra a covid-19, apresentando atualmente um quantitativo de 4.936 de doses diárias em todo o estado.

Atualmente, o Amazonas apresenta um cenário estável com relação aos anos anteriores. Há um baixo risco de transmissão pela doença e a diminuição no número de mortes. Apesar da redução de pessoas infectadas e de óbitos, ressaltamos a importância de intensificar os esforços pela vacinação da população, com a ampliação das campanhas e incentivos do governo e prefeitura em colaboração com a saúde pública para ofertar serviços de saúde nos postos, unidades básicas e pontos estratégicos para ampliar a adesão pela vacina contra a covid-19.

3.2. O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUAS AÇÕES DIANTE DE UMA NOVA REALIDADE

Prosseguindo o diálogo sobre a educação na cidade de Manaus durante a pandemia, abordaremos sobre o Conselho Municipal de Educação de Manaus (CME/MANAUS) e suas inquições a respeito do Ensino Remoto Emergencial diante da nova realidade pandêmica. O CME objetivou com a normatização das formas de ensino remoto garantir o pleno aprendizado dos estudantes que frequentavam as escolas municipais e sobre a validação do seu direito à qualidade de ensino, mesmo sendo no modelo remoto de caráter emergencial. O que inquirimos é: esse objetivo foi alcançado?

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus é regida por um sistema que possui estrutura operacional própria, que foi consolidada por um regime interno, criado pelo Decreto de nº 2.682, de 26 de dezembro de 2013, constituindo-se por órgãos colegiados, assistência e assessoramento, de gestão, infraestrutura e logística, órgãos de atividades finalísticas e de programas especiais. O Conselho Municipal de Educação faz parte dos órgãos dos colegiados.

Quando analisamos o papel do conselho juntamente com as escolas, não podemos deixar de lado a importância na qualidade da educação. Sendo assim, garantir os direitos de aprendizagem dos educandos consiste no objetivo maior de qualquer escola. Com isso, vemos que é interessante apresentar uma discussão breve sobre a temática e suas implicações no âmbito escolar.

3.2.1. Qual a importância da atuação do Conselho Municipal de Educação nas escolas da cidade de Manaus?

O Conselho Municipal de Educação de Manaus (CME/Manaus) foi criado pela Lei Municipal nº 377, de 18 de dezembro do ano de 1996, tendo suas modificações e alterações exercidas pelas Leis Municipais nº 528, de 07 de abril de 2000, e nº 1.107, de 30 de março de 2007 (SEMED, 2012). É um órgão colegiado e representativo da sociedade na gestão democrática da educação escolar que integra o sistema municipal de ensino, sendo uma organização autônoma que institui questões administrativas e financeiras que estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

É subordinada ao chefe do poder executivo do município e tem como função consultar, fiscalizar, deliberar e mobilizar, tendo competência normativa para mediar questões entre a sociedade civil e o poder público do município de Manaus, elaborando e implementando políticas municipais de educação que visem agregar positivamente a escola, influenciando na gestão democrática do ensino e na implementação de melhores condições e qualidade na educação do município.

Destacamos como competência a este órgão estar em conjunto com o Sistema Municipal de Ensino de Manaus (SME) da Educação Básica, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades de ensino no âmbito público e as instituições privadas de Educação Infantil.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, no Art. 7º:

- I – Deliberar sobre o processo pertinente à ação educacional, em matéria de funcionamento e planejamento;
- II – Credenciar espaços físicos e autorizar, prorrogar e reconhecer os cursos oferecidos;
- III – orientar, analisar e aprovar o Regimento Geral do Sistema de Ensino Municipal e o Regimento Interno das Escolas Municipais e de Instituições Privadas de Educação Infantil;
- IV – Orientar e analisar o Projeto Político Pedagógico de acordo com a legislação em vigor;
- V – Normatizar orientações e procedimentos estabelecido pelas instituições de ensino público e privado;
- VI – Analisar e aprovar as alterações curriculares nos termos da legislação específica;
- VII – estabelecer a parte diversificada do currículo, nos termos dispostos no § 5º, Artigo 26, da Lei Nº. 9.394/96;
- VIII – normatizar o atendimento educacional às peculiaridades dos alunos portadores de necessidades especiais, assegurando classes, escolas ou serviços especializados, possibilitando a integração nas classes comuns de ensino regular;
- IX – Declarar a extinção de mandato dos Conselheiros, de acordo com o disposto no parágrafo único, do Artigo 4º deste Regimento;
- X – Deliberar sobre outras matérias de relevância que lhes foram submetidas no limite de sua competência (SEMED, 2012, Art. 7º).

Nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação, representado por toda a comunidade escolar, tem um papel primordial, uma vez que deve desenvolver um acompanhamento responsável das atividades desenvolvidas e realizadas na escola. Além

disso, tem o compromisso com a qualidade do processo educativo, visando melhores desempenhos dos alunos, a fim de que haja a emancipação dos sujeitos sociais que frequentam as escolas.

Este conselho é constituído por nove membros, titulares e suplentes, indicados por entidades representativas, nomeadas pelo chefe do poder executivo municipal, tendo pessoas com experiência na área da educação e afins, com o mandato de dois anos. Segundo a SEMED, este grupo é composto por:

01 (um) representante do Ensino Público Superior/UFAM; 01 (um) representante do Ensino Público Estadual/SEDUC; 02 (dois) representantes do Ensino Público Municipal/SEMED; 01 (um) representante do Ensino Privado/SINEPE-AM; 01 (um) representante das Associações de Pais, Mestres e Comunitários/APMCs; 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas/SINTEAM; 01 (um) representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas/UMES; 01 (um) representante da Câmara Municipal de Manaus/CMM-AM. (SEMED, 2012, s/p).

Os conselheiros exercem atribuições que lhes são conferidas pelo regimento interno, pelas leis federais, estaduais e por resoluções normativas próprias do sistema do ensino municipal. A sua sede está localizada na cidade de Manaus.

É importante que o Conselho Municipal de Educação realize uma avaliação crítica e diagnóstica do sistema de ensino oferecido pelas escolas, com o objetivo de fomentar a manutenção de práticas pedagógicas que tenham gerado resultados positivos, bem como identificar falhas do sistema de ensino a fim de propor mudanças. Ou seja, ao avaliar a escola, o CME divulga resultados, analisando-os com o objetivo de que haja a garantia dos direitos de aprendizagem de todos os estudantes.

Quando refletimos acerca da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem realizada pelo conselho, precisamos compreender que esta engloba recursos diferentes, mas que se interrelacionam, isto é, o CME precisa considerar, ao analisar o ensino fomentado em uma determinada escola, como o resultado da escola nas avaliações nacionais, o seu resultado nas avaliações da própria instituição de ensino e o resultado da escola nas próprias avaliações do Conselho Municipal de Educação.

Dessa forma, o conselho cria o seu próprio instrumento de avaliação que, necessariamente, deve levar em conta, no mínimo, cinco dimensões que precisam estar interligadas entre si, a saber: o contexto social da escola, as condições físicas, materiais e pedagógicas, os trabalhadores em educação atuantes em cada instituição, a gestão democrática, e a realidade dos estudantes que frequentam a escola. Todavia, muito mais do que apenas avaliar, é necessário que o conselho seja aliado da escola no sentido de

auxiliar para que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Logo, o papel da avaliação deve, prioritariamente, ser um instrumento de garantia de direitos de aprendizagem.

3.2.2. Quais foram as ações do Conselho Municipal de Educação de Manaus durante a pandemia de COVID-19?

O Conselho Municipal de Educação de Manaus, juntamente com os demais órgãos, seguiu as normas estabelecidas pelo Ministério de Educação. A Resolução nº 003/CME/2020, aprovada no dia 23 de março de 2020, dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do município como uma das medidas preventivas à disseminação da COVID-19.

O conselho, no uso de suas atribuições legais determinadas pela Lei nº 377/96, que foram alteradas pelas Leis nº 528, de 07 de maio de 2000, e nº 1.107, de 30 de março de 2007, considerando a declaração da OMS, no dia 11 de março de 2020, decretou a situação de pandemia ao que se referia à infecção por COVID-19.

Com isso, foi considerado, a partir do Decreto Municipal nº 4.780, de 16 de março de 2020, o período de 180 (cento e oitenta) dias, situação anormal, caracterizada como emergencial, no município de Manaus, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, tendo em vista que a confirmação do primeiro caso na cidade de Manaus deu-se no dia 13 de março de 2020.

Segundo o parágrafo 2º do Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, é prevista a competência do respectivo Sistema de Ensino para a definição do calendário escolar, adequando-o às peculiaridades locais, sempre com o interesse no processo de aprendizagem. Recomendou-se, inclusive, a obrigatoriedade de questões climáticas e econômicas, dispostas e garantidas em cumprimento ao Art. 24, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

Nos parágrafos 2º e 8º do Decreto de nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e na Resolução nº 076/1998/CEE-AM, regulamentou-se a educação à distância, também considerando a Resolução nº 030/2020/CEE-AM, que dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do estado do Amazonas, como medida preventiva à disseminação da COVID-19. Estas resoluções foram publicadas no diário oficial do Amazonas.

Logo, é competência de os conselhos de educação autorizar experiências educacionais, como aponta a citação abaixo:

Art. 1º Adotar, no Sistema Municipal de Ensino de Manaus, a Resolução n. 030 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, que foi aprovada no dia 20 de março de 2020.

Art.2º Recomentava-se às instituições que integravam o Sistema Municipal de Ensino de Manaus (públicas e privadas de educação infantil e públicas do ensino fundamental), como projeto-piloto, a implementação de soluções alternativas de atendimento aos estudantes, empregando todos os meios e recursos disponíveis e ao seu alcance.

Parágrafo único - As soluções alternativas de atendimento utilizadas passam a integrar o projeto político-pedagógico da instituição, devem ser definidas em conjunto com a comunidade escolar e são validas enquanto perdurar o isolamento social imposto pelas autoridades de saúde competentes.

Art. 3º Determinar que as soluções alternativas de atendimento adotadas sejam encaminhadas a este Conselho para conhecimento e acompanhamento (CME/MANAUS. 2020, p. 27).

De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 5/2020, foram homologadas, no dia primeiro de junho de 2020, a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de uma apuração das atividades não presenciais para que houvesse o cumprimento da carga horária mínima anual escolar, já que, devido à pandemia de COVID-19, as aulas estavam seguindo o modelo de Ensino Remoto Emergencial.

O Decreto Municipal nº 4.780, de 16 de março de 2020, declara a situação como emergencial, devido ao novo coronavírus. Considerou-se também o Decreto Municipal nº 4.787, de 23 de março de 2020, que declara que a cidade estava em estado de calamidade pública por conta do novo vírus e de sua fácil disseminação e contaminação dos seres humanos. Com isso, prorroga o prazo do regime excepcional de teletrabalho aos agentes públicos no âmbito da administração pública e municipal, de acordo com o Decreto da Lei Municipal de nº 4.839, de 29 de maio de 2020.

A Resolução de nº 003-CME/2020 dispõe um regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Município de Manaus, como medida preventiva. Resolvemos destacar os artigos publicados pelo CME/MANAUS no diário oficial no dia 23 de março de 2020, entrando em vigor a partir desta data, com orientações a respeito das aulas não presenciais:

Art. 1º Orientar que as atividades propostas/promovidas pelas escolas, por quaisquer meios e/ou recursos, consideradas como serviços pedagógicos prestados aos estudantes, com mediação de seus pais e/ou responsáveis, integrem o cômputo das horas/aulas anuais.

Art. 2º Reafirmar, dada a autonomia de cada estabelecimento de ensino, conforme a LDB n. 9.394/96, a competência das escolas para decidir sobre a continuidade, reinício e término do ano letivo de 2020 com aulas presenciais, não presenciais ou híbridas, ouvidas as determinações das autoridades de saúde e a comunidade escolar.

Art. 3º Determinar às escolas que todas as medidas, alterações e/ou ajustes realizados para o cumprimento do ano letivo de 2020 devam ser rigorosamente registrados e a documentação mantida sob guarda, para verificação, a qualquer tempo, pelos órgãos de controle (CME/MANAUS. 2020, p. 11).

De fato, diante da pandemia vivenciada por nós, foi proposta pelo conselho a reorganização do calendário escolar da rede municipal de ensino de Manaus, considerando o Parecer nº 078/CME/2020 da lavra da conselheira Waldenize Carvalho Monteiro Maia e da decisão plenária, sendo aprovada em sessão ordinária no dia 22 de novembro de 2020. Em seu primeiro artigo, trata de APROVAR a Reorganização dos Calendários Escolares da Rede Municipal de Ensino de Manaus, em razão da Pandemia” (CME/MANAUS, 2020, p. 35).

A partir desta realidade, destacamos na Tabela 1 como se apresentou a reorganização desses novos calendários na zona urbana, rural, rodoviária, ribeirinha do rio Amazonas e do rio Negro. Vale ressaltar que são zonas atendidas pela SEMED/Manaus em território municipal.

Tabela 1 – Calendários escolares da rede municipal de ensino de Manaus (Reorganização em razão da pandemia de covid-19)

Tabela A - Ensino Fundamental 2020 (zonas urbana, zona rural rodoviária e zona ribeirinha Rio Amazonas).		Tabela B - Educação Infantil 2020 (zona urbana, zona rural rodoviária e zona rural ribeirinha Rio Amazonas).	
Início do Ano Escolar	03/02/2020	Início do Ano Escolar	03/02/2020
Jornada Pedagógica	03/02/2020	Jornada Pedagógica	04/02/2020
Planejamento	04/02/2020	Planejamento	05/02/2020
Início do Ano Letivo	05/02/2020	Início do Ano Letivo	05/02/2020
Aulas presenciais	26 dias/104 horas	Aulas presenciais	26 dias/104 horas
Recesso Escolar	17/03 a 31/03/2020	Recesso Escolar	17/03 a 31/03/2020
Meses do Projeto “Aula em Casa”	04,05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2020	Meses do “Projeto Aula em Casa”	04,05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11/2020 Projeto Aula em Casa: 164 dias/656 horas
Projeto “Aula em Casa”	174 dias/696 horas	Total de Horas (Presenciais e “Aula em Casa”)	190dias/760h
Total de Horas (Presenciais e “Aula em Casa”)	200dias/800h	Término do Ano Letivo	30/11/2020

Término do Ano Letivo	15/12/2020	Preenchimento do Relatório de Desenvolvimento Integral da Criança	01 e 02/12/20
Recuperação Final	16,17 e 18/12/2020	Término do Ano Escolar	03/12/2020
Conselho de Classe	21/12/2020	1º Trimestre	05/02 a 27/05/2020
Término do Ano Escolar	22/12/2020	2º Trimestre	28/05 a 25/08/2020
1º Bimestre	05/02 a 07/05/2020	3º Trimestre	26/08 a 30/11/2020
2º Bimestre	08/05 a 17/07/2020		
3º Bimestre	20/07 a 28/09/2020		
4º Bimestre	29/09 a 15/12/2020		

FONTE: Dados coletados do CME/ Manaus, 2022. Novo Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino de Manaus de 2020 em razão da pandemia de covid-19. Disponível em: https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/RESOLUÇÃO_078_CME_2020.pdf., elaborada pela pesquisadora.

O calendário foi elaborado com o intuito de cumprir a carga horária mínima estipulada, estando de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, relacionando as escolas do município, gerando um aproveitamento das aulas e dos conteúdos ministrados pelo projeto “Aula em Casa”, que foi uma das providências para continuar o processo de escolarização dos estudantes da rede diante da nova realidade pandêmica.

Para tanto, o Parecer CNE/CP nº 11/2020 tratou das orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. O Parecer CNE/CP nº 15/2020 tratava especificamente das diretrizes nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Competia ao CME, juntamente com a SEMED, a implementação de ações dispostas nos seguintes artigos:

Art. 1º. Aprovar as proposições da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) acerca do Aproveitamento Escolar dos Estudantes do Ensino Fundamental e Modalidades, em período de Pandemia.

Art. 2º. Recomendar a aprovação dos estudantes do Ensino Fundamental e Modalidades que tiveram ou não acesso às atividades remotas, adotando, em caráter excepcional a fórmula aritmética a seguir:

I - MB = $(1^a AV + 2^a AV) / 2 = 5,0$;

II - MF1 = $(1^o Bi + 2^o Bi + 3^o Bi + 4^o Bi) = 20/4 = 5,0$

III - MF2 = $(1^o Bi + 2^o Bi + 3^o Bi + 4^o Bi + Rec.) = 25/5 = 5,0$

Art. 3º. Recomendar que os estudantes público-alvo da educação especial prossigam seus estudos, devendo, no entanto, cada caso ser analisado pelos profissionais atuantes nas unidades de ensino, em conjunto com

a família, com prevalência das recomendações das equipes psicopedagógicas.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação, no que couber, como medida para amenizar os impactos decorrente da pandemia, deve reorganizar as atividades pedagógicas com adoção de um continuum de 2 (dois) anos escolares, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas do Sistema Municipal de Ensino de Manaus, estando ainda em sintonia com a Lei Federal n. 14.040/2020.

§ 1º A reorganização da programação curricular poderá ser feita aumentando os dias letivos e/ou carga horária do ano letivo de 2021 para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para o ano letivo de 2020.

§ 2º Fica facultado à Secretaria Municipal de Educação outras formas de organização, desde que seja observado o padrão de qualidade disposto no art. 206 da CRFB/88 e, principalmente, assegure os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das habilidades e competências previstas para cada ano/etapa (CME/MANAUS, 2020, p. 20).

O CME/Manaus, em parceria com a SEMED, criou algumas ações para que os estudantes não fossem “prejudicados” durante a pandemia de COVID-19, organizando procedimentos e estratégias para que pudessem auxiliar as escolas nesta nova realidade. Vale ressaltar que este documento foi apresentado no dia primeiro de dezembro de 2020, ou seja, as recomendações seriam válidas para os dias seguintes, para a finalização do ano letivo e, conseqüentemente, englobar o próximo ano escolar.

Houve a criação de outras práticas implementadas pelo CME em parceria com a SEMED para dar continuidade à escolarização durante a pandemia, buscando atender a todos os estudantes da rede, como os artigos abaixo:

Art. 5º Como medida para o alcance dos objetivos de aprendizagem e a garantia do direito à educação, recomenda-se a constituição de comissão municipal ou equipe de monitoramento, envolvendo SEMED, DDZ’s, CME e outros, a fim de:

I - Verificar e monitorar os estudantes que deixaram de acompanhar as atividades remotas; II - traçar planos de estudos com vistas à operacionalização do currículo referente à etapa ou ano escolar de 2021, com reforço concomitante ou operacionalização do currículo de 2020 (continuum curricular), que deixou de ser assimilado pelos estudantes, em especial no que se refere ao desenvolvimento das habilidades e competências previstas no Referencial Curricular Amazonense (RCA) alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 6º Recomendar também o estabelecimento de Regime de Colaboração entre SEDUC/AM, SEMED/Manaus e demais redes, para o monitoramento e suporte aos estudantes finalistas do ensino fundamental que irão migrar para outras redes de ensino, devendo a SEMED/Manaus:

I - Facultar, excepcionalmente e em caso da existência de vaga, matrícula nos últimos anos (9º ano e 5ª fase da EJA) para os estudantes que estejam cursando o ensino médio em 2021;

II - Oferecer por meio remoto, em contraturno do ano/série ensino médio, atividades relacionadas ao currículo do 9º ano e/ou da fase da EJA (CME/MANAUS, 2020, p. 21).

Esses atos normativos foram implementados pelas secretarias estaduais e municipais de educação. A SEMED seguiu algumas resoluções que foram executadas pela SEDUC e que se estenderam às escolas do município, que estavam em parceria com o projeto “Aula em Casa” da Secretaria de Educação do Amazonas, que atendeu as escolas do estado e município de toda a capital, fazendo com que unificasse as resoluções e decretos.

Sabemos que todo este processo gerou inúmeras consequências à educação, principalmente pela unificação das resoluções, que não atendiam às especificidades e realidades das escolas de Manaus e do Amazonas. Crianças e adolescentes foram fortemente prejudicados devido a esse modelo de ensino que foi implementando pela secretaria, pois nem todos tinham acesso a novas tecnologias ou a redes de internet, dificultando o trabalho dos professores e profissionais da educação durante a pandemia de COVID-19, ampliando a evasão escolar e o índice de abandono.

Faz-se necessário repensar as questões de conectividade e de acesso às redes no âmbito municipal e estadual, pois vemos que a precarização do serviço e da acessibilidade faz com que casos como este, emergencial, tornem a escolarização um processo secundarizado ou até anulado, segregando os estudantes de baixa renda, que são os principais atores da educação básica pública brasileira.

O CME, em parceria com as demais secretarias de educação, não pensou em estratégias com enfoque na realidade local. Além disso, não levou em consideração as questões sociais que envolvem o contexto amazônico, como as zonas da capital da cidade que sentiram o impacto negativo da ausência de um auxílio e de normativas que implementassem qualidade à continuidade deste ensino, em especial, as comunidades rurais e ribeirinhas, que são público-alvo da SEMED/Manaus, tendo consequências maiores, como o baixo índice no IDEB de 2022.

Portanto, é importante que ações que implementem a melhora da conectividade e acessibilidade a essas comunidades, para que assim todos possam ter acesso à educação de qualidade.

4. OS IMPACTOS DA COVID-19 NO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: OLHAR DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICO DE MANAUS.

Apesar do século XXI está inserido no mundo da tecnologia e ser considerado uma era digital, as escolas ainda não estavam preparadas para uma pandemia. “No relatório do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de sete meses depois de declarada a pandemia, a COVID-19 continuava colocando em pausa a educação de mais de 137 milhões de crianças e adolescentes” (OLIVEIRA, 2021, p. 9). Assim a referida pesquisa ressaltou que o processo pandêmico gerou impactos devastadores na educação em diversos países, principalmente nos países da América Latina e Caribe, considerados de terceiro mundo.

No Amazonas, os professores e os alunos inseridos no sistema de ensino da rede pública sofreram com o impacto do isolamento social e vivenciaram diversos desafios durante a quarentena. Foram necessárias à implementação e a utilização de modo integral das tecnologias, sendo um dos meios para dar continuidade ao processo de escolarização dos estudantes, procedendo com a relação de ensino-aprendizagem entre professores e alunos, pois parte destes profissionais da educação não estava preparada para esta mudança repentina.

Com as medidas atribuídas pela rede municipal e estadual de educação, as escolas de Manaus adotaram o modelo de ensino remoto emergencial como um item importante para dar continuidade ao ensino e à escolarização dos estudantes, buscando evitar lacunas maiores na educação amazonense. Diante disso, foram utilizados plataformas digitais e meios de comunicação, como o rádio e a televisão, para oferecer acesso à educação aos alunos da rede básica de ensino.

Com o imediatismo colocado por este contexto que trouxe evidências das desigualdades sociais e educacionais, ante esta situação atípica e desafiadora, apresentamos algumas dificuldades encontradas nesse período, a saber: falta de suporte tecnológico dos profissionais e estudantes atuantes da rede pública, inexperiência profissional e falta de capacitação para atuar com as novas tecnologias, vulnerabilidade social, entre outras situações que tornaram a jornada dificultosa em amplos aspectos. Esta realidade refletiu em um novo cotidiano escolar, tornando-se um caos para a sociedade

Portanto, a partir dos apontamentos evidenciados, esta pesquisa busca apresentar, através da coleta de dados, questões concretas sobre a pandemia de covid-19 nas escolas municipais e as situações vivenciadas nessa nova realidade pelos profissionais da Educação Básica do município de Manaus.

4.1. O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS E OS IMPACTOS DA COVID-19 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A educação brasileira tem um histórico de fragilidade em sua trajetória e, com a pandemia, foram evidenciadas ainda mais essas lacunas. Diante desse cenário, o governo se mobilizou para cumprir as medidas para conter a propagação do vírus, dispostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), já que se tratava de uma pandemia, não havendo vacina para conter os efeitos da doença, que estava se alastrando rapidamente pelo mundo todo.

O isolamento social veio como um recurso importante para a contenção do vírus da COVID-19 em todo o mundo, com o intuito de diminuir e preservar a saúde dos cidadãos. Com isso, houve uma paralisação de atividades cotidianas de trabalho de muitos profissionais, principalmente os da educação, visando o bem-estar de todos. Com a suspensão das aulas presenciais, sucederam-se movimentos que geraram múltiplos impactos na educação, principalmente nos países subdesenvolvidos, que não teriam estruturas para atender a todos os estudantes matriculados na rede básica de ensino, evidenciando inúmeros desafios para com a educação e a oferta desse ensino para todos, apresentando consequências nocivas para a sociedade.

Em Manaus, o ano letivo nas escolas municipais iniciou em fevereiro de 2020, porém, como seria um ano atípico devido à pandemia de COVID-19, o governo do estado, em parceria com o município, alterou para a modelo do ensino remoto em todas as escolas da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC) e as da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED). As aulas começaram no dia 03 de fevereiro de 2020 e foram suspensas em 16 de março de 2020, conforme o Decreto nº 42.061, que suspendeu por 15 dias as aulas presenciais em todas as escolas da capital como medida de prevenção contra a propagação da COVID-19.

O governo do estado e município se aliaram para oferecer esse acesso a todas as escolas do Amazonas. Para tanto, o governo deu início ao projeto “Aula em casa”, que inicialmente atendia apenas os alunos do âmbito estadual da Educação Básica que não

estavam frequentando o ensino regular por serem de comunidades ribeirinhas, necessitando deste complemento tecnológico de ensino para as comunidades mais afastadas.

Este projeto do centro de mídias foi ampliado, sendo utilizado como alternativa para oferecer acesso, com a implantação de plataformas on-line e televisivas para dar continuidade ao procedimento de ensino-aprendizagem, ofertando educação a todos os alunos da rede pública.

A iniciativa era inovadora e interessante, mas sabemos que o público-alvo das escolas tanto municipais, quanto estaduais, é pessoas de baixa renda e que nem todos possuíam acesso à tecnologia e aos meios de comunicação para dar continuidade ao processo de escolarização. As aulas não presenciais foram implementadas no Amazonas a partir de 18/03/2020, após a aprovação da Resolução nº 30/2020, pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM). Alguns dias após a decisão do conselho, a SEDUC instaurou o regime de aulas não presenciais, publicado pela portaria GS nº 311/2020 (SEDUC/AM, 2020), valendo para o estado e para o município.

O governo decidiu utilizar como ferramenta de acesso às plataformas digitais, como o Youtube, Instagram e alguns canais televisivos para conseguir atingir o máximo de alunos da rede pública de ensino de todo o estado, com o programa “Aula em Casa”. Este projeto possui canais no Youtube com mais de 125 mil escritos, contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, oferecendo aulas pelos canais televisivos 2.2, 2.3, 2.4, como a TV Encontro das Águas. Este plano foi implementado pelo governo do estado, em parceria com a prefeitura.

Com a pandemia, o projeto foi ampliado para todo o estado com a ajuda dos profissionais integrantes do centro de mídias, pertencentes à SEDUC, em parceria com a SEMED, utilizando os professores da rede, com o objetivo de disponibilizar conteúdos didáticos e pedagógicos para os alunos da rede municipal e estadual de ensino, visando dar continuidade ao processo de escolarização. O projeto serviu como ferramenta para facilitar o acesso à educação de forma segura, buscando evitar a contaminação de mais pessoas pelo vírus da COVID-19.

Neste novo contexto em que os professores estavam inseridos, foi introduzida a utilização das tecnologias no seu cotidiano escolar de maneira integral, sendo um desafio para os profissionais da educação. No entanto, houve muitas contradições, muitos professores, pais e responsáveis dos alunos acreditaram que seria melhor a retomada das atividades presenciais, mas outro grupo de docentes ainda não estava se sentindo seguro

para a retomada das aulas de modo semipresencial, travando um conflito de opiniões em meio à dinâmica.

A Fundação de Vigilância em Saúde optou por uma testagem em massa nos profissionais da rede estadual, iniciando a realização de testes entre 13 de agosto até 04 de setembro do ano de 2020. Esta investigação demonstrou que, em 78% dos casos notificados, a provável infecção do vírus se deu por meio de transmissão comunitária, possivelmente entre os meses de abril, maio, ou seja, antes do retorno das aulas semipresenciais, e nos 28% dos casos mais recentes, fora do ambiente escolar (FVS-AM, 2020).

Segundo a FVS-AM, a maioria dos casos de infecção por COVID-19 deu-se antes do período do retorno das aulas. Apesar disso, os profissionais ainda não se sentiam seguros com a retomada de suas atividades semipresenciais. Por este motivo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM) pediu para que as secretarias de educação retornassem o modelo das aulas on-line, pautado na justificativa do aumento dos números de casos da COVID-19 na cidade do Amazonas e que as escolas não estavam preparadas para cumprir com os protocolos sanitários exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O início do retorno das aulas presenciais no Amazonas nas escolas municipais e estaduais trouxe inúmeras preocupações para a comunidade escolar, principalmente no ano de 2020, quando os profissionais ainda não tinham sido vacinados, gerando diversos embates e desafios no seu cotidiano escolar.

O Amazonas foi um dos estados pioneiros a propor o retorno das aulas presenciais tanto na capital, quanto no interior. As escolas estaduais foram as primeiras em todo o Brasil a retornarem presencialmente, ocasionando diversas polêmicas com relação ao governo e seus apoiadores por ainda estar num cenário delicado e perigoso, por se tratar de uma situação atípica e de um vírus letal.

Na tabela 2 observamos como se desenvolveu o cronograma e o processo de retorno às aulas desde o início da pandemia de COVID-19 e a implementação do modelo remoto emergencial de ensino, até a retomada das atividades semipresenciais e presenciais em todo o Amazonas.

Tabela 2 - O retorno de atividades escolares Manaus/AM - 2020 / 2021

	Início		Término	
	S E M E D	05/02/2020	Presencial	17/03/2020
01/04/2020		Remoto	17/12/2020	Remoto
15/09/2020		Semipresencial	24/09/2020	Semipresencial
18/02/2021		Remoto	28/05/2021	Remoto
31/05/2021		Semipresencial	20/08/2021	Semipresencial
23/08/2021		Presencial	17/12/2021	Presencial
S E D U C	03/02/2020	Presencial	17/03/2020	Presencial
	23/03/2020	Remota	07/08/2020	Remota
	10/08/2020 – Capital (Ensino Médio)	Semipresencial/presencial	14/12/2020 - Capital	Presencial
	30/09/2020 – Capital (Ensino Fundamental)	Semipresencial/presencial	14/12/2020 - Capital	Presencial
	23/11/2020 - Interior	Presencial	14/12/2020 - Interior	Presencial
	18/02/2021	Remota	31/05/2021	Remota
	01/06/2021	Semipresencial	21/08/2021	Semipresencial
	24/08/2021 - Capital	Presencial	17/12/2021 - Capital	Presencial
	08/09/2021 - Interior	Presencial	17/12/2021 - Interior	Presencial

FONTE: Dados coletados pelo site da SEDUC/AM e SEMED/Manaus, elaborada pela pesquisadora.

É importante destacar que, apesar das inúmeras manifestações dos professores juntamente com o SINTEAM para adiar o retorno das aulas presenciais nas escolas de Educação Básica, existiram inúmeras polêmicas, principalmente por ainda não ter uma previsão para a imunização dos trabalhadores da educação.

O governador decidiu iniciar as aulas presenciais híbridas para os alunos do Ensino Médio da capital e, em seguida, no dia 24 de agosto, as aulas no mesmo modelo

para os estudantes do Ensino Fundamental, mas, com o aumento do número de professores infectados por COVID-19 nesse meio-tempo, as aulas foram adiadas para 30 de setembro. Segundo a FVS (2020), com apenas dois dias de testagem, o número de professores infectados foi para 342. Estes números foram divulgados pela Fundação de Vigilância em Saúde em uma audiência pública virtual pela Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), na qual discutia-se o cenário da pandemia e da problemática do retorno das aulas presenciais.¹³

Se trouxermos a realidade de São Paulo, por exemplo, o estado teve o primeiro caso da doença em todo o país, no dia 26 de fevereiro de 2020, mas retornou com as atividades presenciais nas escolas no dia 03 de novembro deste mesmo ano, com um planejamento de no máximo oito alunos por sala, para evitar a contaminação das crianças e dos professores.

Já no estado do Amazonas, a realidade foi diferente, pois houve o retorno das aulas presenciais de modo híbrido no dia 10 de agosto de 2021, voltando gradativamente a sua normalidade. Portanto, a volta às aulas, mesmo no regime semipresencial, pode, sim, ter gerado um aumento da contaminação entre a população amazonense.

O governo do estado lançou um documento intitulado de *Plano de retorno às atividades presenciais*: ações pedagógicas, de gestão e de saúde para as unidades de ensino pós-pandemia¹⁴, realizando uma pesquisa com questões fechadas entre professores, gestores e pais e responsáveis dos alunos de toda a rede pública de ensino. Esta investigação apresentou resultados nos quais a secretaria se firmou para o retorno das aulas presenciais. Vale ressaltar que, a partir desta coleta de dados, a investigação propulsou em um resultado que serviu como base para a retomada das atividades presenciais tanto para as escolas do estado, quanto do município, já que o projeto “Aula em casa” contemplava as duas redes de ensino.

A documentação tem como subtítulo “ações pedagógicas, de gestão e de saúde para as unidades de ensino pós-pandemia”, ou seja, completamente contraditório, já que apresentava um plano e estratégias para o retorno das aulas presenciais em meio à pandemia de COVID-19, mas teria ações e estratégias para serem aplicadas na pós-pandemia, sendo que a doença ainda não estava controlada, e muito menos havia iniciado

¹³ A prefeitura seguiu as orientações do Governo do Estado em relação as aulas remotas, participando do projeto aula em casa para dar continuidade ao processo de escolarização dos estudantes.

¹⁴ Disponibilizado pela Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM), através do link <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr1/atos-e-publicacoes/roteiros-e-manuais-1/infografico-gt-educacao/Plano%20de%20Retorno%20-SEEDUC-AM.pdf>

a campanha vacinal, apresentando uma questão polêmica e relevante para ser destacada.

O Amazonas ainda não estava preparado para o retorno das aulas, principalmente pela proporção que a doença estava tomando, sendo um dos estados do Brasil que batia recordes diários de número de óbitos e de pessoas infectadas pela doença. Assim, a retomada das atividades escolares, mesmo sendo no modo semipresencial, acarretava um grande risco à saúde para o corpo docente, discente e demais trabalhadores da educação.

Outro ponto a ser salientado em números sobre o ano de 2020-2021 é o quantitativo de professores contaminados pela COVID-19 e que foram a óbito após adquirir a doença. Foram 17 docentes, dos quais sete são da SEMED e dez são da SEDUC. Estes dados estavam disponíveis no site das duas secretarias supracitadas pelas notas de pesar que foram publicadas pelos órgãos.

Nesse período, após o retorno às aulas presenciais no Amazonas, houve a morte de quatro professores da rede estadual de ensino. A tabela 3 traz as informações supracitadas.

Tabela 3 - Quantitativo de professores que foram a óbito em Manaus/AM entre 2020 / 2021

	Nº	Sexo		Óbitos
SEMED	7	Feminino	5	Entre 14/04 e 02/05/2020 Outros dois foram em 13/06 e 09/10/2020
		Masculino	2	
SEDUC	10	Feminino	5	Entre 08/05 e 06/07/2020 Outros três foram em 05/10 – 01/11 e 09/12/2020
		Masculino	5	

FONTE: Dados encontrados nos sites das secretarias de educação do estado e município, elaborada pela autora.

O retorno das aulas presenciais no estado do Amazonas gerou debates constantes, onde parte dos professores não concordava com a retomada de atividades semipresenciais. Porém, como mostram as pesquisas realizadas pela SEDUC com os professores das escolas estaduais e municipais, estes optaram pelo modelo híbrido em dois grupos para que pudessem retornar às suas atividades presenciais com as devidas medidas indicadas pela OMS e pela ANVISA.

Ressaltamos que, em 2021, precisamente entre os meses de janeiro e fevereiro, a cidade de Manaus sofreu outro colapso em seu sistema de saúde, tendo um número de óbitos bem elevado, se comparado ao ano anterior. Com o atraso da vacina, tornou-se um caos na saúde pública, sendo notícia não só no país, mas em todo o mundo.

No ano de 2021, segundo o Ministério da Saúde (2021), os professores entraram para a lista de profissionais que teriam prioridade para se vacinar, para que assim retornassem às escolas de maneira mais segura, mantendo e cumprindo com as medidas de segurança propostas pela ANVISA.

De fato, apesar da educação no Brasil sofrer com ataques constantes, processos históricos de opressão que fazem parte desse contexto do capital, é importante destacar que, com a pandemia de COVID-19, os desafios foram intensificados e que, apesar das adversidades enfrentadas pelos profissionais da educação, a luta pela qualidade no ensino público tornou-se mais desafiadora. Durante a distância e o isolamento social, foi destacada a importância da escola como um espaço significativo e que pertence a todos. A escola tornou-se amplamente necessária, uma vez que não pôde esperar que a família abraçasse o papel que é seu, que é o de ensinar.

Apesar dos inúmeros desafios existentes durante esse processo pandêmico e os seus impactos na educação, as escolas fizeram o possível para tentar se adaptar a essa nova realidade. Sabemos que este cenário gerará inúmeras consequências para a educação, que está se desenvolvendo aos poucos nas escolas e que se apresentará no futuro acarretando novos e possíveis debates pertinentes para discutir a implementação de políticas para a melhor qualidade de ensino na Educação Básica.

4.1.1 Caracterização dos atores da pesquisa

Diante de todo o contexto apresentado anteriormente, a pesquisa delineou-se a partir de uma análise qualitativa, envolvendo a pesquisa de campo como base para dar início à construção do estudo. Os atores desta investigação são sujeitos importantes para a composição deste texto.

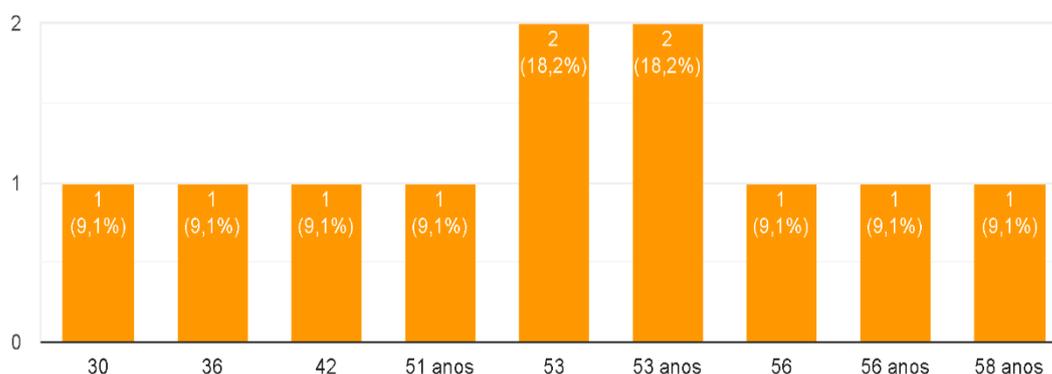
Por isso, colocamos como aspecto significativo a participação de professores da Educação Básica que estão inseridos no âmbito municipal de ensino, destacando profissionais que atuam no Ensino Fundamental I e que são formados em licenciatura em pedagogia.

O cenário de atuação em diversos contextos educacionais, como em múltiplas turmas do Ensino Fundamental e contextos sociais que envolvem a localidade em que este professor atua gerou diferentes perspectivas sobre a mesma questão trabalhada durante as entrevistas semiestruturadas, trazendo conceitos trabalhados no método do materialismo histórico-dialético e que implicam as categorias como a contradição dos

fatos apresentados, trazendo aspectos importantes a serem discutidos.

Uma informação que acreditamos ser importante é com relação à faixa etária dos profissionais entrevistados, visto que ainda é uma profissão que prevalece o corpo docente com idade acima de 40 anos.

Figura 13 – Faixa etária dos atores participantes da pesquisa

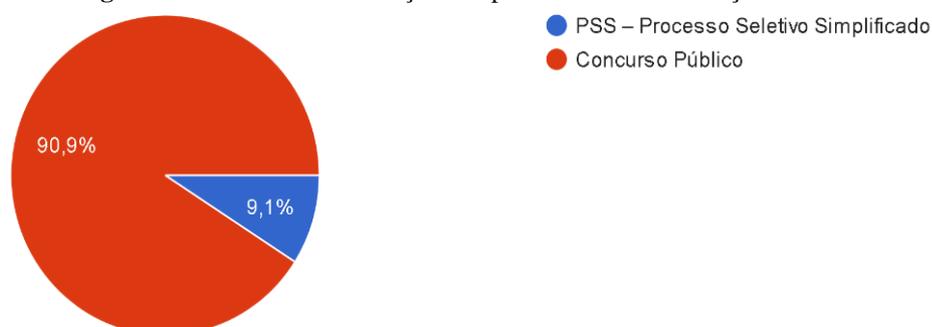


FONTE: Dados coletados pela pesquisadora, elaborada pelo Google Formulário.

Como podemos observar na imagem, 72,8% dos profissionais atuantes no ensino básico das escolas do município tem a idade acima de 50 anos de idade, e 27,3% são considerados professores abaixo de 49 anos.

Outra característica apresentada nas investigações é sobre o processo de inserção dos profissionais no mercado de trabalho, sendo que a ida deles para as escolas do município deu-se por meio de dois processos, concurso público e PSS – Processo Seletivo Simplificado realizado pelas secretarias. Abaixo, observaremos melhor este item.

Figura 14 – Modo de contratação dos profissionais de educação



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora, elaborada pelo Google Formulário

Diante desta realidade, 90,9% dos profissionais atuam em regime efetivo, ou seja, fizeram o concurso público para o cargo professor de nível superior atuante no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Outros 9,1% atuam em regime de Processo Seletivo

Simplificado.

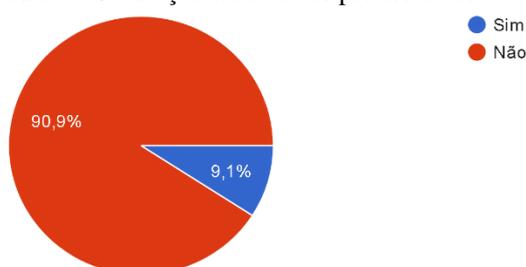
Ao destacarmos a questão da média salarial destes profissionais, vemos a necessidade de enfatizar qual o valor do salário-mínimo no ano de 2021, 2022 e de 2023. Segundo o site da Agência Brasil, o valor de 2021 foi de 1.100,00 reais, já no ano de 2022, 1.212,00 reais, porém, no ano de 2023, teve um reajuste, para 1.320,00 reais.

A partir da apresentação do valor do salário entre os anos de 2021 até 2021, apontamos a seguinte questão sobre a média salarial deste profissional da educação. Para tanto, desmembramos em quatro afirmações que foram elegíveis pelos atores da pesquisa para oferecer uma resposta para a seguinte questão. O primeiro item é de um a dois salários-mínimos; o segundo é de três a quatro salários; o terceiro, cinco a seis e, por fim, o item “ou mais”, que abrangeria apenas os profissionais que ganham nesta faixa de categoria.

Ao analisarmos as questões, observamos que 27,3% dos sujeitos da pesquisa ganham entre um e dois salários-mínimos, cerca de 1.100 a 2.640 reais mensais. No segundo item, estão classificados os profissionais que ganham entre três e quatro salários, contabilizando 36,4% dos entrevistados. Por fim, o terceiro item, que destaca os professores que ganham cerca de cinco a seis salários-mínimos, caracterizando 36,4% dos docentes. Vale ressaltar que não tivemos respostas para o item que identificavam os professores que ganhavam mais que sete salários-mínimos.

Enfatizamos ainda a questão salarial dos sujeitos da pesquisa com relação à satisfação, logo, foram identificados que, ao serem questionados sobre este item, que influencia na questão da precarização do trabalho docente, observamos que 90,9% dos participantes da pesquisa, ao serem questionados sobre a questão salarial e se seria suficiente para a manutenção de suas despesas pessoais e familiares, responderam que não. Os outros 9,1% responderam que era suficiente para manter os seus gastos e suas necessidades pessoais e familiares.

Figura 15 – Satisfação salarial dos profissionais da educação



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora, elaborada pelo Google Formulário.

Portanto, podemos observar que estas características se correlacionam, onde a questão salarial, processos de precarização do trabalho docente e o ensino remoto emergencial estão em destaque a partir da análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo utilizando o Google Formulário.

4.1.2 Principais dificuldades do cotidiano escolar durante a pandemia

Em função das situações atípicas envolvendo a COVID-19 e o distanciamento social, os sistemas de ensino, no seu ritmo, foram se adaptando a essa nova fase, que é o ensino remoto emergencial. Foram movidos esforços das secretarias juntamente com o Ministério da Educação e os demais órgãos envolvidos para que fosse dada continuidade ao processo de escolarização dos estudantes, visando amenizar os impactos e perdas pela suspensão das aulas presenciais, obrigando as escolas a se readaptarem e reorganizarem para o planejamento de um novo currículo que atendesse às necessidades dos alunos.

De certa maneira, o novo contexto ao qual estávamos inseridos resultou em mudanças repentinas na forma como os professores iriam desenvolver suas atividades, passando a exigir uma substituição pelo modelo tradicional, no que diz respeito à relação entre professor e aluno dentro de sala de aula, de modo mais direto, para a troca de uma relação estritamente virtual entre o educador e o educando.

Segundo Oliveira (2021), foi apresentado, através de um estudo realizado pelo Banco Mundial, que o fechamento das escolas poderia elevar o índice de abandono escolar, principalmente daquelas famílias que se encontravam em situação de alta vulnerabilidade social, além de afetar a rede de proteção social que a escola oferece para estes estudantes, já que muitas crianças dependem da merenda escolar para se alimentar, às vezes sendo sua única refeição durante o dia. Para Oliveira (2021), o Brasil foi um dos países onde o processo de adaptação ao ensino remoto emergencial foi mais lento, um a cada dez professores que tiveram suas atividades paralisadas não conseguiu oferecer nenhuma alternativa para o desenvolvimento das atividades.

A transição gerou uma movimentação ágil dos sistemas públicos de educação, buscando oferecer o ensino remoto emergencial que abrangesse a todos. Este processo é influenciado por uma série de aspectos, que diferem em diversos âmbitos e contextos sociais. A mudança requeria uma preparação mínima para realizar as atividades de interação entre os alunos, envolvendo características como o quantitativo de profissionais da educação e discentes, questões dos meios tecnológicos existentes nas escolas e quais

os recursos financeiros que estariam dispostos para que houvesse a adequação e acesso para todos.

A transformação trouxe à tona lacunas existentes na educação brasileira e que se intensificaram durante a pandemia de COVID-19. Os professores ainda possuíam dificuldades para manejar integralmente as novas tecnologias, dificultando a transição do ensino presencial para o remoto.

Ao destacarmos a questão sobre a faixa etária dos participantes envolvidos na pesquisa, salientamos que isso possivelmente pode influenciar a dificuldade e o manejo das novas tecnologias durante o seu cotidiano escolar, já que não faz parte da sua práxis o uso de modo integral de novas tecnologias, aplicativos e mídias sociais para ministrar as aulas. Este processo traz categorias de análises importantes, destacando como tema: 1) O uso das tecnologias digitais e seus desafios e 2) Ensino remoto e o ensino presencial.

A partir destas categorias, observamos que o manejo das novas tecnologias vai se tornando ponto que contribui para a dificuldade de se inserir em uma nova realidade, pois isso não faz parte de maneira integral do cotidiano escolar destes profissionais. Apesar da utilização e da ampliação do uso de mídias sociais no século XXI, a sua manipulação ainda é um desafio para os professores com maior faixa etária.

Dalila Oliveira (2021, p. 17) apresenta o assunto em *O trabalho docente em tempos de pandemia*, destacando que:

Os dados explicitam a diferenciação da capacidade de manuseio dos recursos tecnológicos digitais entre as faixas etárias, sendo que, à medida que se aumenta a faixa etária dos professores, mais difícil se torna o fato de lidar com tecnologias digitais. Na outra extremidade, enquanto 25% dos respondentes com 50 anos ou mais de idade achavam fácil ou muito fácil lidar com tais tecnologias, entre aqueles que possuem até 29 anos, essa taxa atinge 49% deles, ou seja, praticamente o dobro

Ou seja, são aspectos que influenciam o trabalho docente e sua práxis durante o seu cotidiano escolar, fazendo com que a atividade profissional deste sujeito se torne estressante e desestimulante, já que adentra diversos processos de frustração profissional.

Ao ser perguntado a um professor qual foi o processo mais frustrante nessa nova realidade na função que estava desempenhando, este destaca que:

Foi essa questão da tecnologia, que foi difícil tanto para mim, como para os meus alunos, porque a gente não teve nenhum preparo para nada, né? De repente, a gente foi pego de supetão, tendo que utilizar a tecnologia, tendo que ter um computador, internet, tendo que entrar em contato com o pai e com a mãe, e é isso, não tivemos preparo, o que deixou todo o trabalho ainda mais difícil e desestimulante (Professor II – Efetivo).

Este contexto destaca uma questão importante sobre frustração do trabalho

docente e a sua precarização, apresentada durante as entrevistas realizadas com os sujeitos. Segundo Oliveira (2021), o fato de haver uma ausência dos recursos necessários para o pleno desenvolvimento das atividades laborais, sendo ainda aliada a processos de formação insuficiente para lidar com os programas e recursos tecnológicos, tem gerado sofrimento para muitos professores, principalmente para aqueles que trabalham em escolas públicas. Ou seja, estas questões ocasionam um processo de adoecimento destes profissionais, precarizando o seu trabalho e sua práxis docente, pois eles informaram que têm receios e angústias sobre a situação da pandemia e a insegurança em relação ao futuro.

Outra problemática era como os professores iriam adentrar a casa de seus alunos através do ambiente virtual, já que as aulas presenciais haviam sido suspensas e quais estratégias usariam para que todos tivessem possibilidade de aprender? Este item foi um obstáculo para o novo cotidiano escolar dos profissionais. Na fala de um professor entrevistado, ele destaca que um dos principais desafios para dar continuidade ao seu trabalho de maneira remota foi a questão social dos alunos.

Com relação a uma turma que eu peguei, que era muito problemática com relação à situação social, problema social, entendeu? Devido também ao local, né, a área que eu trabalhava era a área vermelha, no caso, então muitos não tinham acesso à internet ou celular, eram bem pobres (Professor III – PSS).

Como podemos observar, a fala deste profissional traz um dos contratempos que se apresentou durante as aulas remotas emergenciais. A questão do acesso à internet na região Norte ainda é uma problemática iminente, o que pode aumentar a desigualdade, pois, apesar desta geração está inserida no mundo tecnológico e possuir habilidades nativas digitais, as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social sofrem com a impossibilidade de acesso à internet. A pandemia e o isolamento social não somente evidenciam esses grupos, como enfatizam a injustiça e as desigualdades sociais, principalmente porque o acesso à internet, que deveria estar inserido no cotidiano de todos por estarmos introduzidos na era digital, ainda não chegou para uma parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social (SANTOS, 2020).

O ensino remoto durante a pandemia se tornou acessível para os que tinham condições de se manter, colocando-os como “privilegiados”, contribuindo para o encobrimento das realidades socioeconômicas e reforçando discursos meritocráticos, com o intuito de fortalecer o cumprimento do calendário letivo, sem ter um olhar que pudesse analisar as inúmeras diferenças e os diversos contextos sociais, principalmente se formos destacar o aluno que frequenta a escola pública.

Cunha (1999) aponta que,

O professor é hoje, posto em xeque, principalmente por sua condição de fragilidade em trabalhar com os desafios da época. Entre eles, talvez os mais significativos sejam as novas tecnologias de informação, a transferência de funções da família para a escola e a lógica de produtividade e mercado que estão definindo os valores da política e até da cultura ocidental contemporânea (CUNHA, 1999, p. 127).

Ou seja, as dificuldades citadas anteriormente tornam-se banais em meio ao processo de cumprimento das diretrizes propostas pelas secretarias de ensino, exigindo aos profissionais de educação o cumprimento do currículo e mostra de evidências como vídeos, fotos, prints de interações via redes sociais, a fim de que provassem que “algo” estava sendo realizado. Nesse sentido, vemos que estes indícios coletados se configuraram em documentação pedagógica, que foi devidamente analisada e avaliada pelas secretarias, fortalecendo as relações hegemônicas que prevalecem no modelo neoliberal de educação.

Em detrimento disso, as dificuldades se entrelaçam neste processo da falta de formação continuada e de ausência de formação inicial envolvendo o uso das novas tecnologias. Ao trazermos a fala da professora VI, verificamos pontos interessantes, pois, quando é questionada se teve algum tipo de formação durante o processo, afirma: “Não. Para mim, não. Pelo menos na escola em que eu me encontrava. Não!” (Professora VII – Efetiva). Fato este que entra em contradição com outro profissional da educação, que destaca que houve formação durante o processo: “Sim, houve, sim. Tanto pela escola, pela instituição de ensino, como pela Secretaria Municipal de Educação” (Professor VI – Efetiva). Essa questão evidencia que os processos formativos não são os mesmos em todas as escolas.

Houve dificuldades estruturais no movimento de aulas remotas que foram elencadas nas falas de alguns professores. Da noite para o dia, eles tiveram que se adequar à realização de planejamentos e ministrar aulas em ambientes virtuais, no entanto, nem todos possuíam notebook ou internet de qualidade em suas residências, além de terem que lidar com questões emocionais, já que muitos perderam colegas de trabalho e entes queridos. Destacando a fala da professora entrevistada, ela relata que: “Foi um processo difícil de se reorganizar, até mesmo de preparar o material necessário. Estando sozinha, sem o apoio da equipe, dos colegas de trabalho, foi difícil.” (Professora II – Efetiva).

Ao ser questionada em relação ao processo de sobrecarga de trabalho, a profissional de educação afirma que: “Houve uma sobrecarga tanto da questão em relação

à responsabilidade, quanto das atribuições mesmo. Muitas coisas pra gente produzir, pra responder, pra dar conta” (Professora V – Efetiva). Ou seja, este processo precarizou mais o trabalho docente.

Segundo Oliveira (2021),

Podemos considerar que muitos são os fatores que incidiram na sobrecarga de trabalho dos professores durante a pandemia: dificuldade de adaptação das atividades presenciais aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem; falta de domínio das mídias tecnológicas e digitais; dificuldade de desenvolver estratégias para atrair e motivar os alunos. Entretanto, há que se considerar que essa sobrecarga pode impactar na saúde dos professores (OLIVEIRA, 2021, p. 24).

Claro, não podemos identificar qual as condições afetaram negativamente o trabalho do profissional durante as aulas remotas, por ser um conjunto de fatos envolvidos. Porém, podemos destacar que “as boas condições de trabalho são aquelas que dão ao trabalhador a liberdade de construir uma atividade de trabalho favorável à sua saúde” (GOLLAC; VOLKOFF, 2000, p. 9 apud OLIVEIRA, 2021, p. 24).

A transição fez com que a jornada do trabalho docente durante a pandemia se tornasse fatigante. A carência de material de apoio, as dificuldades na utilização das plataformas e até a inexperiência ou timidez para a produção dos conteúdos on-line fizeram com que o professor ficasse exausto, pois sua rotina de trabalho foi estendida e mais cansativa do que o normal.

Portanto, este diálogo traz importantes pontos a serem discutidos e refletidos a partir deste contexto, uma vez que esta pesquisa apresenta um mapeamento sobre a situação do trabalho docente na cidade de Manaus, especificamente concentrado nos professores que atuaram nas escolas municipais do ensino básico.

4.1.3 Ensino Presencial x Remoto: quais os desafios?

Sabemos que nem todos, de fato, possuíam acesso às tecnologias ou a meios de manter-se conectados à internet. Houve também uma alternativa de oferecer material impresso aos alunos em situação de extrema vulnerabilidade social, mas muitos não conseguiam dar continuidade aos estudos por estarem sem condições de manter-se financeiramente, já que não possuíam dinheiro para se deslocar até a escola, o que impossibilitava o acesso à educação. Este foi um cenário difícil para as famílias, pois parte deles não acompanhava a rotina de estudo dos filhos, e simplesmente se viu na dura tarefa de ensinar, uma vez que boa parte desses pais pertencia à classe de trabalhadores com recursos limitados para a própria sobrevivência (PIMENTA, 2020).

Além dessa problemática, ainda houve a questão do aumento do desemprego durante a pandemia de COVID-19. Um percentual desses pais e responsáveis dos alunos perdeu suas respectivas atividades remuneradas na época, o que ocasionou mais um impacto negativo para a escolarização destes estudantes (PALÚ, 2020). Ou seja, todo este processo, juntamente com as problemáticas que estavam sendo apresentadas durante a pandemia e o caos instaurado na saúde pública devido ao momento atípico, que se complementou com a insuficiência de políticas públicas efetivas que atendessem a demanda da época, causou impactos significativos em diversas áreas da sociedade.

Inúmeras escolas se mobilizaram para atender os alunos de diversas formas, elaborando materiais diferenciados, apostilas e atividades que trabalhassem o conteúdo exigido pelo currículo municipal, mas houve muitos desafios durante este processo. Destacando a fala de um professor de uma escola periférica localizada na zona sul de Manaus, ele apontou alguns itens relevantes e que devem ser considerados em nossa pesquisa.

Os principais desafios foram a área tecnológica realmente repassar conteúdo de uma forma não presencial, que abrangesse todos os alunos. E já observando que essa abrangência não era possível justamente pela falta de recurso das crianças. Aconteceu, inclusive, que eu fui até a casa de algumas crianças levar algumas atividades porque eles não tinham um celular. Era um celular compartilhado com todos, inclusive o celular da mãe, que ela precisava levar para o trabalho, né? Então tudo, não teve assim um ponto. Era a parte financeira mesmo das crianças. É a internet, ou seja, a parte da tecnologia. Realmente foi um desafio muito grande, tanto para a gente, professores que não estávamos habituados quanto repassar conteúdo ao aluno, principalmente nessa faixa etária, que os alunos se encontram nessa fase, do primeiro ao quinto ano, que eles precisam de um contato, de algo concreto. Então eu acho que estava sendo muito superficial. Eu penso que acho que 90% das atividades eram feitas pelos pais, então a gente já sabia que viria um alto índice de prejuízo aí e todos que entregavam, que mandavam pra você por seu celular a atividade ou te davam o retorno da sua atividade, certamente era feito pelos pais. Poucos eram feitos pelos alunos (PROFESSOR VI, EFETIVO).

A distância e o isolamento social também apontaram como a escola é um importante espaço de acesso. Por meio da escola, muitos estudantes participavam de programas que auxiliam e contribuem para o seu desenvolvimento físico e intelectual, como a merenda escolar, aulas de reforço, acesso a livros e à conexão a redes de internet, a tecnologia etc. (PALÚ, 2020). Ou seja, para muitas dessas crianças e jovens, a escola é um espaço de acessibilidade e oportunidades.

O governo, juntamente com as secretarias, ofereceu uma formação continuada aos profissionais, com o intuito de auxiliá-los nesse novo modelo de ensino. No entanto, ainda

há lacunas na formação docente inicial e contínua: [...] Um desafio para a formação que está posto e que não depende apenas da “vontade” dos educadores, mas envolve também de políticas de formação docente na/da/para Amazônia brasileira. (ANDRADE et al., 2021, p. 62). Com isso, foi observada a carência de formação continuada de qualidade e como esse processo ainda é um caminho cheio de obstáculos para os professores das escolas públicas da educação básica.

Inúmeros educadores já possuíam algum tipo de formação na área, mas parte da categoria de professores não tinha habilidade com o uso de tecnologias em sala de aula, por terem dificuldades, serem resistentes ao uso de novas tecnologias em sala de aula ou até mesmo o não oferecimento de materiais necessários às escolas pelas secretarias de educação.

As dificuldades enfrentadas no ERE (Ensino Remoto Emergencial) estão longe de depender apenas da “boa vontade” dos docentes, pelo contrário, envolvem questões educacionais, políticas, sociais, culturais e geográficas. Assim, os desafios que já estavam instalados no processo de ensino e aprendizagem do Estado do Amazonas se intensificaram ainda mais no ensino remoto emergencial (NEGRÃO et al., 2022, p. 5).

Era um momento de replanejar e reorganizar, pois os profissionais da educação iniciaram uma nova realidade sabendo que o uso de tecnologia não seria somente um aliado para o processo de ensino-aprendizagem, mas uma ferramenta de uso contínuo para manter os vínculos com os alunos e a escola, por conta do isolamento social.

Professores “da noite para o dia” tiveram que deixar o pincel de quadro para assumir os aplicativos e softwares para continuar o ano letivo. Essa prática foi feita de forma abrupta e com planejamentos fragilizados, sem uma formação para os professores, acarretando impactos positivos e negativos no sistema educacional brasileiro, conforme sua diversidade social e econômica (ANDRADE; NEGRÃO; VILAÇA, 2021, p. 2).

A nova realidade de trabalho apresentou aos professores diversas situações que podemos caracterizar como mazelas da sociedade capitalista no modelo socioeconômico neoliberal, que se apresentavam no cotidiano escolar e se intensificaram durante a pandemia com o ensino remoto.

Quando lhe é questionado como foi o processo de adaptação ao ensino remoto, o professor 1 afirma que:

Ah, foi um processo bem difícil..., bem difícil, porque os meus alunos não tinham, assim, né, internet na época, e eu também não tinha internet. Tive que comprar um pacote de dados usar da minha própria internet, para tentar atender os alunos. Tive que usar meu computador, tive que adaptar todo o meu horário

em casa, porque foi difícil e, também tinha, que mandar atividades pelo WhatsApp. E o mais difícil era abrir o WhatsApp e ver a notícia de muita gente, assim, fulano morreu, professor tal morreu. Então, assim, foi bem difícil essa época (Professor I, Efetivo).

Diante dessas condições, os profissionais da educação observaram um aumento da evasão escolar e situações envolvendo as realidades das famílias das crianças, como a falta de estrutura familiar, de recursos tecnológicos, casos de violência e desequilíbrio financeiro, tudo vindo à tona e, dessa vez, com maiores consequências.

Outra problemática destacada é que houve o aumento considerável da carga horária de trabalho, os profissionais da educação ficavam recebendo mensagens além do seu horário escolar, o que gerou um esgotamento físico e mental, como evidencia a professora II.

[...] a gente ficou sem horário ou as atividades que eram passadas no remoto. Os pais, as famílias, se viam no direito de nos mandar atividades até de madrugada, como aconteceu comigo. Não tinha mais horário. Daqui a pouco você não saber se você estava trabalhando com a escola da manhã, com a escola da tarde. Eles não tinham um horário fixo de mandar atividades. E, no meu caso, eu não bloqueava, não bloqueava nenhuma série, porque eu procurava entender. Também era difícil para mim como professora, eu ficava imaginando para as crianças (Professora II, Efetiva).

Além das inúmeras adversidades recorrentes do processo pandêmico, também houve o adoecimento físico e psicológico de muitos profissionais da educação no decorrer do processo de isolamento social e no retorno das atividades escolares semipresenciais. Durante a entrevista, quando lhe é questionado sobre o processo de aulas remotas e a sobrecarga de trabalho, a professora VI aponta que:

Era muito cansativo, muito estressante. Como eu te falei, você recebia atividade direto, uma hora você não sabia com quem você estava falando. Por exemplo, no meu caso, quando começou a questão da pandemia, eu estava numa escola como HTP de Artes, no caso da prefeitura, e eu tinha dez turmas, dez turmas de arte. Imagina como ficava esse acúmulo? Até um pai uma vez perguntou: Professora? Eu disse: quem é o senhor? Ele disse: desculpa. Eu tive que identificar ele, porque eu pensava como eu estava no horário vespertino e a disciplina de artes era do matutino, eu queria saber com quem que eu estava falando. Aí porque ele não era registrado como responsável, era a mãe. E aí, o que acontece? Eu digo: ah, moço, desculpa, mas eu tenho dez turmas, em média 35 alunos. Ele disse: Como é que ela consegue isso? Nem eu sei. Estou descobrindo agora (Professora VI, Efetiva).

A ampliação da jornada de trabalho e o acúmulo de atividades acarretaram um estresse a esses profissionais, pois o número de horas semanais efetivamente trabalhadas costumava ser superior ao número de carga horária para a qual recebia, fazendo com que o trabalho se torna exaustivo. “A ausência dos recursos necessários para o pleno desenvolvimento das atividades, aliada à formação insuficiente para lidar com os

programas e recursos tecnológicos, tem sido fonte de sofrimento para muitos professores” (OLIVEIRA, 2021, p. 18).

Outra questão pertinente é que parte dos professores tinha dificuldades para manejar as novas tecnologias, principalmente o uso de redes sociais, como o WhatsApp, para ministrar aulas e os conteúdos e receber evidências.

A opção em se comunicar mediante o WhatsApp ancora-se na facilidade do envio de mensagens de texto, áudios, vídeos curtos, fotos e arquivos em diferentes extensões. O aplicativo gratuito já era parte da rotina pessoal dos profissionais de educação, de modo que, na pandemia, ganhou destaque ao ser indicado para fins de estudo, solução de dúvidas, controle de frequência e participação dos alunos. [...] As práticas pedagógicas com o WhatsApp basearam-se na possibilidade do rápido compartilhamento de experiências e/ou atividades entre professores e alunos, além de viabilizarem o amplo debate. Vale pontuar que, no caso da Educação Básica, o aplicativo tem sido o principal meio para coleta das evidências, exigidas em inúmeros relatórios das Secretarias de Ensino do Amazonas (NEGRÃO et al., 2022, p. 10).

O que complementava a problemática do manejo e uso das mídias sociais como ferramenta de ensino era que os docentes que possuíam celulares utilizavam a rede social WhatsApp para facilitar o acesso e a disseminação dos conteúdos e atividades. Parte dos professores não possui um smartphone que suportava a quantidade de arquivos que eram recebidos por dia, devido ao celular não ter um bom processador ou por não suportar o recebimento de arquivos e fotos que estavam sendo acumulados diariamente.

Os aparelhos que eram utilizados pelos professores inicialmente para uso pessoal, ao final, acabaram se tornando ferramenta de ensino-aprendizagem para dar continuidade a sua jornada de trabalho.

Nesse “novo normal” os profissionais da educação precisaram repensar as formas de interação e mediação a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem, uma vez que foram obrigados a se reinventar e promover alternativas capazes de proporcionar aos alunos o acesso ao conhecimento, numa tentativa desesperada de “salvar” o ano letivo (VALLE; MARCOM, 2020, p. 140).

Com relação à transição desse ensino presencial regular para o ensino remoto emergencial e novamente retornando ao contexto escolar presencialmente, surgiram apontamentos significativos durante as entrevistas com os atores deste estudo. Ao serem questionados, os professores trouxeram pontos importantes, como a preocupação de retornar de modo presencial sem sentir uma segurança, ou até mesmo sem terem sido vacinados. Outra questão em contradição é o fato que envolve a aceitação e o alívio de voltar para a sala de aula, principalmente após as condições de trabalho vivenciadas pelos docentes.

Os profissionais da educação IV e II trouxeram falas importantes para a construção deste estudo, principalmente por ser algo que trata de um cotidiano de trabalho deles, porém, em visões diferenciadas. A professora IV aponta como ela se sentiu com o anúncio e retorno das aulas presenciais:

Ah, eu fiquei apavorada! Não, assim, na questão de voltar presencial do trabalho, mas a questão da possibilidade de pegar covid, né? Eu tinha acabado de sair de uma. Eu tive pneumonia bacteriana na época, né? E eu também pensava que era covid, mas não era. E aí eu fiquei muito assim, me sentindo muito fraca. Eu tive que voltar para escola, então eu fiquei com medo de pegar covid. Nessa época, foi mais essa questão, meu psicológico estava muito abalado por conta disso (Professora, IV, Efetiva).

Trazendo outro apontamento relevante sobre a fala da professora II, ela destaca em sua entrevista como foi ao receber a notícia do retorno das aulas presenciais.

Dei Graças a Deus! Assim, quando a gente começou, a gente começou por grupo. Havia um grupo, um determinado número de alunos, e depois um grupo B. E aí que a gente foi realmente fazer cair no concreto, onde que estava, quais eram os prejuízos. Tem que fazer um resgate muito grande. Esse resgate está sendo feito, até agora. Mas, se eu fosse avaliar, eu preferia (pausa), prefiro no presencial. Lógico que, se fosse, faço um presencial com menos alunos, seria mais fácil. Eu acho que o tempo de resgate seria menor, mas infelizmente a gente tem os 30, 35 alunos na sala de aula. Aí tem que trabalhar como a gente trabalhava, né? (Professora II, Efetiva).

Este processo acabou dispendo à sociedade uma realidade que trouxe inúmeros debates, inquietações, angústias, críticas e reflexões sobre a temática, mas, mesmo assim, demanda de ações efetivas, no sentido de preparar não só a escola, mas os profissionais que enfrentaram essas situações de modo inesperado, que foi a pandemia de covid-19.

As escolas não conseguiram cumprir algumas demandas, logo, as secretarias, juntamente com os conselhos, tiveram uma participação mínima nessas ações, pois não ofereceram um suporte significativo para o retorno presencial. Segundo a fala de duas professoras (I e IV):

Olha, assim não suporte (pausa), não! Só a orientação, que foi o rodízio de alunos que teve, aí também a orientação para o uso de máscara, uso de álcool em gel. Mas não teve, assim, um reforço para os alunos, porque muitos deles não estavam fazendo as atividades em casa, né? Então voltaram defasados, então, não teve um reforço para recuperar essa... essa... esse período que ficaram em casa. Então, eu tive que fazer. Eu me considero assim, ainda tive que fazer tudo sozinha, esse processo todo com eles em sala de aula, né? Recuperação e tal, dos conteúdos perdidos. Rever. Mas deu certo (Professora I, Efetiva).

Como observamos na fala da profissional da educação, que houve um suporte mínimo para esse retorno presencial, fazendo com que essa rotina de trabalho se torna mais difícil, intensificando processos de precarização do trabalho, já que não tiveram

apoio o suficiente para um retorno. Na fala da segunda profissional de educação, a mesma enfatiza esses desafios do retorno ao modo presencial.

Em parte, não. Não! Se a gente for avaliar no concreto, no impasse, não. A secretaria, ela tem as metodologias que, muitas vezes, *está* assim além da realidade, né, que só o professor de sala de aula, pé no chão, sabe como é. O que a gente vê é que é o menino, como a gente falou, como eles ficaram na pandemia em casa, muitos retornaram com uma vontade enorme, mas outros ficaram lá, no omisso mesmo, talvez pela própria família. No nosso caso, que a gente trabalhou primeiro ao quinto, que a própria família ainda acha que a gente tem a obrigação de mandar as atividades pelo WhatsApp, como era feito antes, de pedir celular etc., aquela coisa. E eu penso que a Secretaria de Educação alimenta isso, porque penso que já foi decretado que o retorno das aulas são 100% presenciais. Não deveria mais existir o atendimento aos pais via WhatsApp, porque se torna um círculo vicioso, não é? Então temos que trazer, resgatar os meninos para dentro da escola, né? Você espera que essa pandemia melhore, mas, se você ficar nesse ciclo vicioso de mandar atividade pelo celular, esse aluno nunca vai ter um aprendizado, porque ele precisa interagir com a turma. Ele precisa interagir com a sociedade que ele é cercado dentro, e é dentro da escola que ele vai conseguir isso, que ele vai começar dando espaço para isso. Às vezes você manda: "ah, não veio hoje porque está gripado, está com isso, está aquilo". Você manda atividade pelo celular, o aluno volta, mas e aquele retorno das atividades? Ele não traz, não fez. Foi um tempo jogado fora, um desperdício do profissional, pois o aluno não fez, e assim vai. Então eu acho que precisaria acabar com isso, porque se vai, acabou virando um círculo vicioso mesmo. Isso era algo que me deixava muito chateada na época (Professora IV, Efetiva).

A “nova realidade” que é o ensino emergencial e o retorno das aulas presenciais após o contexto pandêmico amplia um espaço de reflexão e debate sobre as questões que permeiam historicamente o trabalho dos professores na Educação Básica. Além desses processos apresentados durante a construção desta pesquisa, é basilar ressaltar as marcas trazidas pela pandemia para os professores e alunos.

Destacamos a fala de uma professora que afirma que, apesar de voltar ter sido importante, ainda existiam outros aspectos:

O voltar foi gratificante. A gente é professor, a gente quer ter o contato com a criança, e é frustrante justamente é ver você ter seu trabalho, que você passou dois anos lá, você se matava de madrugada fazendo atividades até gravar vídeos, e a gente não sabe que algumas famílias simplesmente recebiam de fato, ou se recebiam mais por receber. Então era você tentando tirar leite de pedra. E o trabalho não foi muito valorizado pela Secretaria de Educação, por que realmente proceder toda essa distância do tempo de serviço? Você trabalhou, atuou, e ainda foi tirado o nosso dinheiro, né? Que foi o desconto no INSS e, também, trabalhar com o emocional das crianças. Porque, ao mesmo tempo em que você estava lá trabalhando ou fazendo suas aulas atrás de um computador, você estava chorando pelas perdas. Ou então você ouvia a criança, você trabalhava com outras crianças quando voltaram, principalmente eu, na época que trabalhei, voltei em 2021, com as crianças pequenas do primeiro aninho. Elas falavam muito de morte dos seus entes queridos. Tive alunos que perderam pai e mãe. Então é muito complicado você lidar com essa perda, né. Todos nós sabemos que a morte é uma certeza, mas as milhares que tiveram, eles ouvindo isso toda hora, é meio complicado trabalhar o emocional da criança. Então esse interagir dentro da escola com criança, do primeiro ao quinto, é muito bom, porque criança, né, elas sentem? Sentem, mas elas se

divertem muito mais rápido, elas extravasam seu sentimento no lúdico, nas brincadeiras. Eu acho que é isso que é muito importante. Elas estarem de volta à escola, eu prefiro elas dando todo o trabalho. Eu prefiro estar com elas dentro da escola (Professora I, Efetiva).

Durante a entrevista, a professora II narra sobre o retorno e a transição de ensino remoto para presencial:

Ah! Foi adaptação tanto minha como dos alunos e dos professores, porque muitos não queriam se chegar com a gente, tinham aquele medo. Aí teve rodízio. Era aquela coisa de não pega na sala dos professores, não me pega, não me encosta, na sala de aula também era aquela coisa vindo, sabe? Aquele medo daquela coisa de que vai pegar, que meu pai pode pegar lá para minha casa e meu pai, minha avó pegar. E aí tive alunos que perderam o pai, perdeu o avô. Tinha uma aluna que ela perdeu o pai e o avô. Então eu via nos olhos dela muita tristeza, assim, sabe? E foi muito difícil nessa época dos meus alunos também, tanto para mim, como para eles (Professora II, Efetiva).

É fato que nos encontramos diante de um cenário atípico, de mudanças que impactaram a educação. O ensino remoto emergencial evidenciou problemáticas enfrentadas pelos professores e pelos estudantes, que passaram a experienciar um novo contexto, onde a escola deixou de ser um espaço acessível, devido ao isolamento social. Entretanto, a pandemia de COVID-19 trouxe à tona questões cruciais, como a importância da escola pública e dos professores na sociedade atual, que sofrem com a precarização e com a desvalorização do seu trabalho ante o crescimento das demandas do capital e da oferta da educação como mercadoria.

A pandemia reforçou a importância da parceria entre a escola e família, quando se precisou se reinventar diante desse momento atípico. Novos tempos foram vividos, que exigiram posturas diferenciadas e ações coletivas para oferecer uma educação acessível e de qualidade para todos. Todo o cenário nos colocou à frente de um desafio, que é pensar na escola e no fazer docente para além da sala de aula, repensando a educação e o seu papel na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os desafios do trabalho docente em tempos de pandemia nas escolas municipais da cidade de Manaus, tendo como foco identificar quais foram estes desafios enfrentados por estes profissionais durante o ensino remoto emergencial e quais as políticas adotadas pelos órgãos municipais para a desenvoltura e atuação do corpo docente.

Nessa perspectiva, investigamos o impacto do retorno às aulas presenciais, analisando a trajetória do professorado em meio ao processo, apresentando mudanças significativas no modelo de ensino, saindo do ambiente presencial para um contexto totalmente virtual e, em seguida, sendo substituído pelo semipresencial, utilizando o modelo híbrido e, por fim, o retorno totalmente presencial.

Utilizamos, como método de análise desta investigação o materialismo histórico-dialético, tendo em vista que este método nos permitiu analisar os processos de precarização do trabalho docente ante o percurso histórico e como se desencadeou a intensificação do processo de precarização durante a pandemia para com os professores atuantes nas escolas municipais de Manaus, evidenciando lacunas maiores que são resultados do processo histórico e cultural de não valorização, afetando, portanto, a educação brasileira.

Nessa abordagem, verificamos as seguintes categorias que foram sendo elencadas no processo de investigação e construção do estudo através do método supracitado: contradição, totalidade, mediação e práxis. Com relação à temática abordada, evidenciamos, com a materialidade, uma influência nos processos de precarização do trabalho docente no seu contexto regional, destacando as escolas da cidade de Manaus e a realidade pandêmica vivenciada pelos professores atuantes nessas áreas, o desenvolvimento da organização do trabalho ante a nova realidade atípica e quais as políticas públicas foram desenvolvidas das secretarias juntamente como o CME para lidar com as emergências que surgiram nesse novo contexto.

Entendemos que esta investigação buscou retratar as experiências vivenciadas pelos trabalhadores da educação em seu fazer docente durante a pandemia de covid-19. Apresentamos como se desenvolveu o processo nas escolas da cidade de Manaus correspondentes, que estão inseridas no contexto municipal, a fim de expor como foi a atuação dos professores da rede municipal e quais foram os desafios presentes.

O trabalho docente não parou, pelo contrário, intensificou-se. O aumento da carga horária se estendeu para fora do período de trabalho, tendo como consequência a ampliação do estresse, fortalecendo o processo de precarização do trabalho docente, que não se resumiu em ficar em casa sem realizar uma atividade laboral, pelo contrário, os professores tiveram que se desdobrar para dar conta das demandas solicitadas pelas secretarias e pelo próprio processo de ensino-aprendizagem dos alunos, fazendo com que os docentes se desdobrassem e trabalhassem dentro e fora de casa.

Os professores enfrentaram desafios diários, como ter que ministrar as suas aulas utilizando somente as tecnologias, sem nenhum tipo de preparo ou uma formação para auxiliá-los, tornando mais difícil o processo transicional do ensino presencial para o Ensino Remoto Emergencial. “A atuação do professor é hoje, posta em xeque [...] a transferência de funções da família para a escola e a lógica de produtividade e mercado estão definindo os valores da política e até da cultura ocidental contemporânea, impactando no fazer e na práxis docente” (CUNHA, 1999, p. 127). Todo o contexto tornou-se desafiador não só para os professores, mas também se aplicava aos estudantes e aos pais dos alunos, que, em parte, não conseguiam auxiliá-los no complemento do processo de escolarização dos alunos.

Ressaltamos, no período da pandemia, que a sociedade, apesar das adversidades vivenciadas ante a nova realidade, que foi o ensino remoto emergencial, queria que as aulas retornassem de modo presencial, já que os professores não estavam conseguindo alcançar cognitivamente os alunos, pois apresentavam dificuldades para ter acesso aos conteúdos ministrados, gerando, com isso, um impacto no aumento de analfabetismo e na distorção entre idade e série, uma vez que muitas crianças não estavam no nível escolar dos anos que estavam respectivamente matriculadas, fortalecendo e produzindo processos de desigualdade.

Mediante a realidade, afirmamos que os espaços físicos e o ambiente escolar são importantes e significativos, porém, o ensino on-line precisa ser repensado ante o que foi exposto, pois o trabalho docente não se limitou a simplesmente ministrar aulas ou a cumprir com o currículo estabelecido pelas secretarias. O ensino remoto emergencial deve ser considerado devido às adversidades vivenciadas pela sociedade durante a pandemia de COVID-19 e pela periculosidade do vírus, que gerou impactos nocivos.

Considerando os apontamentos que fizemos durante a escrita desta pesquisa, ao nos embasarmos nas concepções de Marx (1989), que destaca, em sua teoria, que o

trabalho é um processo específico da espécie humana, que carrega consigo características próprias do agir, sendo algo fundamental para a vida e para o desenvolvimento da espécie humana, fazendo com que este indivíduo se torne um ser social a partir das ações para as quais designa o seu fazer laboral, apontamos que o trabalho configura-se como uma atividade complexa, principalmente ao indicarmos o trabalho docente, caracterizado como uma atividade conflituosa e complexa, uma vez que é constituída e reconstituída de cada situação e problemática que surge em seu cotidiano.

O trabalho docente não se resume a ministrar aulas, sendo apenas umas das atividades que fazem parte da práxis docente, afinal, são diversas situações e elementos que se apresentam no seu fazer pedagógico. Por isso, trouxemos o trabalho docente e os desafios vivenciados por estes profissionais durante a pandemia como o objeto principal da nossa pesquisa, visto que desencadeia inúmeras vertentes que foram discutidas e apresentadas neste texto.

Após a realização desta pesquisa, ficou claro que o trabalho docente é uma atividade essencial, pois se volta para o outro, para objeto investigado, para o próprio sujeito ao qual se designa, sendo esta relação que tece o seu processo de ensinar. Além disso, consideramos que o trabalho docente se realiza por meio de conflitos, pois constatamos que, através das falas dos professores investigados, os conflitos estão inseridos e que circundam situações e elementos do fazer docente, tendo em vista que emergem das relações que os sujeitos estabelecem com o mundo.

Por meio das entrevistas realizadas, podemos perceber como se desenvolveu o processo do trabalho docente no cenário atípico e como o contexto intensificou os processos de precarização do trabalho docente. Diante da visão apresentada, os sujeitos da pesquisa puderam explicitar os conflitos, o seu agir, as condições vivenciadas por eles durante o seu fazer laboral e suas concepções em torno do trabalho docente na pandemia de COVID-19. Com a utilização das entrevistas semiestruturadas, contendo perguntas abertas e fechadas, alcançamos nossos objetivos, uma vez que conseguimos visualizar os elementos propulsores nas falas dos entrevistados, que apresentaram a complexidade e as situações em seu trabalho docente durante a pandemia.

Nossos resultados permitiram que fossem traçados comentários significativos e discussões sobre a precarização do trabalho docente durante a pandemia de covid-19, quais propostas e políticas foram apresentadas pelas secretarias no momento atípico que estes profissionais vivenciaram e quais foram as ações implementadas para que pudessem auxiliar a prática docente.

A pandemia reforçou o potencial advindo da lógica de produção, com a ampliação da carga horária de trabalho dos professores e a romantização do discurso que enfatiza o engajamento do fazer docente como fator de sucesso ou fracasso durante o ensino remoto, desconsiderando as adversidades do contexto social e estrutural em que está inserido este professor, responsabilizando-o como o principal fator do resultado apresentado no momento atípico que foi a pandemia e no ensino remoto emergencial.

Sabemos que a oferta do ensino remoto emergencial, apesar de necessária, apresentou inúmeros desafios ao fazer docente. As políticas adotadas pelas secretarias e conselhos de educação enfatizaram questões técnicas e discursos que romantizaram os desafios vivenciados por estes profissionais, os responsabilizando pelo fracasso escolar dos seus estudantes, desconsiderando a evidente desigualdade educacional e social que marca a sociedade ante o seu processo histórico e cultural que permeia a educação brasileira.

A precarização do trabalho docente foi ampliada durante a pandemia de covid-19, tornando-se um fator importante a ser discutido e reanalisado, para que se possa implementar um diálogo sobre a valorização do magistério, com o intuito de ressignificar o processo de educação para a construção de um projeto de nação, que tem o princípio primordial um viés emancipatório para todos os cidadãos, anulando o caráter alienado e produtivista que está sendo inserido na Educação Básica.

Mesmo que tenhamos apresentado nesta pesquisa alguns conflitos e situações que emergiram e deram vida a essa nossa discussão e análise, não se teve a ambição de esgotar o diálogo, e estamos longe disso, pois trata-se de um aspecto importante e crucial para a compreensão dos processos que o capital impõe no fazer pedagógico e no trabalho docente. Durante o período da pandemia, intensificaram-se estes elementos, fortalecidos pelo contexto neoliberal de educação, que evidencia a precarização, a desigualdade e a implementação da visão da educação numa concepção lógica e mercadológica, desconstruindo um panorama de educação para todos.

Destacamos que, ainda que sejam poucos os estudos no estado do Amazonas e no Brasil sobre os desafios vivenciados pelos docentes durante o ensino remoto emergencial e o impacto da pandemia na educação, é necessária uma discussão ampla sobre esta temática, a fim de provocarmos a reflexão crítica a respeito do trabalho docente, sua precarização e a falta de políticas públicas.

Portanto, é importante entender os pressupostos e os fundamentos que norteiam estas perspectivas na educação e quais os interesses do capital no projeto deste novo

cenário educacional ante a realidade da pandemia. Consideramos que a discussão acerca desta problemática incita e cria possibilidades de novas análises e estudos a fim de contribuir e compreender a importância do estudo sobre o trabalho docente na perspectiva da valorização do professor, quais os impactos que a educação sofrerá com esta realidade e quais serão os resultados que repercutirão no cenário de pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

OBRAS CONSULTADAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina – Faperj, 2009.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANDRADE, A. N.; MEDEIROS, J. C.; LOBO, H. B.; GOMES, S. M. M.; COSTA JUNIOR, W. R.; GONÇALVES, C. B.; BAPTAGLIN, L. A. Discentes e docentes com TD: desafios e perspectivas na educação na/da Amazônia brasileira em tempos de Covid-19. In: ZAIONZ, R. **Práticas pedagógicas em tempos de pandemia: reflexões, desafios e possibilidades**. Curitiba: Bagai, 2021. p. 50-64.

ANDRADE, A. N.; NEGRÃO, F. C.; VILAÇA, A. L. A. O ensino remoto emergencial no Amazonas nas lentes dos professores: inclusão ou exclusão? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2021, Campina Grande, PB. **Anais eletrônicos**[...]. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80741>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs); autores Arnaldo Mazzei Nogueira... [et al.]. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AZZI, Sandra. Trabalho Docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2012.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. A educação básica brasileira e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 525- 541, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/800>. Acesso em: outubro de 2020.

CARVALHO, Maria Amélia Lira de. **Pejotização e descaracterização do contrato de emprego: o caso dos médicos em Salvador – Bahia**. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2010.

CODO, Wanderley(org). et al. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes,1999.

COSTA, Miriam Fernanda. **Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto da pandemia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação, 2021.

CHUNHA, M. I. da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, I. P.A.; CUNHA, M. I. da (org.). **Desmistificando a Profissionalização do Magistério**. Campinas: Papirus, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIDALGO, M. L. R.; FIDALGO, F. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, M. L. R. (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. p. 91-112.

FREITAS. Luiz Carlos de. **A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO**. Nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de Professores: Condições e Problemas Atuais**. Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP. ISSN 1984-5332 - Vol. 1, n. 1, p.90-102, maio/2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Temas de Cultura. Ação política. Americanismo e fordismo. v .4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

GRUBER, Arthur. Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença. **JORNAL DA USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em fevereiro de 2022.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro 1969, 1976, 1985, 1992. Lisboa 1979.

LAKATOS, E.M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 30ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Eduardo. **DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA UERJ**. Estudo mostra eficiência do isolamento social contra o novo coronavírus.
<<https://www.uerj.br/noticia/11078/>>. Acesso em 15 de outubro de 2020, às 12:02.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I - O Processo de Produção do Capital. Volume I, 13ª Edição. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1989

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.

MASSON, G. As contribuições do Método Materialista Histórico e Dialética para a pesquisa sobre políticas educacionais. **IX ANPED/SUL**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

MOURÃO, A R B; BEZERRA, A. A.; ALMEIDA, C. A. G.; NOGUEIRA, S. C. C. A Pesquisa no cotidiano escolar na perspectiva Marxista. In: Rosa Mendonça de Brito. (Org.). **Caminhos Metodológicos do Processo de Pesquisa e de construção do Conhecimento**. 1ª ed. MANAUS: EDUA, 2016, v. 1, p. 123-142.

MOURÃO, A R B; BORGES, H. S. (Org.). **Metodologia da Pesquisa em Educação**. 1ª ed. Manaus: Valer/UEA,2012. v. 1.

NEGRÃO, Felipe da Costa; MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni; ANDRADE, Alexandra Nascimento de; REIS, Darianny Araújo dos. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIANO AMAZONAS. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Revista REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v.10, n. 1, e22015, janeiro-abril, 2022.

NOGUEIRA, Jocélia Barbosa. **Trabalho e educação: a precarização da formação e profissão do pedagogo na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. 2017. 332 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Trabalho docente em tempos de pandemia: Relatório Técnico**. Belo Horizonte, 2021

PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15317/209209213387>. Acesso em: 29 out. 2020.

PALÚ, Janete (org); SCHUTZ, Jenerton Arlan (org); MAYER, Leandro (org). **Desafios da Educação em tempos de pandemia**. Cruz. Alta: Ilustração, 2020.

PEREIRA, Luciana de Lima. **Escola não é empresa: a pseudoqualidade da GIDE nas escolas de Manaus**. 2020. 236f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Amazonas.

PIMENTA, J. S.; SANTOS, P. B. A. dos.; DANTAS, B.R.de B.; BESSA, C.C.S. Educação em tempos de pandemia: desafios, reflexões, aprendizagens e perspectivas. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 6, e142020, p. 1-20, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____ (org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2012.

SANTOS, B.de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020

SANTOS-JUNIOR, V.B. dos.; MONTEIRO, J.C. da S. Educação e COVID-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar -Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, BA, v. 2, n. 1, p. 1-15, jan./dez.2020

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, E. O. **O eufemismo da profissionalização**. 2003. Disponível em: <https://gepeto.ced.ufsc.br/arquivo/oeufenismo%201.pdf.%20Acesso%20em%2020/03/2010>. Acesso em: 21 jan. 2023

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2018.

SILVA, Amanda Moreira da. **Trabalho docente sob fogo cruzado**. O precariado professoral em tempos de pandemia de covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos / Organizadores Jonas Magalhães ... [et al.]. – 1ª ed. - Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lucia Rizzi. **Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de Pandemia**. PALÚ, Janete; SCHUTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (orgs). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz, Alta: Ilustração, 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL, **Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES... 2005. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

BRASIL, **LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020**. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: janeiro de 2022.

BRASIL. Lei 10.172/01, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. 2001. Disponível em: www.mec.gov.br . Acesso em: 16 mar. 2022.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. **RESOLUÇÃO-N.-003-CME-2020**. Aprovada em 23.03.2020. Disponível em: <https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Resolucao-n.-003-CME-2020-Disp%C3%B5e-sobre-o-Regime-especial-de-aulas-n%C3%A3o-presenciais-no-SME.pdf>. Acesso em: janeiro de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. **RESOLUÇÃO-N.-008-CME-2020**. Disponível em: <https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Resolucao-n.-008-CME-2020-Reorganizacao-dos-calendarios.pdf>. Acesso em: janeiro de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. **RESOLUÇÃO Nº 078/CME/2020. APROVADA EM 22.10.2020**. Disponível em: https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/RESOLUÇÃO_078_CME_2020.pdf Acesso em: janeiro de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS (CME/MANAUS). **RESOLUÇÃO N. 187/CME/2020.APROVADA EM 19/11/2020**. Disponível em: https://cme.manaus.am.gov.br/wpcontent/uploads/2020/12/RESOLUÇÃO_187_CME_2020.pdf Acesso em: janeiro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO AMAZONAS (SEDUC). Gabinete do Secretário. **Portaria GS Nº 311 de 20 de março de 2020**. Institui, no âmbito da rede pública estadual de ensino do Amazonas, o regime especial de aulas não presenciais, para a educação básica, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. Disponível em <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Portaria-GS-311-de-20-03-20-20-03-2020-5-26-PM-1.pdf>. Acesso janeiro de 2022.

SES-AM, **Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas**. PORTARIA-N. -0012-2021-DGRH-SES-AM. Disponível em: <https://www.transparencia.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/PORTARIA-N.-0012-2021-DGRH-SES-AM.pdf>. Acesso em agosto de 2022.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério da Saúde (BR). **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Especial: doença pelo coronavírus 2019. Bol. Epidemiol. [Internet]. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (Brasil). **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**. Coronavírus COVID-19: protocolo de manejo clínico do Novo Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/14140606-4-ms-protocolomanejo-aps-ver07abril.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (Brasil). **Brasil Imunizado**: Entenda a ordem de vacinação contra a Covid-19 entre os grupos prioritários. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/entenda-a-ordem-de-vacinacao-contr-a-covid-19-entre-os-grupos-prioritarios>. Acesso em fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (Brasil). **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **O que é o novo coronavírus?** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>. Acesso em: fev. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Ministério da Saúde adere ao Covax Facility**. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2001-ministerio-da-saude-adere-ao-covax-facility>. Acesso em fev. 2022.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>. Acesso em: out. 2020.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos da COVID-19**. N.15. Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/Boletim_15_f84a1qO.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N.1. Disponível em: <http://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/Boletim_Situa%C3%A7%C3%A3o_Epidemiol%C3%B3gica_de_COVID19_e_da_S%C3%ADndrome_Respirat%C3%B3ria_Aguda__g9E6Skz.pdf>. Acesso em: outubro de 2020.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 16 Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_covid_16.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 18 Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_covid_18.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 19 Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_covid_19_OYbmMxz.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 20 Disponível em: <https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/Boletim_Situa%C3%A7%C3%A3o_Epidemiol%C3%B3gica_de_COVID-19_e_S%C3%ADndrome_Respirat%C3%B3ria_Aguda_Gra_TS4X6r8.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 24. Disponível em:

<https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_24_covid_-_19.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 27. Disponível em:

<https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_28_covid_-_19_4.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 30. Disponível em:

https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/boletim_30_covid_-_19.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N. 32. Disponível em:

<https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/Boletim_Situa%C3%A7%C3%A3o_Epidemiol%C3%B3gica_de_COVID-19_e_da_S%C3%ADndrome_Respirat%C3%B3ria_Aguda__CKtDhSL.pdf>. Acesso em: março de 2022.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletins epidemiológicos do COVID-19**. N.13. Disponível em:

https://www.fvs.am.gov.br/media/publicacao/Boletim_Situa%C3%A7%C3%A3o_Epidemiol%C3%B3gica_de_Covid-19_e_da_SRAG_no_Amazonas_13_1.pdf. Acesso em: setembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OPAS - Brasil**. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 13 jul. 2020.

SANAR. **Pandemias na História**: o que há de semelhante e de novo na covid-19. In: SANARMED. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/pandemias-na-historia-comparando-com-a-covid-19>. Acesso em: jan. 2022.

SANAR. **Covid-19**: Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. In: SANARMED. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em jan. 2022.

SANAR. **Resumo do novo Coronavírus (COVID-19)**. In: SANARMED. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/covid-19>. Acesso em jan. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO AMAZONAS (SEDUC). **Plano de retorno às atividades presenciais**: Ações pedagógicas, de gestão e saúde para as unidades de ensino pós-pandemia de covid-19. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-de-retorno-as-atividades-WEB-Manaus.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS (SEMED/AM).

Conselho Municipal de Educação de Manaus. Disponível em:

<https://semed.manaus.am.gov.br/conselho-municipal-de-educacao/>. Acesso em: janeiro de 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota técnica ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia de covid-19. In: **Todos pela Educação**. [S.I.], 9 de maio. 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/. Acesso em abril de 2022.



ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo a execução da pesquisa “OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19”, na Instituição de Ensino a **Escola Municipal professora Elcy Mesquita Lima**, sito a Rua Bragança, nº 1819, Redenção, conduzido pela mestranda, **Gianne de Sousa Costa**, do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a ser realizado sob supervisão e orientação da profa. Dra. **SELMA SUELY BAÇAL DE OLIVEIRA**.

A instituição se compromete em solicitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a todos os participantes da pesquisa, bem como obedecer à regularidade ética da pesquisa em vigor no país.

Os resultados obtidos serão divulgados em meios acadêmicos e científicos de forma geral sem qualquer identificação de indivíduos ou escolas participantes, ressalta-se que devem ser obedecidos os protocolos de saúde como medida preventiva à disseminação da COVID-19. Desta forma, evite-se expor os participantes a riscos de contaminação.

A mestranda se compromete a obedecer à regularidade ética da pesquisa em vigor no país e ao final da pesquisa, deverá encaminhar a esta instituição de ensino, no prazo de trinta (30) dias, um Relatório Final da atividade realizada.

Manaus, 25 de março de 2022.

.....
Lindalva de Paulo Ferreira Lemos
Secretária da Escola Municipal profª Elcy Mesquita Lima
Lindalva D. F. Lemos
Secretária
Pós 9432016 SEMED/MSF

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGC
Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
Mestrado em Educação



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sr(a) _____, queremos convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19.” sob a responsabilidade da pesquisadora Profª Drª Selma Suely Baçal de Oliveira, com endereço institucional na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Av. General Rodrigo Octávio n. 6200, Coroado I, CEP 69077-000, Manaus-AM, telefone Fixo 3305 1181, e-mail: selmabacal@ufam.edu.br e do(a) acadêmico(a) a pesquisador(a) Gianne de Sousa Costa. A pesquisa tem por objetivo “Analisar o trabalho docente na educação básica do município de Manaus em meio à pandemia”. Sua participação é voluntária e não terá nenhuma despesa, assim como não receberá nenhuma remuneração. O horário e data da pesquisa serão combinados com antecedência entre pesquisadora e entrevistado. Vale ressaltar que as entrevistas serão realizadas através das plataformas online como o Google Meet ou Zoom, para a segurança dos entrevistados, conforme as orientações da Carta Circular n. 7/2020-CONEP/SECNS/MS. As entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora. Informamos que a pesquisa apresenta baixos riscos, seja de ordem emocional, psicológica ou moral, por envolver entrevista e aplicação de questionários junto aos pesquisados. Como se sabe, toda pesquisa envolve riscos e, no estado em questão, não seria diferente, pois existe a possibilidade de ocorrer riscos como desconforto ou incômodo decorrente da sua participação na entrevista. Destacamos que, mediante a algum tipo de risco, prestaremos assistência imediata e integral, caso a situação necessite, tal como, atendimento médico e psicológico adequado ao atendimento a algum tipo de complicação relacionada direta ou indiretamente com a pesquisa. A pesquisadora assume, formalmente, neste Termo de Consentimento, a responsabilidade pela reparação a qualquer tipo de dano causado nas diferentes fases da pesquisa, em conformidade com a Resolução CNS Nº 466 de 2012 (item IV. 3.h, IV. 4.e e V.7). Em caso de eventuais gastos que o(a) senhor(a) possa vir a ter em decorrência desta pesquisa, a pesquisadora também assume a responsabilidade pelo ressarcimento integral das despesas. Esclarecemos que, caso aceite participar e depois queira desistir do estudo a qualquer momento, não sofrerá nenhum tipo de penalidade e nem será prejudicado de nenhuma forma. Assim sendo, colocamo-nos disponíveis no endereço acima citado para tirar qualquer dúvida que tenha sobre a pesquisa e, solicitamos que o(a) senhor(a) assine este documento quando tiver entendido o que lhe explicamos. Caso o(a) senhor(a) queira fazer qualquer reclamação ou deseje mais esclarecimentos sobre a pesquisa mencionada poderá, a qualquer momento, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, pelo telefone fixo (92) 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e participei do estudo, sabendo que não ganharei nada e que poderei sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Manaus, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável



APÊNDICE I – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO INICIAL APLICADO COM OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Bolsista: Gianne de Sousa Costa

Professora Orientadora: Dr^a Selma Suely Baçal de Oliveira

Projeto de Pesquisa: OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19.

ENTREVISTA COM O/A PROFESSOR(A)

Caro professor(a),

Solicitamos sua participação na pesquisa que estamos realizando sobre o trabalho docente na pandemia, que tem por título *OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19*, respondendo às questões abaixo relacionadas:

QUESTIONÁRIO DO(A) PROFESSOR(A)

Dados de Identificação:

Nome do entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

() Médio profissionalizante () Superior incompleto () Superior completo ()

Especialista na área que atua () Especialista em área distinta da qual atua () Mestrado acadêmico () Mestrado profissional () Doutorado

Tempo de atividade profissional na educação:

Escolas em que trabalha:

Sua vinda para esta escola ocorreu por meio de:

PSS – Processo Seletivo Simplificado Concurso Público

Quanto, em média, você recebe por mês?

1 a 2 salários 3 a 4 salários 5 a 6 salários ou mais

Você considera seu salário suficiente para manutenção familiar?

Sim Não

Você considera a comunidade que está no entorno da escola segura?

Sim Não

Para você, o que mais impacta no melhoramento do processo ensino-aprendizagem:

Professores capacitados Melhoria salarial Experiência profissional

Condições de trabalho Tempo para planejamento Participação familiar

Gestão democrática Outros fatores tais como: _____

Você se vacinou contra a covid-19? Se sim, quantas doses tomou?

1 2 3 4 Não se vacinou

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

ENTREVISTA COM O (A) PROFESSOR(A)

1. De acordo com a sua percepção, descreva como foi o processo de adaptação ao ensino remoto?
2. Você se sentiu sobrecarregado(a) diante das aulas remotas?
3. No seu entendimento, quais foram os principais desafios do ensino remoto?
4. Houve a oferta de cursos de formação durante a pandemia para utilizar as tecnologias e mídias sociais como ferramentas de ensino?
5. Quais os recursos didáticos você utilizou para dar suas aulas no ensino remoto? A escola lhe ofereceu apoio?
6. Como você se sentiu quando anunciaram a voltar das aulas presenciais? Quais foram os principais desafios na transição das aulas remotas para o ensino presencial?
7. De acordo com a sua análise, você acredita que a secretaria de educação ofereceu suporte para o retorno das aulas presenciais? Qual o seu parecer sobre as ações implementadas?
8. No seu parecer, você acredita que a escola em que você trabalha cumpriu com os protocolos de segurança prescritos pela ANVISA? Tinha uma estrutura adequada para o retorno das aulas presenciais?
9. De acordo com as suas vivências, como foi a nova realidade para você? Afetou o seu modo de trabalho? Você acredita que a pandemia precarizou e/ou desvalorizou o trabalho docente?
10. Na sua concepção, o que foi mais gratificante e/ou frustrante ante a nova realidade na função que você desempenha?